



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

*Roberto...
...
90/10/26*

Ofício nº 4205

Exmº. Senhor
Dr. Guilherme Reis Leite
Digmº. Presidente da Assembleia
Legislativa Regional dos Açores
9900 HORTA

Excelência,

1990 OUT. 23

ASSUNTO: PLANO E ORÇAMENTO DA RAA

Nos termos e para os efeitos legais junto envio a Vossa Excelência a Proposta de alteração do PMP para 1991 e 1992, bem como o Orçamento e Plano da RAA para 1991.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

ADMITIDO. NUMERE-SE E
PUBLIQUE-SE Com os melhores cumprimentos, e elevada consideração

Briga à Comissão *de Finanças e Planeamento*

Para parecer ate *26 / X / 90* SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO

20 / XI / 90

C Presidente.

[Signature]

[Signature]
Gualter José Andrade Furtado

Anexo: o indicado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
AÇORES
ARQUIVO

Entrada *2044* Proc. nº *308*

Data *90 10 26*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

Título *Proposta de Resolução*

Ass *Plano da Região Autónoma dos Açores para 1991*

Entrada n.º *690* de *90 10 26*

Arquivo n.º *308*

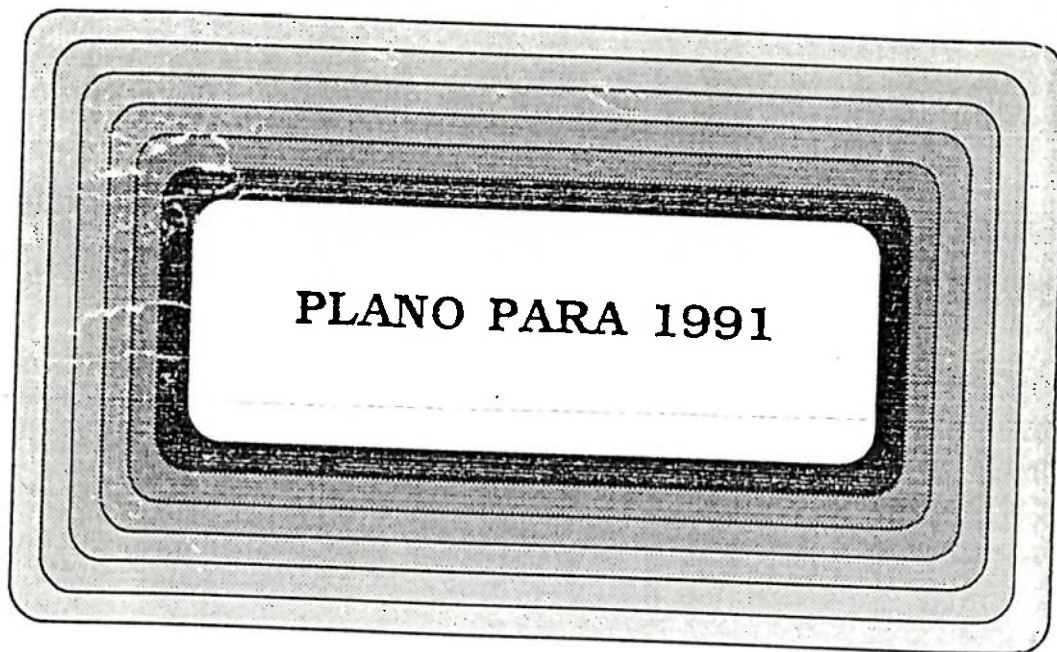
O Responsável *Edite*

LEGISLAÇÃO



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional das Finanças e Planeamento
Direcção Regional de Estudos e Planeamento

PROPOSTA



ÍNDICE

	Pág.
Introdução	5
1 - Enquadramento Externo	9
2 - Situação Interna.....	14
3 - Objectivos de Desenvolvimento	18
4 - Programação Sectorial.....	25
4.1 - Sectores Sociais.....	29
4.2 - Sectores Económicos.....	67
4.3 - Administração Regional e Local.....	103
5 - Programação Financeira.....	117
6 - Recursos Financeiros	131
7 - Fundos Estruturais Comunitários	137
ANEXO.....	153
1 - Empresas Públicas	155
2 - Serviços e Fundos Autónomos	157

INTRODUÇÃO

A proposta de Plano para 1991, a ser apreciada pela Assembleia Legislativa Regional, enquadra-se nos grandes objectivos de desenvolvimento fixados para o quadriénio 1989-1992, não obstante a sua dotação global ser inferior ao desejável e inicialmente previsto.

Na introdução ao Plano de Médio Prazo 1989-1992 reconhecia-se explicitamente que os objectivos e estratégias de desenvolvimento cuja adopção se propunha eram ambiciosos, envolvendo a sua concretização a mobilização de elevados recursos financeiros, tanto de origem nacional como comunitária.

O montante dos recursos financeiros de origem nacional tem ficado muito aquém do necessário e do desejável, podendo, no limite, influenciar o ritmo de aproveitamento integral das possibilidades de co-financiamento comunitário de alguns empreendimentos. Houve também que recorrer a empréstimos, nomeadamente junto de instituições financeiras comunitárias.

No que respeita aos recursos financeiros provenientes dos fundos estruturais da Comunidade Europeia, a Administração Regional tem feito um grande esforço por forma a apresentar em tempo útil e nos termos estabelecidos pelas novas regras comunitárias os programas operacionais cuja execução dará origem a fluxos financeiros importantes em termos de receita do orçamento regional. Neste processo, os serviços da Administração Central que são interlocutores nacionais dos diversos serviços comunitários têm prestado uma colaboração com a Região que merece ser positivamente registada.

A diminuição verificada no ritmo dos fluxos financeiros, resultante, em parte, da alteração da regulamentação dos fundos estruturais, está a ser recuperada. Há que registar o facto de o Programa Comunitário REGIS vir a sofrer alterações por o apoio ao investimento programado ser reduzido, perspectivando-se, contudo, que este programa, da iniciativa da Comissão, possa vir a ser reforçado ainda no decurso da vigência deste Plano de Médio Prazo.

Ocorreram entretanto mudanças profundas em alguns dos pressupostos de partida, que influenciaram decisivamente o ritmo de concretização dos objectivos inicialmente adoptados. Um outro exemplo daquelas mudanças decorre da crise do Golfo, cuja extensão ainda não está totalmente avaliada, conduzindo mesmo a alguma incerteza (caso dos combustíveis, energia, transportes,

etc.).

Não se prevendo, para 1991, uma atenuação significativa do constrangimento orçamental verificado no ano em curso, há que fazer claramente opções que se traduzem na prioridade dada aos empreendimentos cuja execução esteja prevista em programas operacionais ou garantida por empréstimos externos. Esta orientação de princípio não implica o abandono ou mesmo o diferimento sistemático de todos os restantes empreendimentos e iniciativas — trata-se, sim, de uma hierarquização imposta pelas circunstâncias que visa maximizar os efeitos da aplicação dos recursos financeiros existentes — mas há que admitir que o processo de desenvolvimento da Região não terá o suporte de crescimento proposto inicialmente.

Prosseguindo com uma gestão criteriosa e rigorosa dos meios disponíveis, procurar-se-á, na medida do possível, minorar os efeitos negativos do mencionado constrangimento orçamental.

Considera o Governo que, não obstante as dificuldades apontadas, os investimentos previstos neste documento, para além de suscitarem um razoável nível de actividade económica, são de molde a que a presente proposta reflecta ainda os objectivos globais e sectoriais enunciados no Plano de Médio Prazo 1989-1992 e seja conducente à sua realização, embora num horizonte mais dilatado.

1- ENQUADRAMENTO EXTERNO

A situação económica mundial, aferida pelo volume das trocas internacionais, sugere uma evolução global favorável, fruto de um esforço acrescido da cooperação económica internacional, não obstante a subsistência de zonas marcadas pela instabilidade, por processos de profundo reajustamento estrutural e até, nalguns casos, por regressão económica.

O ritmo de expansão dessas trocas deve ser, em 1990, de 6,3%, admitindo-se que suba para 6,9% em 1991. Segundo o Fundo Monetário Internacional o conjunto da economia mundial poderá crescer 2,2% durante o ano em curso e cerca de 3% em 1991.

As potencialidades da cooperação económica assumiram uma nova dimensão com as mudanças políticas espectaculares que ocorreram na Europa central e oriental, que tornam possíveis reformas económicas sem precedentes no sentido do abandono mais ou menos gradual da economia

planificada em favor da economia de mercado. De tais reformas, de enorme complexidade e dificuldade, poderão resultar, a prazo, consideráveis vantagens para os países em questão e para a economia mundial.

Como é evidente todos os cenários para 1991 foram construídos (a médio prazo) nos pressupostos da estabilidade política na zona do Golfo Pérsico e da manutenção do volume da oferta de petróleo. A não ser assim, e para além de alterações políticas no Médio Oriente de alcance imprevisível, a estabilização dos preços visada pelas políticas anti-inflacionistas será posta em causa e a economia mundial, em particular as economias europeias até há pouco planificadas e os países em desenvolvimento sentirão graves dificuldades.

A actividade económica na zona da OCDE continuou a progredir a bom ritmo, prevendo-se para 1990 e 1991, com a ressalva antes feita, uma expansão regular da actividade de praticamente, 3% ao ano, com taxas de inflação da ordem de 4,5% e desemprego estabilizado em 6,5%.

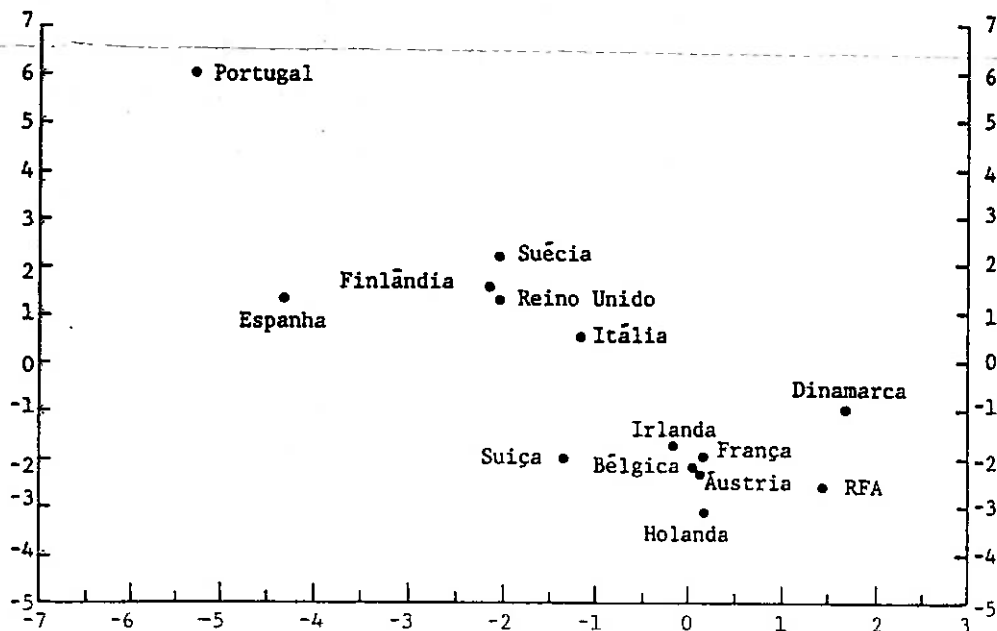
Na Comunidade Europeia o ano de 1989 caracterizou-se por um bom crescimento tanto do PIB (3,5%) como do emprego

(1,5%), tendo-se acentuado a convergência dos resultados da actividade económica dos estados membros.

INFLAÇÃO E DESEQUILÍBRIOS EUROPEUS

Diferencial médio da taxa de inflação face à média europeia, 1987-91
(eixo vertical)

Varição acumulada das balanças correntes em % do PIB, 1987-91
(eixo horizontal)



Para o ano em curso prevêem-se crescimentos reais do produto de 3%, do investimento de cerca de 5% e das exportações de mais de 6%. Quanto ao emprego deve aumentar 1%, o que corresponde a cerca de 1,5 milhões de postos de trabalho e fará com que a taxa de desemprego se situe abaixo de 9%. Graças às medidas tomadas pelas autoridades monetárias de diversos países e à evolução dos preços das importações, a inflação média deverá situar-se em cerca de 4,5% em 1990, contra 4,7% em 1989, mas aquela média resulta de taxas nacionais muito diversificadas. A convergência nesta área é indispensável, sob pena de se acentuar a diferenciação das taxas de juro e de ser afectada a estabilidade cambial, com reflexos negativos no investimento e no crescimento produtivo. As políticas orçamentais de alguns estados membros têm conduzido à persistência de níveis elevados de inflação e a desequilíbrios da balança de pagamentos, requerendo um reforço de coordenação em ordem à união económica e monetária.

A política económica da Comunidade Europeia terá que enfrentar dois desafios: aprofundar a coordenação das bases do crescimento e acentuar a convergência no sentido da estabilidade, e isto num quadro de algumas incertezas provocadas pela crise do Golfo e noutras zonas do globo.

A nível nacional, o combate à inflação, a subida da tributação indirecta e um orçamento de Estado restritivo para 1991 são elementos essenciais da política de estabilização financeira que, em associação com uma nova versão da política de trabalho e de rendimentos, visam a transição controlada para a União Económica e Monetária.

Na economia portuguesa registou-se um aumento da taxa de crescimento em 1989 (5,4%), acompanhada da diminuição da taxa de desemprego (5,3%). A inflação, porém, situou-se próximo de 13%, nomeadamente em razão da evolução dos preços dos bens alimentares.

Para o ano em curso e para o próximo prevêem-se a atenuação do crescimento da procura interna, sem prejuízo da progressão a níveis elevados da formação bruta de capital fixo, a manutenção da taxa de desemprego e o crescimento do PIB a cerca de 4% ao ano (3,5% em 1991). Quanto à inflação, que tem ultrapassado as metas fixadas, irá recorrer-se à política orçamental tendo em vista a sua contenção e aproximação da média comunitária, como complemento dos ajustamentos introduzidos através da política monetária.

2- SITUAÇÃO INTERNA

O critério corrente e simples de avaliação do desenvolvimento nacional é a capitação do Produto Interno Bruto e a sua taxa de variação que o Banco Mundial calcula e publica no seu relatório anual. Aquele critério é enriquecido quando se transforma o PIB per capita nominal em standard de poder de compra (SPC) por forma a eliminar distorções cambiais.

Recentemente uma agência das Nações Unidas — United Nations Development Programme - UNDP — abordou a questão do desenvolvimento humano do ponto de vista da ausência de carências, através de um índice sintético, designado por Índice de Desenvolvimento Humano, construído a partir do PIB per capita transformado em poder de compra, da esperança de vida e do grau de alfabetização da população adulta, com ponderações idênticas para os três indicadores. A circunstância de,

no processo de cálculo, o valor máximo da capitação do poder de compra corresponder ao limite da pobreza dos nove países mais industrializados (4861 dólares dos Estados Unidos, valores de 1987) não é indiscutível, como também se pode discordar da não consideração da liberdade política ou do respeito pelos direitos humanos.

O cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi feito para 130 países com mais de um milhão de habitantes.

No quadro de 130 países caberia à Região Autónoma dos Açores a 45ª posição.

Ainda que a comparação de uma pequena região como a dos Açores com países cujas populações vão desde um milhão a outros com dezenas, centenas e mesmo mais de mil milhões de habitantes suscite, muitas reservas, não deixa de ser útil esta tentativa de quantificar, mesmo elementarmente, e de situar no quadro mundial o nível de desenvolvimento económico e social da Região.

As indicações disponíveis relativas à situação interna sugerem uma evolução geral positiva.

O volume de emprego, que entre 1986 e 1988 crescera a uma taxa média anual superior à 3%, teve uma variação positiva de pequena amplitude em 1989 em resultado de uma diminuição

do emprego masculino e de um aumento mais pronunciado do emprego feminino. Como ocorreram diminuições da população total e em idade activa (15-64 anos), tanto a taxa de actividade como a de participação continuaram a subir, sendo de realçar que a taxa de participação feminina no mercado de trabalho atingiu já 37%.

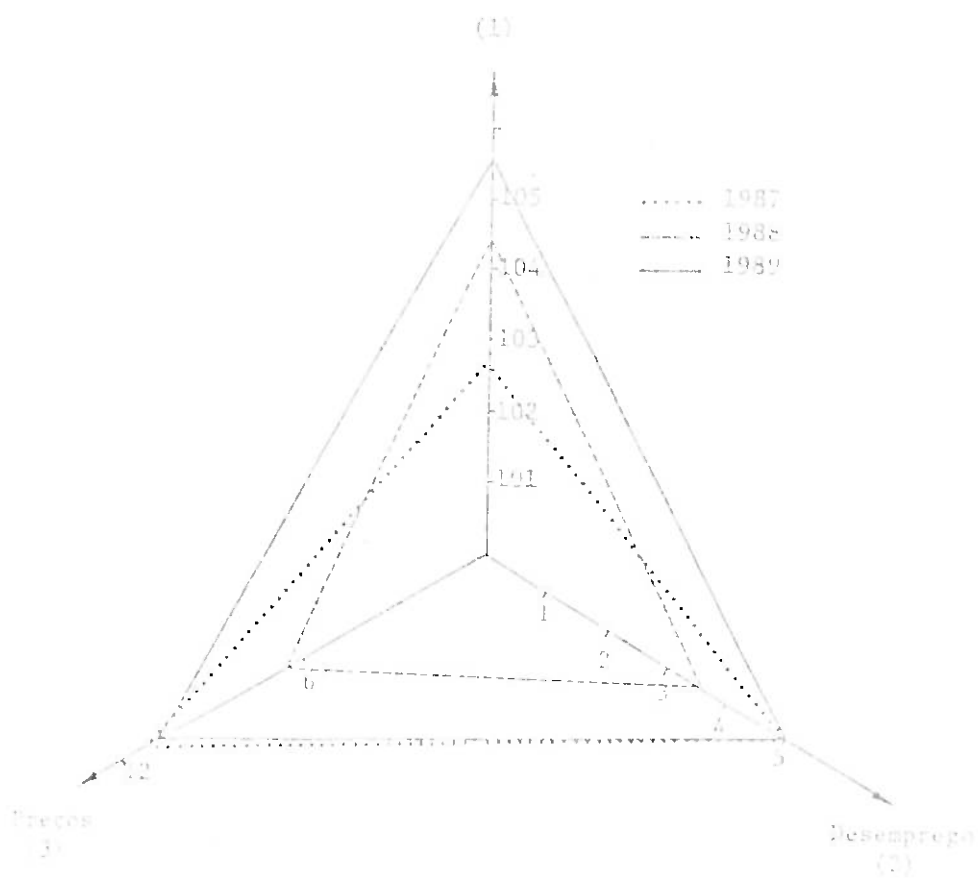
Em 1989 inverteu-se a tendência decrescente da evolução do desemprego, que, de resto, se situava num nível próximo do de pleno emprego. As taxas de desemprego em sentido lato e em sentido restrito foram de 5 e 3,4%, respectivamente, valores muito próximos dos relativos a 1987.

O ritmo de crescimento dos preços no ano de 1989, medido pelo Índice de Preços no Consumidor, foi marginalmente inferior ao do ano anterior, ainda que a tendência no segundo semestre fosse no sentido da subida. Esta mesma tendência prolongou-se e acentuou-se no ano corrente.

O nível de actividade económica, segundo a média dos índices compostos trimestrais de 1989, teve uma evolução crescente moderada, mais pronunciada nos dois primeiros trimestres que nos últimos.

A evolução dos três grandes indicadores de ordem geral antes mencionados teve a seguinte expressão gráfica ao longo do triénio 1987-1989:

Actividade Económica



3 - OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

A segunda metade de 1989 e todo o ano de 1990 ficaram marcadas por alterações políticas de maior importância e amplitude, pelas suas implicações em múltiplos aspectos, e surpreendentes, nomeadamente pelo ritmo com que eclodiram e estão a evoluir.

As transformações político-económicas em curso no centro e no leste europeu e, mais recentemente, a perigosa situação militar na área do Golfo Pérsico — com grandes repercussões em todo o mundo — podem alterar e seguramente alterarão um enquadramento externo geral que até há pouco podia ser considerado, no imediato e no médio prazo, como estável e favorável para a Comunidade Europeia, a OCDE e, em regra, para a economia mundial.

É sabido que a Comunidade Europeia apoiará a reconstrução económica de alguns países europeus, tarefa de tais

dimensões que não é de excluir que mais tarde ou mais cedo seja afectada a função redistributiva dos fundos estruturais comunitários. A confirmar-se tal eventualidade o apoio ao desenvolvimento das regiões da Comunidade menos favorecidas, com destaque para as mais periféricas, poderia vir a ser prejudicado.

A nível nacional, o objectivo de contenção do défice orçamental e da inflação, sem prejudicar o investimento, irá traduzir-se numa política orçamental de grande rigor nos próximos anos, com o objectivo de aproximação acelerada aos padrões de uma Comunidade, ela própria em mutação muito rápida.

No plano regional, foi possível garantir o acesso a cofinanciamentos muito significativos de programas e projectos pelos fundos estruturais comunitários, estando a sua concretização dependente da capacidade de execução material durante os próximos anos. Esta, porém, envolve a disponibilidade de recursos financeiros, próprios ou transferidos, que têm sido e previsivelmente continuarão a ser insuficientes para fazer face à totalidade dos investimentos do Plano.

Tal constrangimento financeiro, que já influiu na execução do Plano para 1990, obrigou a uma nova e profunda reflexão sobre os objectivos de desenvolvimento a privilegiar e, mais concretamente, sobre o grau de prioridade a atribuir aos

diversos projectos e acções que, em princípio, deveriam ter execução em 1991/92.

Aos empreendimentos incluídos ou susceptíveis de inclusão em programas operacionais foi atribuída prioridade absoluta, tanto em razão do seu interesse objectivo, como da sua natureza "quase contratual", como ainda do cofinanciamento ser a fundo perdido.

Aos empreendimentos em curso de execução correspondeu idêntico grau de prioridade.

Quanto a novos empreendimentos houve que limitar o seu lançamento ao estritamente inadiável.

As limitações apontadas e, em especial, a fixação de prioridades têm implicações mais de ordem quantitativa que qualitativa, isto é, afectam e retardam sobretudo o ritmo de execução de alguns empreendimentos previstos no Plano de Médio Prazo, não alterando essencialmente os grandes objectivos de desenvolvimento inicialmente enunciados.

A circunstância de a maioria dos empreendimentos a executar ser de natureza infra-estrutural fará, porém, com que os

sectores económicos sejam relativamente menos penalizados que os sectores sociais no processo de ajustamento que houve que efectuar. A crescente procura por parte do sector privado dos sistemas de incentivos financeiros a fundo perdido, fortemente apoiados pela Comunidade, certamente impulsionará o processo de desenvolvimento regional.

Assim, os grandes objectivos de desenvolvimento a prosseguir são:

- Dinamização do investimento privado

Esta linha de política visa, primariamente, a modernização do aparelho produtivo regional. Pretende-se que o crescimento da produção resulte, essencialmente, da actividade do sector privado, que continuará a ser incentivado no que respeita ao investimento produtivo por esquemas de apoio e beneficiará dos investimentos públicos feitos na área das infra-estruturas económicas básicas.

Ainda que a situação do emprego seja favorável e o mercado de trabalho esteja estabilizado, importa suscitar a criação de um número importante de postos de trabalho, por forma a manterem-se as condições básicas de equilíbrio da sociedade.

Sendo a produtividade do trabalho um elemento

essencial da competitividade interna e externa dos produtos regionais e tendo em vista minorar diferenças que subsistem face a padrões nacionais e comunitários, serão empreendidas acções conducentes ao aumento da produtividade média do factor trabalho.

- Dotação de infra-estruturas económicas e aumento da sua eficácia

A atenuação do isolamento dos Açores, por forma a possibilitar a intensificação das trocas com o exterior e no espaço regional, bem como o desenvolvimento do turismo, torna indispensável que prossiga o ciclo da implantação e apetrechamento das infra-estruturas económicas, com prioridade para as relativas à acessibilidade, como via para minorar as desvantagens características de uma região insular e periférica. A modernização das estruturas produtivas, a aposta decisiva nos sectores em que a economia regional apresenta maiores vantagens comparativas estáticas e potenciais e os condicionamentos insulares e demográficos aconselham que se prossiga uma política de rompimento do isolamento.

- Promoção da coesão social

O ajustamento e a modernização pretendidos, como todos os processos de transformação rápida, têm uma vertente social importante, requerendo medidas de acompanhamento e de apoio que minimizem os riscos de desequilíbrio social e evitem que o desenvolvimento fique confinado a determinados espaços e a certos estratos populacionais. Por isso o considerável esforço realizado na criação e desenvolvimento de mecanismos virados para as prestações e serviços sociais essenciais, área privilegiada de intervenção do sector público, será mantido, com realce para a Educação e o apoio a Autarquias Locais nos investimentos em saneamento básico.

- Valorização cultural e ligações às comunidades açorianas no exterior

O apoio e a valorização do património cultural açoriano, nas suas múltiplas vertentes, por constituírem factores de enriquecimento humano e de oferta turística, continuarão a constituir objectivo a prosseguir.

As relações estreitas com as numerosas comunidades açorianas no exterior contêm em si mesmas uma componente de inovação e de modernidade que pode contribuir positivamente para o desenvolvimento da Região, pelo que o seu fortalecimento

continuará a ser encorajado.

- Promoção da qualidade de vida

A promoção da melhoria da qualidade de vida das populações é entendida como objectivo essencial para garantir o desenvolvimento harmónico e sustentado da Região no médio e longo prazos.

É neste sentido que o Governo tem desenvolvido e pretende aprofundar uma concertação das diferentes políticas sectoriais com destaque especial para as políticas de habitação, saúde, educação e ordenamento de forma a maximizar este objectivo.

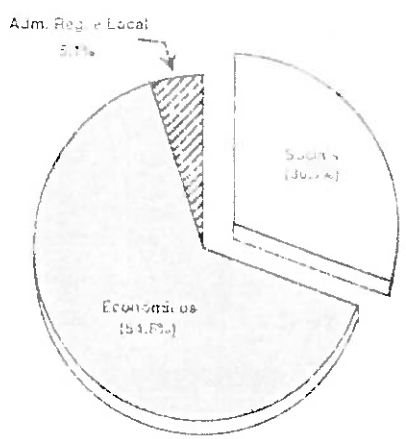
O Governo tem consciência que a promoção da qualidade de vida é uma tarefa difícil e de longo prazo, sem grandes resultados no curto prazo, mas que é estrategicamente importante para garantir um futuro dignificante para os açorianos mais jovens.

O reforço da qualidade dos recursos humanos da Região, que são a riqueza maior que se dispõe só será uma realidade com o sucesso desta opção do plano. Dela depende o sucesso da iniciativa privada num mercado alargado e concorrencial.

4 - PROGRAMAÇÃO SECTORIAL.

A dotação do presente Plano, num total de 32 785 mil contos, reparte-se pelos Sectores Sociais — 30,3 % (9 945 mil contos) e pelos Sectores Económicos — 64,6 % (21 170 mil contos), cabendo os restantes 5,1% (1 670 mil contos) ao Sector Administração Regional e Local.

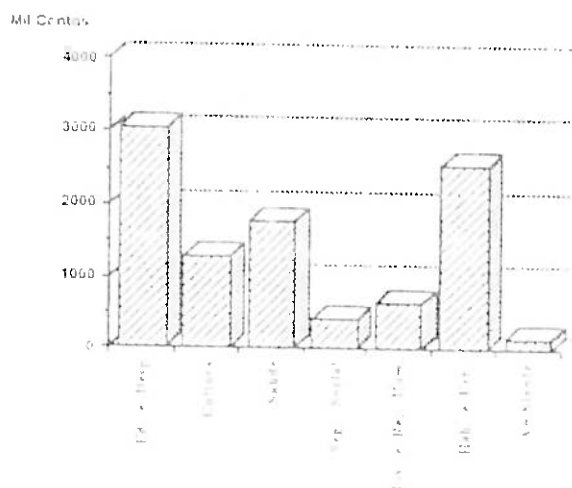
Esta repartição por grandes grupos de Sectores é próxima do previsto no Plano de Médio Prazo para o ano de 1991.



4.1 - SECTORES SOCIAIS

Os Sectores Sociais com uma dotação de 9 945 mil contos, compreendem programas que se agrupam pelas seguintes áreas:

-- Educação e Desporto	--	3 050 mil contos
-- Cultura	--	1 285 mil contos
-- Saúde	--	1 780 mil contos
-- Segurança Social	--	420 mil contos
-- Juventude e Recursos Humanos	--	670 mil contos
-- Habitação e Urbanismo	--	2 570 mil contos
-- Ambiente	--	170 mil contos



EDUCAÇÃO E DESPORTO

Linhas de Actuação:

Prosseguindo a linha de orientação enunciada no presente Plano de Médio Prazo, a Secretaria Regional da Educação e Cultura pretende, fundamentalmente, continuar a proporcionar o acesso generalizado à educação e, paralelamente, promover a melhoria qualitativa do sistema de ensino.

Para alcançar essas duas grandes metas, desenvolverá uma estratégia que possa responder adequadamente aos seguintes objectivos específicos:

- promover a expansão da rede da educação pré-escolar;
- garantir o cumprimento do princípio da escolaridade obrigatória;
- incentivar o acesso ao ensino superior e facilitar a sua frequência;
- adoptar medidas tendentes à promoção do sucesso

escolar;

- alargar e modernizar a rede de estruturas físicas;
- dotar o sistema de ensino com os meios humanos indispensáveis, em termos quantitativos e qualitativos;
- apoiar as variadas componentes da acção social escolar;
- incrementar a actividade desportiva e promover a construção das instalações necessárias à sua prática.

	1 000 contos
Programas	Dotação
P1 - Construções escolares	2 130
P2 - Aquisição de equipamentos para estabelecimentos de ensino	270
P3 - Instalações e actividades desportivas	650
TOTAL.....	3 050

PROGRAMA Nº 1
Construções Escolares

Conteúdo:

- Construção de 17 edifícios, com um total de 113 salas de aula, destinados ao funcionamento integrado da educação pré-escolar e do ensino primário, nas ilhas de S. Miguel (6 edifícios/59 salas de aula), Terceira (3/13), Graciosa (1/4), S. Jorge (2/4), Pico (1/4), Faial (3/16) e Corvo (1/6).
- Relativamente aos ensinos preparatório e secundário, a programação aponta para a construção de 4 novas escolas (3 de tipologia ES e 1 de tipologia C+S) e para a ampliação de outras 5 já em actividade.
- Para além destas acções, prevê-se também concluir as instalações desportivas de uma escola secundária, bem como as obras de grande reparação e remodelação em curso numa outra, ao que ainda acresce a execução da ampliação do pavilhão gimnodesportivo de uma escola preparatória.

- No que respeita ao ensino superior, os empreendimentos a executar caracterizam-se pela construção de departamentos para ensino e investigação e também pela superação das carências de estruturas provocadas pelo incêndio de Junho de 1989 no Pólo Universitário de Ponta Delgada. De sublinhar que estão programadas instalações totalmente novas para os Departamentos de Ciências Agrárias (Angra do Heroísmo) e de Oceanografia e Pescas (Horta), nas quais está prevista a integração de zonas específicas para o funcionamento de polos do Centro Integrado de Formação de Professores.

- Acções de preservação e melhoramento do parque escolar dos ensinos primário, preparatório e secundário a executar quer mediante apoios financeiros a conceder aos Municipípios, quer pela adjudicação de empreitadas ou realização directa de obras nos estabelecimentos de ensino.

Dotação..... 2 130 mil contos

PROGRAMA Nº 2

Aquisição de Equipamentos para Estabelecimentos de Ensino .

Conteúdo:

- Aquisição dos equipamentos indispensáveis ao processo pedagógico de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao superior, envolvendo material didáctico, mobiliário, maquinaria, equipamento científico e laboratorial e ainda material de transporte.

Dotação..... 270 mil contos

PROGRAMA Nº 3

Instalações e Actividades Desportivas

Conteúdo:

- Prosseguimento dos trabalhos em dois grandes projectos desportivos: a ampliação da zona desportiva de Ponta
-

Delgada e a implantação do parque desportivo de Angra do Heroísmo.

- Apoio às actividades curriculares e extra-curriculares das escolas, incentivos ao intercâmbio desportivo, apoios a atletas e a clubes e acções de formação de quadros.

Dotação..... 650 mil contos

CULTURA

Linhas de Actuação:

Será dada continuidade aos princípios expressos no Plano de Médio Prazo vigente, pelo que se procurará satisfazer dois objectivos fundamentais: por um lado, defender, preservar e valorizar monumentos, imóveis, espaços ou núcleos urbanos com interesse arquitectónico, histórico ou cultural e, por outro lado, apoiar e incentivar as actividades de instituições culturais e científicas, bem como de sociedades e grupos culturais e recreativos.

No campo da cultura e no domínio da comunicação social escrita e audiovisual, a descontinuidade e a dimensão do mercado regional têm reflexos directos e imediatos nos custos sociais da actividade comunicativa.

Os apoios instituídos pelos normativos regionais derivam da adequação às novas exigências de formação e valorização profissional dos agentes de comunicação social, bem como da

evolução tecnológica dos equipamentos utilizados na produção informativa.

Realce ainda para as alterações introduzidas pelo licenciamento de mais de uma dezena de novos operadores de radiodifusão, traduzidas já na aplicação de um sistema de incentivos financeiros e, na vigência do presente Plano, na criação de um regime de apoio supletivo à actividade de radiodifusão.

No âmbito do serviço público de televisão e radiodifusão mantem-se a preocupação de, em termos complementares à responsabilidade que neste domínio é cometida às empresas públicas RDP e RTP, contribuir para a universalização no espaço regional do acesso àqueles meios de comunicação audiovisual.

Programas	1 000 contos Dotação
P4 - Animação e actividades culturais.....	85
P5 - Defesa e valorização do património cultural.....	1 070
P6 - Apoio aos media.....	130
TOTAL	1 285

PROGRAMA Nº4
Animação e Actividades Culturais

Conteúdo:

- Apoio às actividades de instituições culturais e científicas.
- Apoio às manifestações artísticas de indivíduos, de sociedades e de grupos culturais e recreativos.
- Realização de acções de formação diversificadas na área cultural.

Dotação..... 85 mil contos

PROGRAMA Nº 5
Defesa e Valorização do Património Cultural

Conteúdo:

- Preservar e recuperar monumentos e imóveis com interesse cultural.
-

-
- Intervir na salvaguarda de núcleos urbanos com valor histórico e arquitectónico.
 - Dar continuidade ao processo de montagem de casas de etnografia.
 - Prosseguir os trabalhos de inventariação do património artístico e cultural.
 - Continuar as acções de recuperação do património imobiliário danificado pelo sismo de 1980.

Dotação..... 1 070 mil contos

PROGRAMA Nº 6

Apoio aos Media

Conteúdo:

O programa destina-se a apoiar a cobertura televisiva da Região, consolidação da macrocobertura radiofónica/microcoberturas, concessão de participações à comunicação social privada e formação e valorização profissionais, através da concessão de subsídios e bolsas.

Dotação..... 130 mil contos

SAÚDE

Linhas de Actuação:

O objectivo genérico de prosseguir a organização gradual de um sistema de saúde adequado a Região e o seu funcionamento em condições satisfatórias depende das estruturas físicas existentes, dos meios humanos e dos meios técnicos disponíveis. Algumas das estruturas existentes já não dão resposta às necessidades, apesar das beneficiações e ampliações que foram feitas ao longo dos anos. Por essa razão há que investir na construção de novas unidades de saúde, nomeadamente o novo hospital de Ponta Delgada e os centros de saúde de Vila do Porto e de S. Roque do Pico, bem como na beneficiação e equipamento das actuais estruturas de saúde e no fomento da formação e da investigação dos profissionais do sector.

No quadro das actividades a empreender inscreve-se também a informatização dos serviços.

	1 000 contos
Programas	Dotação
P7 - Construção de unidades de saúde.....	1 021
P8 - Beneficiação e equipam. de unidades de saúde.....	624
P9 - Apoio à fixação de pessoal de saúde.....	40
P10 - Investigação, formação e informatização.....	95
TOTAL.....	1 780

PROGRAMA Nº 7
Construção de Unidades de Saúde

Conteúdo:

Este programa consiste na compra de terrenos, na execução de projectos e na construção e aquisição de equipamento para novas estruturas de saúde.

Dotação..... 1 021 mil contos

PROGRAMA Nº 8
Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde

Conteúdo:

Beneficiação das actuais estruturas, bem como o seu apetrechamento.

Serão comparticipadas financeiramente as obras realizadas nas Casas de Saúde. Proceder-se-á à beneficiação e conservação de termas.

Dotação..... 624 mil contos

PROGRAMA Nº 9
Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde

Conteúdo:

Este programa inclui a construção de residências para religiosas nas Velas e em Santa Cruz da Graciosa.

Dotação 40 mil contos

PROGRAMA Nº 10

Investigação, Formação e Informatização

Conteúdo:

Apoio aos profissionais na área da investigação.

Formação profissional com o objectivo de actualizar e melhorar a qualidade de pessoal do sector, sendo concedidas bolsas de estudo e prestado apoio financeiro para o efeito.

Prosseguirá a implementação do Plano Director de Informática da Saúde.

Dotação..... 95 mil contos

SEGURANÇA SOCIAL

Linhas de Actuação:

Conclusão de várias obras em curso para a infância, juventude e idosos, de modo a permitir a satisfação do bem comum, é um dos objectivos deste sector. Por isso é importante continuar a política de construção de infra-estruturas, pois através delas poderão ser minoradas as carências que ainda subsistem ao nível dos vários grupos etários.

Programas	1 000 contos Dotação
P11 - Apoio a Instituições de Solidariedade Social	420
TOTAL.....	420

PROGRAMA Nº 11
Apoio a Instituições de Solidariedade Social

Conteúdo:

Na área da Infância e Juventude prevê-se a elaboração de projectos para três creches e dois jardins de infância e a continuação de uma obra de remodelação de um lar feminino com especial importância numa zona de recolhimento e apoio a mães solteiras. Deverão ainda concluir-se as obras de duas creches e um jardim de infância e adquirir-se o respectivo equipamento.

Na área dos Idosos prevê-se o início das obras de dois lares, além da continuação da obra e remodelação de uma estrutura de apoio.

Dotação..... 420 mil contos

JUVENTUDE E RECURSOS HUMANOS

Linhas de Actuação:

A melhoria da produção e do emprego e o incremento da produtividade passam necessariamente pelo reforço do investimento na requalificação, aperfeiçoamento e reconversão dos recursos humanos já em actividade e pela formação profissional dos que, num futuro próximo, integrarão a população activa, nomeadamente os oriundos do sistema formal de ensino.

No sentido da prossecução deste objectivo, a política adoptada aponta para um alargamento das áreas formativas actualmente existentes e para a expansão das estruturas de formação profissional.

O desenvolvimento do esquema de formação/informação, permitindo uma maior igualdade de oportunidades, constitui igualmente uma das prioridades da política relativa aos recursos humanos.

A política a implementar será dirigida preferencialmente para os grupos e sectores considerados como mais vulneráveis, destacando-se os jovens e as mulheres, os quais aliam uma insuficiente preparação profissional a uma nula ou reduzida formação profissional de base.

A política de juventude consubstanciará com pressupostos básicos a coordenação e interligação sectorial das medidas a implementar a diferentes níveis: económico, social e cultural.

Esta política passa necessariamente pelo envolvimento activo dos próprios jovens, pelo que serão mantidos os mecanismos indispensáveis à participação desses mesmos jovens no processo de transformação que continuamente ocorre.

Programas	1 000 contos Dotação
P14 - Apoio à juventude.....	314
P15 - Estruturas físicas.....	138,5
P16 - Formação profissional.....	217,5
TOTAL.....	670

PROGRAMA Nº 14
Apoio à Juventude

Conteúdo:

Uma das vertentes importantes da política de juventude traduz-se na aposta de criar condições para o aparecimento de novos empresários através do estímulo às iniciativas de jovens que tenham ideias validas e sejam capazes de assumir a actividade empresarial e o risco que lhe está inerente. O PAJE tem como objectivo despertar nos jovens o espírito empreendedor e a vocação empresarial e o seu sucesso impõe uma segunda fase do projecto em 1991.

O apoio ao associativismo juvenil é uma aposta na participação dos jovens como um dos vectores mais importantes para garantir a coerência das políticas sectoriais e assegurar a construção de uma política global integrada. O apoio ao associativismo tem como objectivos:

- Apoio técnico e financeiro a associações;
- Motivar e consciencializar a capacidade de iniciativa local na criação de infra-estruturas com qualidade e condições operacionais necessárias ao desenvolvimento de actividades para jovens.

O projecto Pousadas da Juventude tem como objectivo a

criação de infra-estruturas que facilitem o intercâmbio e mobilidade dos jovens.

O projecto Ocupação de Tempos Livres para Jovens visa proporcionar condições para que possam preencher os tempos livres dos jovens e promover o contacto destes com experiências em áreas profissionais que possam constituir oportunidade de orientação vocacional.

A situação bem específica dos jovens relativamente ao problema de habitação impõe um conjunto de medidas de política habitacional que contribuam significativamente para a resolução de algumas carências habitacionais da juventude.

Dotação..... 314 mil contos

PROGRAMA Nº 15
Estruturas Físicas

Conteúdo:

Na área das estruturas físicas proceder-se-á à urbanização da zona envolvente do Centro de Formação Profissional dos Açores (CFPA) e será iniciada a construção de um novo edifício para a secção de hotelaria.

Prosseguirá o apetrechamento das áreas formativas já

existentes no CFPA, bem como será concluída a aquisição dos equipamentos para a secção do ramo alimentar.

Prosseguirá a política de adaptação das instalações dos Centros de Emprego aos novos conceitos de atendimento e prestação de serviço no âmbito dos mesmos, bem como a de introdução das novas tecnologias, designadamente a informatização, com vista à melhoria da qualidade de serviço prestado e resposta adequada às exigências em termos de estatísticas, nomeadamente conforme solicitações comunitárias.

Dotação..... 138,5 mil contos

PROGRAMA Nº 16
Formação Profissional

Conteúdo:

As verbas inscritas neste programa correspondem à comparticipação pública das acções co-financiadas pelo Fundo Social Europeu e ao apoio directo a acções de formação profissional não comparticipáveis por aquele Fundo.

As diversas acções de formação profissional serão levadas a efeito quer no CFPA quer fora dele.

Dotação..... 217,5 mil contos

HABITAÇÃO E URBANISMO

Linhas de Actuação:

1. HABITAÇÃO

O desenvolvimento da Região assenta em diversas premissas, das quais ressaltam a qualidade de vida, a dignificação da pessoa humana e a melhoria continuada do bem-estar social.

A habitação assume um papel relevante na prossecução destes objectivos. Contudo, existem dificuldades identificadas como sejam os elevados custos de construção e dos encargos resultantes do financiamento que dificultam o acesso, por parte dos cidadãos, à habitação própria.

Para responder a esta necessidade o Governo delineou um programa de apoio à construção ou aquisição de casa própria, reformulando os apoios anteriormente existentes com base na experiência recolhida durante a sua aplicação.

A nova política do Governo para a habitação assenta,

fundamentalmente, em três eixos.

Um primeiro eixo pretende dar resposta à aquisição de habitação própria. Nesse sentido, prepararam-se diversos diplomas que regulamentarão os apoios a conceder ao nível da auto-construção, construção a custos controlados e aquisição, preparação e cedência de solos infra-estruturados. Nesta área teve-se a preocupação de alargar o leque de cidadãos abrangidos e desburocratizar o sistema de concessão de apoios.

A recuperação do parque habitacional e o realojamento de populações em situação de extrema precaridade constitui o segundo eixo da política de habitação. Pretende-se maximizar o aproveitamento do parque habitacional apoiando também fogos já existentes e, por vezes, desabitados ou que não reúnem as condições e infra-estruturas necessárias.

Um terceiro eixo assenta na bonificação de juros relativos a empréstimos para a habitação. Foi desenvolvido um diploma que cria o Sistema de Apoio Financeiro à Habitação (SAFIN). Este sistema prevê a bonificação dos encargos do crédito obtido ou a obter junto das instituições de crédito para a construção ou aquisição de casa. Pretende-se aliviar os encargos das famílias que, no início de vida, têm as dificuldades normais resultantes da sua constituição ou ainda aquelas que têm o seu agregado em fase de crescimento e, por esse motivo, também sofrem as limitações

que tal situação impõe.

O Governo pretende com a política de habitação mobilizar as poupanças dos cidadãos para a aquisição de casa própria ao mesmo tempo que dinamiza o mercado da construção civil com os reflexos positivos daí resultantes na economia da Região.

O Governo privilegia as cooperativas pretendendo que elas sejam um meio eficaz de resposta no mercado da habitação.

2. ORDENAMENTO

O Ordenamento do Território, concebido como uma política global que seja a expressão espacial da política económica, social, cultural e ambiental, pretende conciliar e rentabilizar as características biofísicas do meio ambiente com as actividades socioeconómicas.

Os objectivos gerais desta política consistem na melhoria da qualidade de vida da população, no desenvolvimento socioeconómico equilibrado e sustentado da Região, na gestão responsável dos recursos naturais e protecção do meio ambiente e na utilização racional do território.

A política de ordenamento do território na Região conta com três tipos de instrumentos respeitantes a três níveis de intervenção.

A nível regional, o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) será a expressão espacial da política de desenvolvimento da Região, assegurando o enquadramento das infra-estruturas, dos equipamentos e do desenvolvimento urbano no espaço regional permitindo, ainda em termos gerais e a nível regional, a gestão do ordenamento do território e a defesa do ambiente e recursos naturais.

A nível municipal, os Planos Directores Municipais (PDM's) serão planos de estratégia concelhios, contendo os programas de acção das Câmaras Municipais, tendo por base a caracterização e zonamento do seu território, fundamentando as propostas de desenvolvimento de cada sector de actividade de acordo com a evolução demográfica prevista e os objectivos regionais de desenvolvimento.

Ainda a nível municipal, constituem instrumentos de ordenamento os planos gerais de urbanização, os planos de pormenor e os planos de salvaguarda e valorização.

3. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

A política de equipamentos colectivos assenta em duas premissas fundamentais: a melhoria e conservação do património da Região e o apoio a entidades privadas de interesse colectivo.

A melhoria do património da Região está, intimamente, ligada à criação de condições físicas para que a administração possa prestar um serviço público que satisfaça com qualidade as necessidades das populações.

O apoio a entidades privadas com interesse colectivo é essencial para dinamizar a actividade de instituições que contribuam de forma insubstituível para a formação e valorização da pessoa humana.

4. GESTÃO DE ÁGUAS

A política de gestão de águas dará resposta a uma preocupação cada vez mais sentida no que respeita à qualidade das águas.

Assim, desenvolver-se-ão estudos que permitirão, numa segunda fase, intervir na protecção dos recursos hídricos e na implantação de um programa adequado de gestão e exploração

desses recursos, garantindo a preservação da sua qualidade tendo em conta a dimensão dos consumos futuros e os possíveis efeitos do desenvolvimento de agentes poluentes.

Pretende-se, ainda, agir sobre os efeitos negativos ao nível do ecossistema provocados pela eutrofização das lagoas e da poluição das ribeiras.

Programas	1 000 contos Dotação
P17 - Apoio à habitação.....	1 900
P18 - Ordenamento urbanístico.....	110
P19 - Equipamentos colectivos	500
P20 - Gestão de águas	60
TOTAL	2 570

PROGRAMA Nº 17

Apoio à Habitação

Conteúdo:

O programa visa apoiar a construção de casa própria, a contenção do aumento dos custos da construção, a aquisição e infra-estruturação de solos, o realojamento de famílias desalojadas

ou carenciadas de habitação, a ampliação e manutenção do parque habitacional público, o apoio à recuperação de habitação degradada e a reparações de causadas por calamidades e estragos.

Dotação..... 1 900 mil contos

PROGRAMA Nº 18
Ordenamento Urbanístico

Conteúdo:

Plano de ordenamento do território, cartografia geral das ilhas e apoio aos municípios na realização de planos de urbanização e de salvaguarda de zonas de interesse histórico e turístico são as componentes do programa.

Dotação..... 110 mil contos

PROGRAMA Nº 19
Equipamentos Colectivos

Conteúdo:

O programa visa a beneficiação, remodelação e ampliação de instalações de serviços públicos regionais e a

atribuição de apoios destinados a promover a melhoria das instalações das entidades particulares de interesse colectivo.

Dotação..... 500 mil contos

PROGRAMA Nº 20
Gestão de Águas

Conteúdo:

Controlo da eutrofização das lagoas, da erosão hídrica, elaboração do plano de gestão dos recursos hídricos e protecção das nascentes e captações, cobertura hidrometeorológica da Região são as componentes do programa.

Dotação..... 60 mil contos.

AMBIENTE

Linhas de Actuação:

A política de ambiente é actualmente uma componente estrutural de desenvolvimento. As múltiplas inter-relações entre os aspectos naturais e os socioeconómicos e a sua complexidade tornam necessária uma visão sistemática do ambiente que possibilite a aplicação de critérios dinâmicos e globais acerca dos problemas existentes neste domínio.

É necessário conhecer melhor o estado e a evolução do ambiente. Para tal deverá dispor-se de informações quantitativas sobre as relações entre as actividades económicas e o ambiente e conceber modelos que permitam a melhor compreensão das mesmas e a avaliação dos desenvolvimentos possíveis.

As acções relativas ao ambiente devem nortear-se pela obrigatoriedade de uma acção preventiva, pela prioridade de correcção na fonte dos danos ambientais e pelo princípio do poluidor pagador.

1 000 contos	
Programas	Dotação
P21 - Preservação e melhoria do ambiente	170
TOTAL	170

PROGRAMA Nº 21
Preservação e Melhoria do Ambiente

Conteúdo:

Constituem as principais acções a desenvolver no âmbito deste programa a implementação de uma política de intervenção nos domínios da defesa e conservação da natureza, a inventariação dos recursos naturais, a preservação da qualidade do ambiente, a avaliação e acompanhamento de acções de planeamento e ordenamento, a implementação de acções de divulgação e sensibilização da problemática ambiental e a investigação científica.

Dotação..... 170 mil contos

EMIGRAÇÃO

Linhas de Actuação:

A emigração é um fenómeno de grande relevância social que, internamente, afecta todos os sectores da vida açoriana e que, fora do espaço geográfico da Região, deu origem a comunidades que asseguram, no exterior, uma presença cultural, social e política que interessa aos Açores preservar, estimular e incentivar.

Por isso é necessário continuar a promover o reforço dos laços de cooperação cultural, económica e política com as comunidades açorianas espalhadas pelo Mundo.

Assim, de acordo com os objectivos do presente Plano de Médio Prazo, a actividade do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas em 1991 compreenderá:

- A execução de um programa de formação para jovens e responsáveis das Comunidades abrangendo acções destinadas a agentes de ensino.
-

dirigentes associativos, animadores culturais e jovens estudantes;

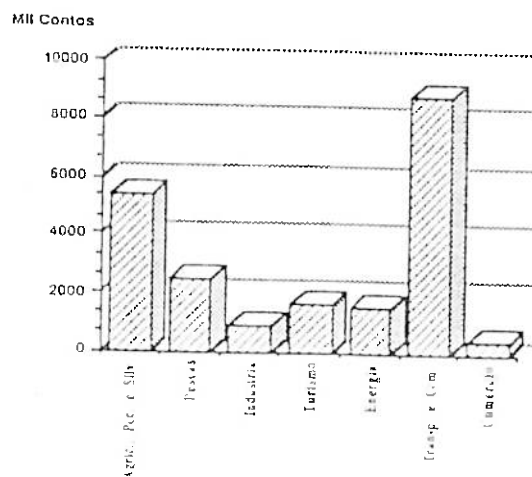
- Aperfeiçoamento do programa de informação para as Comunidades, continuando a privilegiar os mais modernos meios de comunicação social;
- Incentivo da animação cultural nas Comunidades pelo apoio a iniciativas existentes de reconhecida qualidade e pela promoção de outras em áreas em que tal venha a revelar-se necessário;
- Promoção da realização de estudos e da edição de obras relacionadas com a problemática da emigração;
- Realização do III Congresso de Comunidades Açorianas.

A dotação deste sector está inscrita no orçamento de funcionamento.

4.2 - SECTORES ECONÓMICOS

Os Sectores Económicos com uma dotação de 21 170 mil contos, compreendem programas que se agrupam pelas seguintes áreas:

— Agricultura, Pecuária e Silvicultura	—	5 400 mil contos
— Pescas	—	2 500 mil contos
— Indústria	—	850 mil contos
— Turismo	—	1 680 mil contos
— Energia	—	1 570 mil contos
— Transportes e Comunicações	—	8 770 mil contos
— Comércio	—	400 mil contos



AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

Linhas de Actuação:

Em 1991 manter-se-ão os grandes objectivos de política agrícola que foram definidos no Plano de Médio Prazo.

Inicia-se a segunda etapa da adesão no sector que se irá prolongar até 1995.

A programação incide sobre o desenvolvimento agrícola, os recursos florestais e a transformação e comercialização dos produtos agrícolas.

Programas	1 000 contos Dotação
P22 - Desenvolvimento agrícola.....	4 400
P23 - Desenvolvimento, protecção e gestão dos recursos florestais	200
P24 - Transformação e comercialização dos produtos agrícolas....	800
TOTAL	5 400

PROGRAMA Nº 22
Desenvolvimento Agrícola

Conteúdo:

O programa reflecte o facto de durante o ano entrarem em execução e/ou serem incrementados alguns programas estruturais que visam reforçar as acções de modernização em curso na agricultura açoriana.

São objectivos de política o incremento das acções que visam sustentar os rendimentos dos agricultores, permitindo a melhoria das suas condições de vida.

No âmbito do apoio às organizações de produção, o Programa de Apoio ao Reforço das Organizações de Agricultores (PROAGRI) assumirá um cariz claramente estruturante, privilegiando as acções concebidas e orientadas para o reforço da capacidade interna e de gestão das organizações e, bem assim, as relacionadas com a prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores.

Na área da formação profissional prosseguirão as obras que visam dotar a Região de diversos centros de formação profissional agrária, prevendo-se a realização de cursos para agricultores e técnicos em todas as ilhas do arquipélago.

Em ordem a melhorar a competitividade da agricultura açoriana e contribuir para a sua modernização, foi programado um conjunto de acções integradas, no âmbito da investigação e experimentação, que visam aplicar novas técnicas de produção, as quais, uma vez comprovadas, serão objecto de divulgação.

Existem diversos projectos em curso na área das forragens e bovinicultura cujo objectivo principal é contribuir para a melhoria da eficiência técnico-económica da bovinicultura de leite e de carne com base na produção pratense. Na área da horto-fruti-floricultura os projectos visam determinar o rendimento, comportamento vegetativo e resistência contra as doenças, precocidade e qualidade de algumas variedades de produtos agrícolas, frutícolas e florícolas, nomeadamente de culturas agro-industriais, fruticultura tradicional e sub-tropical e floricultura de corte e ornamental.

Prevê-se a continuação do programa de vulgarização agrária, do qual se salienta o programa televisivo "Divulgação Agrária", a realização de "dias de demonstração", de visitas guiadas aos campos de ensaio, a instalação de campos de demonstração nas propriedades dos agricultores e elaboração de folhetos divulgativos.

O apoio aos investimentos nas explorações agrícolas visa, na área da bovinicultura, a melhoria da qualidade e o

aumento do rendimento do efectivo pecuário através do incremento da produção de alimentos provenientes das pastagens.

O desenvolvimento do sector pecuário passará também pelo controlo e profilaxia dos problemas de carácter sanitário.

Em relação às doenças infecto-contagiosas, o combate continuará a incidir na brucelose, tuberculose e leucose.

Continuarão a ser implementadas diversas acções no domínio da prospecção, diagnose e zonagem dos inimigos das culturas, caracterização bioecológica das principais pragas e agentes patogénicos que atacam as culturas.

Finalmente, no domínio das infra-estruturas, serão realizadas acções na rede de caminhos de acesso às explorações agro-silvo-pecuárias e, em cooperação com as Câmaras Municipais, serão efectuadas acções que permitam o abastecimento de água a explorações em S. Miguel e na Terceira.

Dotação..... 4 400 mil contos

PROGRAMA Nº 23

Desenvolvimento, Protecção e Gestão dos Recursos Florestais

Conteúdo:

Os projectos incluídos neste programa têm em vista a implementação e o desenvolvimento de diversas acções com o fim de materializar uma política florestal regional assente em dois vectores, o económico e o ambiental, os quais caracterizam e definem a conhecida dualidade da floresta e do meio florestal, no sentido da produção de bens de interesse económico e na prestação de diversos serviços de defesa, protecção e conservação do ambiente.

Na produção de bens de interesse económico, é de destacar a produção de material lenhoso, com diversas acções incidindo na colheita e obtenção de sementes e produção dos stocks de plantas necessários aos trabalhos de arborização (nos sectores público e privado), na condução cultural (limpezas e desbastes) dos povoamentos, no fomento florestal, no apoio e no controlo da exploração no sector privado.

Destacam-se ainda as acções que incidem na área da produção pecuária, através da instalação e reinstalação de pastagens, seu tratamento e conservação, construção de tanques bebedouros, acessos e vedações e ainda a instalação de cortinas

de abrigo e de protecção.

A importância crescente dos aspectos ecológicos e de natureza ambiental, a par de diversas influências de natureza social, levam a considerar como não menos importantes as acções que incidem no fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas, assim como na instalação, conservação e gestão das reservas florestais naturais e de recreio.

No âmbito do apoio aos sectores referidos destacam-se as acções que incidem nos estudos e trabalhos de experimentação florestal, na divulgação e na formação profissional.

Dotação..... 200 mil contos

PROGRAMA Nº 24

Transformação e Comercialização dos Produtos Agrícolas

Conteúdo:

A actividade prevista incide sobretudo na continuação das acções de modernização da estrutura regional de abate; algum apoio é previsto também para a racionalização dos circuitos de comercialização de gado vivo.

No sector da qualidade alimentar, para além da classificação de leite nas ilhas de S. Miguel e Terceira e o seu alargamento a S.Jorge, Pico e Faial, prevê-se o apoio a unidades industriais privadas com vista à melhoria da qualidade dos produtos e preparação técnica de funcionários qualificados.

No sector cooperativo leiteiro, especificamente, serão concedidos apoios financeiros para a modernização e reconversão das estruturas industriais.

Na área de mercados e intervenção reservam-se algumas verbas com o objectivo de regularização do mercado regional dos produtos agrícolas, através de operações de intervenção e programação dos produtos regionais, visando o seu escoamento.

Será criada uma nova acção destinada a suportar os encargos financeiros resultantes dos compromissos assumidos pelo Governo Regional no saneamento financeiro das uniões de cooperativas e das operações de intervenção no sector do leite na campanha de 1990.

Dotação..... 800 mil contos

PESCAS

Linhas de Actuação:

O aproveitamento das potencialidades de crescimento deste sector, uma cuidada investigação e gestão dos recursos marinhos e a evolução favorável do peso do sector no contexto da economia regional, bem como dos rendimentos dos produtores, são as linhas mestras da política prosseguida e a prosseguir no que respeita às Pescas.

O lançamento a concurso da execução dos portos de pesca da Terceira e de São Miguel prevê-se que ocorra na vigência deste Plano, permitindo, assim, dotar a Região de infra-estruturas físicas capazes de responder positivamente a uma área de actividade económica fundamental para o seu desenvolvimento.

Programa	1 000 contos Dotação
P25 - Desenvolvimento das pescas.....	2 500
TOTAL.....	2 500

PROGRAMA Nº 25
Desenvolvimento das Pescas

Conteúdo:

O programa, constituído por três projectos interdependentes e articulados entre si, prevê intervenções nas seguintes grandes áreas:

- Recursos marinhos
- Recursos humanos
- Meios de extracção
- Estruturas de apoio portuário
- Estruturas de primeira venda
- Estruturas de transformação
- Estruturas de comercialização

A conjugação destas intervenções, nas quais se deve destacar uma grande componente de apoios ao investimento do sector privado, criará condições para a valorização e aumento da competitividade da produção regional, o incremento e diversificação das capturas e o reforço da capacidade regional em matéria de formação de profissionais do sector e de investigação, gestão e conservação dos recursos marinhos.

Dotação..... 2 500 mil contos

INDÚSTRIA

Linhas de Actuação:

Considera-se que o sector da indústria transformadora, mesmo com exclusão das indústrias alimentares, pode desempenhar um papel importante na diversificação do tecido industrial e na realização do objectivo de criação de emprego.

A política a prosseguir assentará no princípio de que a iniciativa privada é o motor de desenvolvimento, cabendo aos poderes públicos o papel de incentivador e de enquadramento favorável à sua dinamização, eliminando estrangulamentos e atenuando insuficiências. Procurar-se-á fomentar o investimento industrial e valorizar os recursos humanos e naturais. A modernização e desenvolvimento do tecido industrial, através da melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, será outro dos eixos fundamentais da política sectorial. Paralelamente, serão desenvolvidas acções conducentes ao aparecimento de novas actividades e produções, potenciando sinergeticamente a actual estrutura produtiva e visando complementarmente a sua

diversificação.

Programas	1 000 contos Dotação
P26 - Incentivos ao investimento produtivo.....	690
P27 - Melhoria da competitividade e qualidade	110
P28 - Fomento do artesanato.....	50
TOTAL.....	850

PROGRAMA Nº 26

Incentivos ao Investimento Produtivo

Conteúdo:

O programa visa estimular o investimento industrial, através de:

- Continuação da execução de programas comunitários— Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) e Sistema de Incentivos do PEDIP (SINPEDIP) – e de sistemas de âmbito regional – Sistema de Incentivos Financeiros (SIF) e Apoio a Indústrias Essenciais em Ilhas Carecidas –

sendo concedidos incentivos financeiros directos a projectos de investimento, visando a criação de novas empresas e a expansão das existentes, em consonância com as metas de modernização e inovação tecnológica da indústria e a criação e manutenção de empregos;

- Apoio à construção de parques e zonas destinadas ao exercício de actividades industriais, possibilitando, por um lado, minorar custos iniciais de instalação e, por outro lado, contribuir para um melhor ordenamento do território;
- Captação e motivação de investidores nacionais e estrangeiros, sensibilizando-os para a promoção de projectos de investimento na Região.

Dotação..... 690 mil contos

PROGRAMA Nº 27

Melhoria da Competitividade e Qualidade

Conteúdo:

Melhoria da competitividade e qualidade na indústria, através de:

- Apoio à construção da infra-estrutura tecnológica do INOVA;
- Aperfeiçoamento tecnológico da produção;
- Introdução de sistemas integrados de qualidade;
- Formação especializada nas áreas de gestão, marketing, tecnologia e organização industrial;
- Desenvolvimento e reestruturação de empresas e sectores.

Dotação..... 110 mil contos

PROGRAMA Nº 28
Fomento do Artesanato

Conteúdo:

Apoio ao desenvolvimento das actividades artesanais, na preservação do genuíno, no avanço tecnológico (inovação) e na divulgação de aspectos culturais próprios, procurando lateralmente criar e manter postos de trabalho em áreas essencialmente rurais.

Dotação..... 50 mil contos

TURISMO

Linhas de Actuação:

O crescimento e desenvolvimento do sector do turismo conduziu à sua integração no núcleo das principais actividades económicas, contribuindo, desta forma, quer para a diversificação e dinamização da economia regional, quer para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

A evolução do sector apresenta uma tendência favorável, não só pelo aumento da capacidade de oferta e sua diversificação, mas também pelo aumento da procura, caracterizada ainda por uma acentuada sazonalidade, não obstante os sinais de abrandamento que começa a evidenciar.

Em consequência, a programação para 1991 orienta-se no sentido do crescimento e diversificação da oferta turística, em termos quantitativos e qualitativos, visando a concepção e organização de produtos turísticos temáticos, potencialmente geradores de procuras especializadas e susceptíveis de promoverem o objectivo da atenuação da sazonalidade, bem como

do aumento da estada e gasto médios dos turistas que visitam a Região.

O desenvolvimento esperado obedece a pressupostos de protecção e valorização do património natural e construído, assim como a difusão do produto turístico segundo critérios de avaliação das formas e seus segmentos, qualitativamente mais interessantes perante a oferta existente e potencial.

	1 000 contos
Programas	Dotação
P29 - Apoio à actividade turística	1 280
P30 - Divulgação, promoção e animação turística.....	400
TOTAL	1 680

PROGRAMA Nº 29
Apoio à Actividade Turística

Conteúdo:

O programa visa o apoio à iniciativa privada conjugado com iniciativas de carácter público, tendo em vista a criação, ordenamento e enriquecimento da oferta turística e a valorização

dos recursos turísticos naturais e culturais existentes na Região.

Dotação..... 1 280 mil contos

PROGRAMA Nº 30

Divulgação, Promoção e Animação Turística

Conteúdo:

Neste programa estão englobados projectos de divulgação e promoção dos Açores como destino turístico, através de acções directas junto dos potenciais mercados emissores, quer nacionais, quer estrangeiros, sendo ainda apoiadas manifestações de carácter desportivo, recreativo e cultural que visem a dinamização e diversificação da animação turística.

Dotação..... 400 mil contos

ENERGIA

Linhas de Actuação:

A intervenção no sector, adaptada à conjuntura actual nas vertentes financeira e do mercado petrolífero, terá em conta os objectivos de política energética do presente Plano de Médio Prazo, que se passam a enunciar:

- aumentar a eficiência do consumo de energia em todos os sectores de utilização, na conversão e na produção;
 - diversificar as fontes de energia primária, visando uma maior protecção contra rupturas no aprovisionamento e flutuações conjunturais de preços, nomeadamente através do aproveitamento dos recursos energéticos locais, tendo em conta a economia global do sector e o impacto ambiental;
 - aproximar dos padrões europeus a qualidade da electricidade vendida;
-

-
- preparar o sector para o Mercado Único Europeu e o Mercado Interno da Energia.

Como principais vectores de actuação destacam-se os seguintes:

- a abordagem global a partir da concretização de um Plano Energético Regional, entendido como um instrumento dinâmico, em actualização permanente, que dá coerência à intervenção pública no sector;
- os preços das diferentes formas de energia;
- a informação, a juzante e a montante da actuação governamental.

Para o efeito, o Governo privilegia a utilização dos seguintes instrumentos: incentivos financeiros; sistema de preços; regulamentação e normalização; EDA - E.P..

Programa	1 000 contos Dotação
P31 - Apoio ao sector energético	1 570
TOTAL	1 570

PROGRAMA Nº 31
Apoio ao Sector Energético

Conteúdo:

A execução deste programa tem em vista a criação de condições para serem atingidos os objectivos propostos, destacando-se quatro grandes áreas:

— Apoio à EDA, EP e electrificações diversas

O apoio financeiro à EDA, EP tem por objectivo principal garantir que os preços de venda da electricidade sejam compatíveis com os objectivos de desenvolvimento económico e social da Região. Este objectivo, no entanto, tem que ser compatibilizado com as disponibilidades financeiras, ponderadas as implicações de uma gestão eficiente da empresa.

Por outro lado, é principalmente através desta empresa que são executados os projectos no âmbito do subsector da electricidade que visam o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos.

Será também directamente apoiada a execução de pequenos projectos, a executar pela EDA, pelas autarquias ou por outras entidades, visando, em particular, a melhoria da qualidade do serviço.

— Apoio à Federação dos Municípios da Ilha das Flores e Câmara Municipal do Corvo

Os objectivos deste apoio são idênticos aos indicados no apoio à EDA, EP. Destaca-se a preparação do lançamento de um projecto hidroeléctrico nas Flores e de um projecto eólico no Corvo. Estes projectos, cuja inclusão no Programa REGIS foi proposta, muito dificilmente serão realizados se não obtiverem aquele apoio comunitário. Prevê-se que o eventual apoio seja canalizado directamente para aquelas entidades, as quais terão ainda que suportar uma parte do investimento, quer através de recursos próprios quer de empréstimos.

— Estudos e formação

Incluem-se aqui acções a executar directamente pela Direcção Regional de Energia, com ou sem apoio de consultores externos, e também o apoio financeiro a projectos da iniciativa de outras entidades, mas com interesse para o sector.

São de destacar neste âmbito: a conclusão da primeira parte e preparação de estudos sectoriais visando a elaboração do Plano Energético da Região Autónoma dos Açores, com financiamento VALOREN; preparação e início de realização de um segundo lote de auditorias energéticas, tencionando-se diligenciar no sentido da obtenção de financiamento VALOREN; a conclusão do estudo técnico-económico sobre a utilização dos recursos

hídricos na ilha das Flores, com financiamento do VALOREN; tratamento de poços geotérmicos por inibidores químicos; campanha de sensibilização para a utilização racional de energia, a iniciar em 1990 com financiamento VALOREN; acções de formação, especialmente nas áreas de condutores de caldeira e condução económica de veículos pesados; acções de demonstração das técnicas de contabilidade energética; sensibilização geral para os problemas energéticos através da realização de seminários, colóquios, etc..

— Apoio à utilização racional de energia

Os apoios a conceder nesta área dependem das solicitações de empresas, de particulares e de outras instituições. Enquadram estes apoios o SIURE—Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia, a Portaria 57/89 e o VALOREN.

Pode ainda adiantar-se que no âmbito das auditorias energéticas realizadas em 1990 foram detectadas oportunidades de investimento num total de cerca de 100 mil contos, excluindo possíveis projectos de geração combinada de vapor e de electricidade.

Dotação..... 1 570 mil contos

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Linhas de Actuação:

Os programas do Plano para 1991 contemplam projectos que cobrem as áreas de transportes e comunicações nas suas diversas vertentes: infra-estruturas físicas, organização e apoio a agentes económicos.

Prosseguirá a política de expansão e melhoria da eficácia das infra-estruturas rodoviárias, através da construção e reabilitação de diversos troços da rede viária regional, visando o descongestionamento dos principais centros urbanos e uma maior fluidez do tráfego. Serão ainda apoiados os operadores privados e públicos.

No âmbito das infra-estruturas marítimas proceder-se-á à realização de obras de construção, ampliação, remodelação e equipamento em portos comerciais, algumas das quais têm co-financiamento comunitário, sendo também apoiadas empresas que operam no tráfego inter-ilhas. Acções de protecção da orla marítima

fecham o leque de intervenções no domínio do transporte marítimo.

Para o transporte aéreo serão desenvolvidas acções de beneficiação na rede de aeroportos regionais, sendo igualmente concedido apoio financeiro à transportadora aérea regional.

No que concerne às comunicações, continuarão a ser apoiadas acções no domínio dos serviços avançados de telecomunicações, através do sistema de incentivos com comparticipação comunitária.

Programas	1 000 contos Dotação
P32 - Rede viária regional	4 400
P33 - Circulação urbana	40
P34 - Programa portuário	3 000
P35 - Programa aeroportuário	450
P36 - Apoio ao transporte	850
P37 - Prom., est., form. prof. e sist. avan. telecomunicações.....	30
TOTAL	8 770

PROGRAMA N º 32
Rede Viária Regional

Conteúdo:

A rede viária regional, como principal suporte da mobilidade de pessoas e bens dentro de cada ilha, constitui um instrumento importante na organização do espaço.

O desenvolvimento das ligações entre os centros urbanos, a ligação dos pólos de desenvolvimento às infra-estruturas de transportes marítimos e aéreos e a melhoria da rede viária com interesse para o turismo constituem as áreas privilegiadas de intervenção da política de vias de comunicação terrestre.

Pretende-se com esta intervenção eliminar bloqueios ao desenvolvimento, enriquecer os factores de localização para actividades económicas em zonas com menor intensidade de ocupação do espaço reduzindo os custos de transporte e melhorando a acessibilidade, potenciando, assim, as suas capacidades de desenvolvimento.

Dotação..... 4 400 mil contos

PROGRAMA Nº 33
Circulação Urbana

Conteúdo:

A construção de central de camionagem em S. Miguel e de parques de estacionamento em S. Miguel, na Terceira e no Faial são as obras contempladas por este programa, visando o descongestionamento daqueles centros populacionais e a facilitação da circulação urbana.

• Dotação..... 40 mil contos

PROGRAMA Nº 34
Programa Portuário

Conteúdo:

O programa contempla obras de construção nos diversos portos comerciais, com realce para os portos da Praia da Vitória (prevê-se que no decurso deste Plano se proceda à adjudicação do respectivo porto de pescas), das Flores e Corvo, de Ponta Delgada e das Velas, todos com co-financiamento comunitário através do PEDRAA, e ainda da Horta, do Pico e de Vila do Porto.

Está também reservada uma verba para equipamento das infra-estruturas portuárias, bem como para a protecção da orla marítima, devendo esta última acção ter participação comunitária, obtida pelo Programa ENVIREG.

Dotação..... 3 000 mil contos

PROGRAMA Nº 35
Programa Aeroportuário

Conteúdo:

Obras de construção e melhoramentos nos diversos aeroportos, destacando-se as obras a realizar nos aeroportos das Flores, Lajes, na Terceira, e de Ponta Delgada e ainda acções nos restantes aeródromos, prevendo-se também intervenções no âmbito da segurança e ajuda à navegação aérea.

Dotação..... 450 mil contos

PROGRAMA Nº 36
Apoio ao Transporte

Conteúdo:

Apoios de diversa ordem, financeira e outras, ao transporte terrestre, nomeadamente na renovação de frotas do transporte rodoviário e transporte público de passageiros, apoio à exploração do transporte marítimo e aéreo, tendo em vista a expansão e melhoria dos sistemas de transporte implantados na Região.

Dotação 850 mil contos

PROGRAMA Nº 37
Promoção, Estudos, Formação e Sistemas
Avançados de Telecomunicações

Conteúdo:

Realização de diversas acções de ordem geral, estando incluída neste programa a concessão de apoios financeiros a empresas ao abrigo do SISAT - Sistema de Incentivos a Sistemas Avançados de Telecomunicações.

Dotação..... 30 mil contos

COMÉRCIO

Linhas de Actuação:

O apoio à actividade comercial tem-se traduzido na construção de infra-estruturas e em apoios financeiros visando a modernização do sector. O apoio a novos projectos no âmbito da modernização no quadro do Sistema de Incentivos de Modernização do Comércio — SIMC, a aprovar brevemente, permitirá o desenvolvimento e modernização do sector.

	1 000 contos
Programa	Dotação
P38 - Apoio à actividade comercial.....	400
TOTAL	400

PROGRAMA Nº 38
Apoio à Actividade Comercial

Conteúdo:

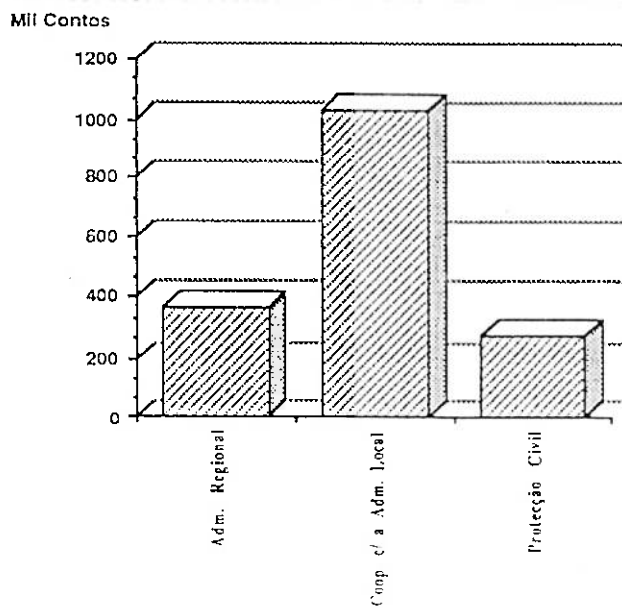
A par da continuação e do incremento dos apoios à modernização do comércio, agora também com financiamentos comunitários, impõe-se continuar os programas de apoios financeiros à promoção dos produtos açorianos no exterior, bem como reforçar os investimentos em infra-estruturas de apoio ao Comércio – mercados abastecedores de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo e parques de armazéns para o comércio.

Dotação..... 400 mil contos

4.3 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

Os Sectores Administração Regional e Local, com uma dotação de 1 670 mil contos, compreendem programas que se agrupam pelas seguintes áreas:

— Administração Regional	—	365 mil contos
— Cooperação com a Administ. Local	—	1 034 mil contos
— Protecção Civil	—	271 mil contos



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

Linhas de Actuação:

O investimento programado visa:

- Modernizar e desburocratizar a Administração Regional através de uma política flexível e eficaz de gestão de recursos humanos que passe pela motivação, valorizando-se o mérito e o empenhamento do pessoal e a melhoria da sua preparação profissional e evitando-se um crescimento exagerado do peso da administração;
 - Pôr a Administração efectivamente ao serviço dos cidadãos, simplificando-se procedimentos administrativos e utilizando-se as novas tecnologias para compensar a descontinuidade geográfica da Região, contribuindo-se, assim, para o aumento da produtividade dos serviços;
 - Tornar a Administração mais transparente, por forma
-

a que os abusos que ocorram sejam de imediato detectados e eliminados;

- Promover estudos e formação especializada em áreas ligadas à produção estatística, ao planeamento e ao acompanhamento da execução de programas e projectos públicos, com destaque para os apoiados pela Comunidade Económica Europeia.

Programas	1 000 contos Dotação
P39 - Modernização administrativa.....	141
P40 - Apoio a serviços sociais do funcionalismo	4
P41 - Estudos, formação e acompanhamento (áreas das Finanças, Planeamento e Estatística)	220
TOTAL	365

PROGRAMA Nº 39
Modernização Administrativa

Conteúdo:

- Desenvolvimento do programa de formação da Administração Regional e Local;
-

- Desenvolvimento e actualização do ficheiro central de pessoal;
- Desenvolvimento de acções de recrutamento e selecção de pessoal;
- Intervenções organizacionais;
- Estudos na área da modernização e de aproximação Administração-Cidadão e implementação de medidas concretas;
- Implantação e entrada em funcionamento da Rede de Comunicações da Administração Regional Autónoma (Projecto RECARA).

Dotação..... 141 mil contos

PROGRAMA Nº 40

Apoio aos Serviços Sociais do Funcionalismo

Conteúdo:

- Início da construção de uma creche em Ponta Delgada;
-

- Ampliação das instalações dos Serviços Sociais da Ilha Terceira;
- Apoio à criação de novos Serviços Sociais.

Dotação..... 4 mil contos

PROGRAMA Nº 41

**Estudos, Formação e Acompanhamento
(Áreas de Finanças, Planeamento e Estatística)**

Conteúdo:

Estudos e formação nas áreas da gestão integrada, planeamento e estatística, bem como acções de acompanhamento da execução do Plano, de programas operacionais e de projectos com financiamento comunitário. Destaca-se, ainda, o apoio a conceder à actuação dos Agentes de Dinamização Económica (3), por intermédio da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Dotação..... 220 mil contos

COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Linhas de Actuação:

A cooperação da administração regional com a administração local perspectiva-se segundo dois vectores de actuação: um de ordem geral e outro com objectivos mais específicos. O primeiro centra-se na concepção e definição participada das linhas gerais de orientação. O segundo, decorrente do anterior, traduz-se na atribuição de importantes apoios financeiros e técnicos a investimentos municipais e à gestão das autarquias.

No apoio técnico, destacam-se, para além da formação dos eleitos locais e dos funcionários autárquicos, duas novas áreas de apoio: o ordenamento do território e a informatização dos municípios. No que respeita ao ordenamento, existe a obrigatoriedade legal dos municípios concluírem os seus planos até final de 1991; daí a elevada prioridade deste subprojecto. Quanto à informatização (projecto PIMA), pretende-se reforçar a componente dirigida à formação, bem como apoiar, ainda que

parcelarmente, a aquisição de hardware e de software. Na cooperação financeira, pretende-se continuar a apoiar as áreas do abastecimento de água e esgotos, onde os investimentos atingem custos inoportáveis para as receitas que normalmente cabem aos municípios por força da Lei 1/87, de 6 de Janeiro.

Assim, o abastecimento de água e esgotos volta a ter a maior prioridade sectorial, absorvendo 80% da dotação global do sector. De referir que os apoios acumulados da Administração Regional nesta área ultrapassam os 3,5 milhões de contos (desde 1981), dos quais, 450 000 contos se destinaram a bonificar juros de empréstimos municipais no valor total de 712 000 contos. Estes apoios, juntamente com as participações do FEDER, permitiram aos municípios realizar, no período 1981-90, um investimento que deverá ultrapassar os 9 milhões de contos na área do saneamento básico (águas e esgotos).

Contudo, apesar de se verificar, actualmente, uma cobertura quase total dos concelhos da Região por redes de abastecimento de água, há necessidade de renovar grande parte das redes existentes (cerca de 40%) já bastante envelhecidas.

Constitui também prioridade apoiar os projectos co-financiados pelo programa operacional PEDRAA, que tem evidente pertinência no processo de desenvolvimento regional.

Por outro lado, a partir de 1991, prevê-se o alargamento

da cooperação financeira a outras áreas, na sequência da entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional 2/90/A, de 18 de Janeiro. Pretende-se, assim, apoiar os municípios na recolha e tratamento de lixos, bem como na realização de obras da rede viária, concretizando-se o apoio a estas obras através da bonificação de juros, o que permitirá aos municípios efectuarem investimentos na ordem dos 200 000 contos. De referir que a rede viária costuma ter um peso significativo no investimento municipal (30% em 1988 e 17% em 1989).

No que respeita à cooperação financeira com as freguesias, prosseguir-se-á a política seguida em anos anteriores de apoiar a aquisição de mobiliário e equipamento de modo a reforçar a capacidade operativa destes órgãos do poder local.

	1 000 contos
Programa	Dotação
P42 - Cooperação técnico-financeira com a Administração Local	1 034
TOTAL	1 034

PROGRAMA Nº 42

Cooperação Técnico-Financeira com a Administração Local

Conteúdo:

Cooperação financeira directa e indirecta com vista a obras de abastecimento de água e esgotos, recolha e tratamento de lixo, rede viária e equipamentos para autarquias. Apoio técnico à gestão municipal, ao ordenamento do território e recenseamento eleitoral.

Dotação..... 1 034 mil contos

PROTECÇÃO CIVIL

Linhas de Actuação:

Constitui objectivo principal organizar e responsabilizar estruturas para executar e coordenar as acções de prevenção e socorro em cada uma das entidades que integram o Sistema Regional de Protecção Civil, designadamente nos aspectos de regulamentação, instrução, informação e educação públicas, ligação e comando.

Simultaneamente, mantém-se o objectivo de completar a cobertura da Região com uma estrutura de apoio ao Serviço Regional de Protecção Civil, através da criação e instalação de pelo menos uma corporação de bombeiros por ilha, por forma que por cada 20 000 habitantes ou num raio de actuação de 15 Kms exista um quartel de bombeiros.

	1000 contos
Programa	Dotação
P43 - Protecção Civil	271
TOTAL	271

PROGRAMA Nº 43

Protecção Civil

Conteúdo:

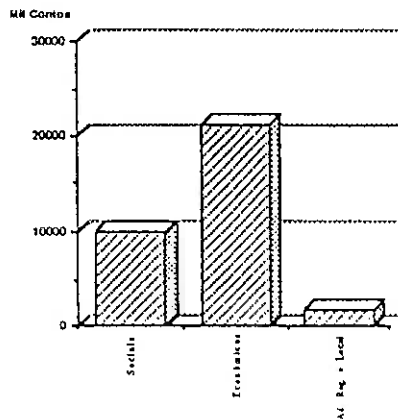
O programa contempla a execução de projectos de infra-estruturas básicas, de equipamento, de diversos estudos científicos na área de prevenção e de formação profissional.

Dotação..... 271 mil contos

5 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

PLANO /91 - SECTORES (RESUMO)

1000 Contos		
SECTORES	DOTAÇÃO	% Total
SOCIAIS.....	9 945,0	30,33
Educação e Desporto	3 050,0	9,30
Cultura	1 285,0	3,92
Saúde	1 780,0	5,43
Segurança Social	420,0	1,28
Juventude e Recursos Humanos	670,0	2,04
Habitação e Urbanismo	2 570,0	7,84
Ambiente	170,0	0,52
ECONÓMICOS.....	21 170,0	64,57
Agric., Pecuária e Silvicultura	5 400,0	16,47
Pescas	2 500,0	7,63
Indústria	850,0	2,59
Turismo	1 680,0	5,12
Energia	1 570,0	4,79
Transportes e Comunicações	8 770,0	26,75
Comércio	400,0	1,22
ADM. REGIONAL E LOCAL.....	1 670,0	5,09
Administração Regional e Local	365,0	1,11
Cooperação com a Administração Local.....	1 034,0	3,15
Protecção Civil	271,0	0,83
T.O.T.A.L.....	32 785,0	100,0



PLANO / 91 SECTORES / PROGRAMAS

1 000 Contos

SECTORES / PROGRAMAS		Ent. Prop./Exec.	Dotação	% Total
SOCIAIS			9 945,0	30,33
EDUCAÇÃO E DESPORTO			3 050,0	9,30
P1	Construções Escolares.....	SREC/SRHOP	2 130,0	6,50
P2	Aquisição de Equip. p/ Estabelecimentos de Ensino.....	SREC/SREC	270,0	0,82
P3	Instalações e Actividades Desportivas.....	SREC/SREC	650,0	1,98
CULTURA			1 285,0	3,92
P4	Animação e Actividades Culturais.....	SREC/SREC	85,0	0,26
P5	Defesa e Valorização do Património Cultural.....	SREC/SREC	1 070,0	3,26
P6	Apoio aos Media.....	PGR/PGR	130,0	0,40
SAÚDE			1 780,0	5,43
P7	Construção de Unidades de Saúde.....	SRSSS/SRHOP	1 021,0	3,11
P8	Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde.....	SRSSS/SRSSS	624,0	1,90
P9	Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde.....	SRSSS/SRSSS	40,0	0,12
P10	Investigação, Formação e Informatização.....	SRSSS/SRSSS	95,0	0,29
SEGURANÇA SOCIAL			420,0	1,28
P11	Apoio a Instituições de Solidariedade Social.....	SRSSS/SRSSS	420,0	1,28
JUVENTUDE E REC. HUMANOS			670,0	2,04
P14	Apoio à Juventude.....	SRJRH/SRJRH	314,0	0,96
P15	Estruturas Físicas.....	SRJRH/SRJRH	138,5	0,42
P16	Formação Profissional.....	SRJRH/SRJRH	217,5	0,66
HABITAÇÃO E URBANISMO			2 570,0	7,84
P17	Apoio à Habitação.....	SRHOP/SRHOP	1 900,0	5,80
P18	Ordenamento Urbanístico.....	SRHOP/SRHOP	110,0	0,34
P19	Equipamentos Colectivos.....	SRHOP/SRHOP	500,0	1,53
P20	Gestão de Aguas.....	SRHOP/SRHOP	60,0	0,18
AMBIENTE			170,0	0,52
P21	Preservação e Melhoria do Ambiente.....	SRTA/SRTA	170,0	0,52

PLANO 791 - SECTORES / PROGRAMAS

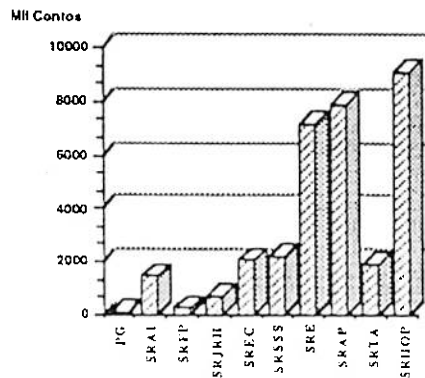
1 000 Contos

SECTORES / PROGRAMAS		Ent. Prop./Exec.	Dotação	% Total
ECONOMICOS.....			21 170,0	64,57
AGRICULTURA, PEC. E SILVIC.			5 400,0	16,47
P22	Desenvolvimento Agrícola.....	SRAP/SRAP	4 400,0	13,42
P23	Desenv., Protecção. e Gestão de Rec.Florestais.....	SRAP/SRAP	200,0	0,61
P24	Transform. e Comerc. de Produtos Agrícolas.....	SRAP/SRAP	800,0	2,44
PESCAS			2 500,0	7,63
P25	Desenvolvimento das Pescas	SRAP/SRAP	2 500,0	7,63
INDÚSTRIA			850,0	2,59
P26	Incentivos ao Investimento Produtivo	SRE/SRE	690,0	2,10
P27	Melhoria da Competitividade e Qualidade	SRE/SRE	110,0	0,34
P28	Fomento do Artesanato	SRE/SRE	50,0	0,15
TURISMO			1 680,0	5,12
P29	Apoio à Actividade Turística	SRTA/SRTA	1 280,0	3,90
P30	Divulgação, Promoção e Animação Turística	SRTA/SRTA	400,0	1,22
ENERGIA			1 570,0	4,79
P31	Apoio ao Sector Energético	SRE/SRE	1 570,0	4,79
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			8 770,0	26,75
P32	Rede Viária Regional	SRHOP/SRHOP	4 400,0	13,42
P33	Circulação Urbana	SRE/SRE	40,0	0,12
P34	Programa Portuário	SRE/SRHOP	3 000,0	9,15
P35	Programa Aeroportuário	SRE/SRHOP	450,0	1,37
P36	Apoio ao Transporte.....	SRE/SRE	850,0	2,59
P37	Prom., Est., Form. e Sist. Av. Telecomunicações.....	SRE/SRE	30,0	0,09
COMÉRCIO			400,0	1,22
P38	Apoio à Actividade Comercial	SRE/SRE	400,0	1,22
ADM. REG. E LOCAL			1 670,0	5,09
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL			365,0	1,11
P39	Modernização Administrativa	SRAVSRAI	141,0	0,43
P40	Apoio a Serviços Sociais do Funcionalismo	SRAVSRAI	4,0	0,01
P41	Estudos, Formação e Acompanhamento	SRFP/SRFP	220,0	0,67
COOP. COM A ADMIN. LOCAL			1 034,0	3,15
P42	Cooperação Téc. e Financeira c/ a Adm. Local	SRAVSRAI	1 034,0	3,15
PROTECÇÃO CIVIL			271,0	0,83
P43	Protecção Civil	SRAVSRAI	271,0	0,83
T O T A L			32 785,0	100,00

PLANO 91 ENTIDADES (RESUMO)

1 000 contos

Entidades	Dotação	% Total
Presidência do Governo.....	130	0,40
Sec. Reg. da Administração Interna.....	1 450	4,42
Sec. Reg. das Finanças e Planeamento.....	220	0,67
Sec. Reg. da Juventude e Recursos Humanos.....	670	2,04
Sec. Reg. da Educação e Cultura.....	2 075	6,33
Sec. Reg. da Saúde e Segurança Social.....	2 200	6,71
Sec. Reg. da Economia.....	7 190	21,93
Sec. Reg. da Agricultura e Pescas.....	7 900	24,10
Sec. Reg. do Turismo e Ambiente.....	1 850	5,64
Sec. Reg. da Habitação e Obras Públicas.....	9 100	27,76
T. O. T. A. L.	32 785	100



PLANO 791 ENTIDADES / PROGRAMAS

1 000 contos

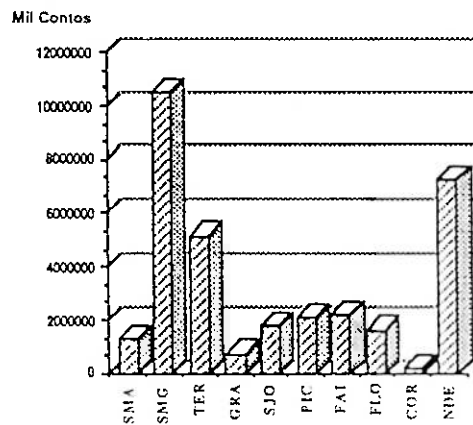
ENT. PROP. / EXEC. / PROGRAMAS	DOTAÇÃO	% Total
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL	130,0	0,40
P6 Apoio aos media	130,0	0,40
SEC. REG. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	1 450,0	4,42
P39 Modernização Administrativa	141,0	0,43
P40 Apoio a Serviços Sociais do Funcionalismo	4,0	0,01
P42 Cooperação Técnica e Financeira c/Administração Local	1 034,0	3,15
P43 Protecção Civil	271,0	0,83
SEC. REG. DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO	220,0	0,67
P41 Estudos, Formação e Acompanhamento	220,0	0,67
SEC. REG. DA JUVENTUDE E REC. HUMANOS	670,0	2,04
P14 Apoio à Juventude	314,0	0,96
P15 Estruturas Físicas	138,5	0,42
P16 Formação Profissional	217,5	0,66
SEC. REG. DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2 075,0	6,33
P2 Aquisição de Equip. p/ Estabelecimentos de Ensino	270,0	0,82
P3 Instalações e Actividades Desportivas	650,0	1,98
P4 Animação e Actividades Culturais	85,0	0,26
P5 Defesa e Valorização de Património Cultural	1 070,0	3,26
SEC. REG. DE SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL	2 200,0	6,71
P7 Construção de Unidades de Saúde	1 021,0	3,11
P8 Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde	624,0	1,90
P9 Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde	40,0	0,12
P10 Investigação, Informatização e Formação na área de Saúde	95,0	0,29
P11 Apoio a Instituições de Solidariedade Social	420,0	1,28

PLANO 791 ENTIDADES PROGRAMAS

		1 000 contos	
ENT. PROP. / EXEC. / PROGRAMAS	DOTAÇÃO	% Total	
SEC. REG. DA ECONOMIA			
P26 Incentivos ao Investimento Produtivo	7 190,0	21,93	
P27 Melhoria da Competitividade e Qualidade	690,0	2,10	
P28 Fomento do Artesanato	110,0	0,34	
P31 Apoio ao Sector Energético	50,0	0,15	
P33 Circulação Urbana	1 570,0	4,79	
P34 Programa Portuário	40,0	0,12	
P35 Programa Aeroportuário	3 000,0	9,15	
P36 Apoio ao Transporte	450,0	1,37	
P37 Prom., Estudos, Form. Prof. e Sist. Av. de Telecomunicações	850,0	2,59	
P38 Apoio à Actividade Comercial	30,0	0,09	
	400,0	1,22	
SEC. REG. DE AGRICULTURA E PESCAS			
P22 Desenvolvimento Agrícola	7 900,0	24,10	
P23 Desenv., Protecção e Gestão dos Recursos Florestais	4 400,0	13,42	
P24 Transform. e Comercialização de Produtos Agrícolas	200,0	0,61	
P25 Desenvolvimento das Pescas	800,0	2,44	
	2 500,0	7,63	
SEC. REG. DO TURISMO E AMBIENTE			
P21 Preservação e Melhoria do Ambiente	1 850,0	5,64	
P29 Apoio à Actividade Turística	170,0	0,52	
P30 Divulgação, Promoção e Animação Turística	1 280,0	3,90	
	400,0	1,22	
SEC. REG. HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
P1 Construções Escolares	9 100,0	27,76	
P17 Apoio à Habitação	2 130,0	6,50	
P18 Ordenamento Urbanístico	1 900,0	5,80	
P19 Equipamentos Colectivos	110,0	0,34	
P20 Gestão de Águas	500,0	1,53	
P32 Rede Viária Regional	60,0	0,18	
	4 400,0	13,42	
TOTAL		32 785,0	100,00

PLANO / 91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL (RESUMO)

Contos		
Desagregação Espacial	Dotação	% Total
Santa Maria	1 311 821	4,00
São Miguel	10 485 075	31,98
Terceira	5 176 428	15,79
Graciosa	700 335	2,14
São Jorge	1 745 419	5,32
Pico	2 111 900	6,44
Faial	2 217 954	6,77
Flores	1 661 827	5,07
Corvo	152 943	0,47
Não Desagregado	7 221 298	22,03
T.O.T.A.L.	32 785 000	100,00



PLANO/91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL/SECTORES/PROGRAMAS

	Sectores/Programas	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	N. DES	TOTAL
	SOCIAIS	220 838	4 213 832	2 279 084	136 871	258 575	579 407	553 553	311 272	30 386	1 361 260	9 945 080
P1	EDUCAÇÃO E DESPORTO	45 000	980 000	1 082 000	15 500	36 000	243 000	196 000	165 000	10 500	337 000	3 050 000
	Construções Escolares.....	45 000	840 000	649 000	15 500	36 000	243 000	186 000	105 000	10 500	200 000	2 130 000
P2	Aquis. de Equip. p/ Estab. de Ensino...		40 000	20 000				10 000			137 000	270 000
P3	Instalações e Acqv.Desportivas.....		100 000	413 000								650 000
	CULTURA	15 300	356 200	358 100	17 000	22 750	62 850	170 100	65 900	10 300	206 500	1 285 000
P4	Animação e Actividades Culturais.....	300	13 200	13 100	2 000	2 750	2 850	4 100	900	300	45 500	85 000
P5	Defesa e Valoriz. do Patrim. Cultural...	15 000	343 000	345 000	15 000	20 000	60 000	166 000	65 000	10 000	31 000	1 070 000
P6	Apoio aos Media.....										130 000	130 000
	SAÚDE	100 000	1 134 000	203 500	55 000	7 500	120 000	20 000	0	0	140 000	1 780 000
P7	Construção de Unidades de Saúde.....	100 000	821 000	203 500	20 000	2 500	100 000	20 000			45 000	1 021 000
P8	Benefic. e Equip. de Unidades de Saúde...		313 000	203 500	35 000	5 000	20 000					624 000
P9	Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde...										95 000	95 000
P10	Inv. , Formação e Informatização.....											
	SEGURANÇA SOCIAL	0	160 000	60 000	0	100 000	0	0	100 000	0	0	420 000
P11	Apoio a Inst. de Solidariedade Social....		160 000	60 000		100 000			100 000			420 000
	JUVENTUDE E REC.HUMANOS	2 200	199 750	45 250	1 200	1 200	1 200	14 000	600	600	404 000	670 000
P14	Apoio a Juventude.....	2 200	66 000	43 500	1 200	1 200	1 200	11 000	600	600	186 500	314 000
P15	Estruturas Físicas.....		133 750	1 750				3 000			217 500	138 500
P16	Formação Profissional.....											
	HABITAÇÃO E URBANISMO	51 238	1 334 882	488 154	42 871	83 875	142 857	125 103	33 972	3 688	253 368	2 570 000
P17	Apoio à Habitação.....	50 738	1 029 542	418 154	41 971	80 875	120 857	120 903	33 972	2 888	253 368	1 960 000
P18	Ordenamento Urbano.....	500	24 240	3 000	900	3 000	20 000	4 200		800	53 360	110 000
P19	Equipamentos Colectivos.....		240 000	70 000							190 000	500 000
P20	Gestão de Águas.....		41 000	7 000		2 000					10 000	60 000
	AMBIENTE	7 100	49 000	32 000	5 300	7 250	9 500	28 350	5 800	5 300	20 400	170 000
P21	Preservação e Melhoria do Ambiente....	7 100	49 000	32 000	5 300	7 250	9 500	28 350	5 800	5 300	20 400	170 000

PLANO 91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL/SECTORES/PROGRAMAS

	SMA	SMG	YER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	N. DES	TOTAL
Sectores/Programas											
ECONÔMICOS											
	995 755	5 777 700	2 670 065	921 676	1 309 656	1 426 474	1 603 778	1 307 103	114 103	5 363 690	21 170 000
P22	77 150	1 132 120	724 060	74 250	241 100	459 800	192 000	285 130	5 000	2 209 390	5 400 000
P23	73 150	1 015 220	604 300	70 150	111 000	426 000	129 500	115 330		1 774 390	4 400 000
P24	4 000	96 900	19 700	4 100	14 200	28 800	17 500	14 800	5 000	435 000	200 000
		20 000	20 000		115 000	5 000	45 000	155 000			800 000
P25	235 000	465 000	150 000	78 000	95 000	315 000	400 000	7 000	5 000	750 000	2 500 000
	235 000	465 000	150 000	78 000	95 000	315 000	400 000	7 000	5 000	750 000	2 500 000
P26	87 500	264 500	126 000	8 000	22 000	38 000	20 000	10 500	2 500	273 000	850 000
P27	85 000	185 000	121 000	6 000	20 000	33 000	17 000	8 000	2 000	213 000	690 000
P27B	2 500	75 000	5 000	2 000	2 000	3 000	3 000	2 500	500	25 000	50 000
		4 500									
P29	74 000	523 500	203 000	37 000	52 000	92 000	148 000	75 000	6 500	469 000	1 680 000
P30	67 000	501 500	187 000	31 000	42 000	80 000	132 000	68 000	6 500	465 000	1 280 000
	7 000	22 000	16 000	6 000	10 000	12 000	16 000	7 000		304 000	400 000
P31	70 600	221 700	317 700	40 200	141 200	141 200	132 400	27 000	5 000	473 000	1 570 000
	70 600	221 700	317 700	40 200	141 200	141 200	132 400	27 000	5 000	473 000	1 570 000
P32	443 005	2 967 880	1 092 305	276 526	814 856	334 974	683 378	892 473	89 603	1 175 000	8 770 000
P33	293 005	2 037 880	597 305	186 526	464 856	134 974	348 378	42 473	19 003	275 000	4 400 000
P34		30 000	5 000			5 000					40 000
P35	150 000	890 000	410 000	50 000	300 000	150 000	330 000	650 000	20 000	70 000	3 000 000
P36		10 000	80 000	40 000	50 000	50 000		200 000	50 000	800 000	850 000
P37										30 000	30 000
P38	8 500	203 000	57 000	7 700	23 500	47 500	28 000	10 000	500	14 300	400 000
	8 500	203 000	57 000	7 700	23 500	47 500	28 000	10 000	500	14 300	400 000
	95 228	493 543	227 359	41 700	97 100	106 019	60 623	43 452	8 452	496 348	1 670 000
ADM. REC. E LOCAL											
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL											
P39		1 000	1 000							363 000	365 000
P40		1 000	1 000							141 000	141 000
P41										2 000	4 000
										220 000	220 000
P42	95 228	431 543	193 859	41 788	53 438	106 019	48 123	25 952	8 452	29 598	1 034 000
	95 228	431 543	193 859	41 788	53 438	106 019	48 123	25 952	8 452	29 598	1 034 000
	0	61 000	32 500	0	43 750	0	12 500	17 500	0	103 750	271 000
		61 000	32 500	0	43 750	0	12 500	17 500		103 750	271 000
P43	1 311 821	10 485 075	5 170 428	700 335	2 745 419	2 111 900	2 217 954	1 601 827	152 943	7 221 296	32 785 000
TOTAL											
	4,00	31,98	15,79	2,14	5,32	8,44	6,77	5,07	0,47	22,03	100,00
Percentagem(%)											

6 — RECURSOS FINANCEIROS

Como ficou definido no PMP 89/92, aprovado oportunamente pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a Região tinha como expectativa que os meios financeiros disponíveis para alcançar as metas inicialmente propostas teriam de ser apreciavelmente acrescidos, seja ao abrigo da solidariedade nacional, seja por via dos Fundos Estruturais da C.E.E..

Como é do conhecimento generalizado, as transferências provenientes do Orçamento do Estado não estão a corresponder às necessidades de desenvolvimento da Região e às profundas alterações entretanto verificadas, no que respeita às Despesas e Receitas, como seja as decorrentes da aplicação do Novo Sistema Retributivo da Função Pública e a não fixação de novas regras no que concerne à transferência para a Região dos Impostos Directos.

Perante este quadro, a Região teve necessidade de programar o ritmo de crescimento de acordo com a realidade financeira existente.

Será prosseguida uma política de grande rigor orçamental, com incidência nas Despesas Correntes, embora se tenha consciência que existem despesas não compressíveis, e que experimentaram um grande incremento a partir de 1 de Outubro de

1989, com a entrada em vigor da Reforma da Função Pública - N.S.R..

As necessidades de desenvolvimento da Região e o rigor colocado na gestão das Finanças Públicas Regionais obrigam a efectuar opções que tenham em conta o maior aproveitamento dos Programas Operacionais, mantendo a estabilidade no mercado do emprego e a coesão económica e social.

Tendo em conta o exposto, a execução do Plano e do Orçamento Corrente para o próximo ano exige recursos financeiros no montante de 78 761 milhares de contos, sendo mais cerca de 10% do que o orçamentado para 1990 e mais cerca de 18% do que os valores que vão ser submetidos à A.L.R.A. para revisão do Plano e Orçamento para o corrente ano.

O quadro a seguir reproduzido dá conta da estrutura, a preços correntes, da Receita e da Despesa para o ano económico de 1991.

1 000 contos

1991

Receitas	
. Receitas fiscais, patrimoniais e outras	36 221
. Acordos Internacionais.....	6 500
. Fundos Comunitários.....	15 540
. Transferências do Estado.....	10 500
. Empréstimos.....	10 000
TOTAL DAS RECEITAS.....	78 761
Despesas	
Orçamento	
. Correntes	43 100
. Capital	2 876
Sub-Total.....	45 976
. Plano.....	32 785
TOTAL DAS DESPESAS.....	78 761

7 — FUNDOS ESTRUTURAIS COMUNITÁRIOS

A execução do Plano para 1991, coincidirá com o terceiro ano de implementação da reforma dos fundos estruturais comunitários, decorrentes da ratificação pelos parceiros comunitários do Acto Único Europeu.

No Plano para 1990 foi apresentado no seu capítulo 6 uma resenha das principais linhas da reforma dos fundos estruturais, evidenciando-se também a estratégia adoptada pelo Governo Regional, com vista a maximizar os fluxos financeiros para o desenvolvimento da Região.

No momento actual de preparação do Plano para 1991, importa efectuar um balanço dos resultados apurados neste período, caracterizado pelo novo enquadramento comunitário para os Fundos Estruturais.

F. E. D. E. R. / F.S.E.

Face aos novos regulamentos a intervenção dos fundos comunitários procede-se preferencialmente através de Programas, ou seja, o co-financiamento de um conjunto coerente de intervenções diversificadas, visando objectivos estratégicos de desenvolvimento.

Em síntese, o conteúdo e o ponto da situação em relação aos Programas de iniciativa regional ou com incidência nos Açores é o seguinte:

**Programa Nacional de Interesse Comunitário para a
Região Autónoma dos Açores**

Por Decisão da Comissão de 31 de Maio de 1989, após ter sido recolhido parecer favorável por unanimidade do Comité FEDER de 10/11 de Novembro de 1988, foi aprovado o Programa Nacional de Interesse Comunitário para a Região Autónoma dos Açores (PNIC Açores).

Este Programa a executar nos anos de 1989, 1990 e 1991, estando em negociação o alargamento a 1992, abrange uma série de projectos agrupados em seis sub-programas que totalizam um investimento global de 18,3 milhões de contos e representam um apoio financeiro da Comunidade de 12,2 milhões de contos (co-financiamento de 67%).

O Programa Nacional de Interesse Comunitário para a Região Autónoma dos Açores é um conjunto coordenado de

projectos agrupados em Sub-programas, tendo como objectivo:

AUMENTAR A IMPORTÂNCIA DO SECTOR TURISMO
NA ECONOMIA REGIONAL

para o que se irá

DIVERSIFICAR A OFERTA
E
MAXIMIZAR POTENCIALIDADES DE CRESCIMENTO

O volume de investimento já realizado ronda os 3 milhões de contos, tendo sido já transferido para a Região cerca de 3,8 milhões de participação FEDER.

**Programa Específico de Desenvolvimento da
Região Autónoma dos Açores**

O Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA), é um Programa Operacional Plurifundos, ou seja, engloba co-financiamentos comunitários do FEDER e do Fundo Social Europeu (FSE). Este programa abrange o período 1990 — 93.

O PEDRAA visa atingir os seguintes objectivos de natureza estrutural:

- Aumento da extensão e eficácia da rede de infra-estruturas económicas
- Valorização dos recursos humanos
- Modernização da base produtiva regional
- Crescimento do sector não tradicional
- Melhoria da qualidade de vida e correcção dos desequilíbrios sociais

A despesa global estima-se em cerca de **60 milhões de contos**, preços de 1989, e é solicitada uma participação comunitária de aproximadamente **31 milhões de contos** (26,5 do FEDER e 4,3 do FSE).

O PEDRAA foi elaborado no 2º semestre de 1989, tendo sido enviado aos serviços da Comissão em Janeiro de 1990. Foi aprovado em 19 de Junho último, conforme Decisão da Comissão C(90) 1126. Ainda nesse mês foi solicitado o 1º adiantamento da tranche de 1990, relativa à participação FEDER, no valor de (ECU) 15 020 000. Em Setembro foi recebido na Direcção Regional do Tesouro a contrapartida em escudos do adiantamento, no valor de cerca de 2,7 milhões de contos.

Neste período inicial de execução do PEDRAA foram já aprovadas 75 projectos, representando um valor global de investimento de mais de 11 milhões de contos, sendo 15 projectos promovidos pelo Governo Regional, com um valor global de 6,2 milhões de contos, e os restantes 60 da responsabilidade das Autarquias Locais, com um custo global estimado em cerca de 4,9 milhões.

Está também contemplado no PEDRAA um conjunto de intervenções no domínio da formação profissional e fomento do emprego, participadas pelo FSE, num leque alargado de sectores de actividade económica, com destaque para o sector do Turismo, compreendendo as áreas de aprendizagem, sensibilização, emprego e formação de formadores, que contemplarão um conjunto previsível de cerca de 20 000 formandos.

As acções apoiadas pelo FSE, já aprovadas, totalizam um custo de 187 403 milhares de escudos, sendo o apoio FSE no valor de 140 533 milhares de escudos.

Há, ainda, a considerar a execução de acções no âmbito da formação profissional e contempladas nos objectivos 3 e 4 do Regulamento (CEE) nº 2052/88, de 24 de Junho e que institui a reforma dos Fundos Comunitários:

Objectivo 3 — lutar contra o desemprego de longa duração

Objectivo 4 — facilitar a inserção profissional dos jovens.

**Programa Operacional de Desenvolvimento das
Regiões Ultra-Periféricas (Regiões Autónomas dos
Açores e da Madeira) — REGIS**

Este Programa, a ser participado pelo FEDER na componente de recursos suplementares da CEE, tem como principais objectivos:

- Combater as desvantagens resultantes da situação de insularidade e afastamento dos grandes centros de desenvolvimento;
 - Promover um conjunto de acções prioritárias no domínio das infra-estruturas básicas - acessibilidades, energia, sectores sociais, ambiente - com vista a apoiar os esforços de desenvolvimento empreendidos nos respectivos Planos de Desenvolvimento Regional.
-

Este Programa encontra-se ainda em fase de negociação, sendo prematuro definir com rigor os montantes de investimento a participar.

Projecto de Desenvolvimento da Frota da SATA

A execução deste projecto pretende, nomeadamente:

- Expansão/modernização da frota, através da substituição das 3 aeronaves em serviço com capacidades unitárias de 44 lugares, por 3 aeronaves novas com capacidades unitárias de 64 lugares;
- Acréscimo da capacidade de oferta;
- Redução das dependências externas;
- Melhor adequação da frota à rede de aeroportos e às necessidades do tráfego;
- Melhoria global da acessibilidade para os utentes da rede de transporte aéreo, fundamentalmente ao nível dos fluxos turísticos e comerciais.

O investimento global previsto ronda os 7 milhões de contos e contará com um apoio do FEDER de aproximadamente 3,2 milhões. Actualmente foi já entregue uma aeronave, esperando as restantes até ao final do ano. Deram entrada na Região cerca de 2,9 milhões de contos de comparticipação FEDER.

Programa de Incentivo à Actividade Produtiva

O Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivo à Actividade Produtiva (PNICIAP) foi apresentado pelo Governo Português à Comissão das Comunidades Europeias em Julho de 1987, obtendo parecer favorável do Comité FEDER em Novembro e tendo a decisão de financiamento comunitário sido assinada em 18 de Janeiro de 1988.

Este PNIC tem uma duração de 4 anos (1988-91), esperando-se o seu prolongamento até 1993, envolve uma contribuição do FEDER que ultrapassa os 40 milhões de contos e é constituído por três Sistemas de Incentivos ao Investimento aprovados em Conselho de Ministros e aplicados na Região

Autónoma dos Açores, com as necessárias adaptações:

- . Sistema de Incentivos de Base Regional..... **SIBR**
- . Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo..... **SIFIT**
- . Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno **SIPE**

O **SIBR** - Sistema de Incentivos de Base Regional (Dec. Lei nº 483-B/88, de 28 de Dezembro, regulamentado pela Portaria nº 839/88, de 31 de Dezembro) — tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento equilibrado das regiões, incentivando a localização de indústrias (extractivas e transformadoras) nas regiões mais desfavorecidas do País. Cobre cerca de 80% do território nacional, excluindo as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e a faixa litoral compreendida entre estas zonas.

As taxas de comparticipação a atribuir aos projectos financiados no âmbito do SIBR podem variar entre 15% e 75% das despesas relevantes.

Na Região foram aprovados 54 projectos de investimento, representando um investimento de mais de 7 milhões de contos, sendo o incentivo aprovado da ordem dos 2,8 milhões de contos, permitindo a criação de 531 postos de trabalho.

O SIFIT - Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (Dec. Lei nº 420/87, de 31 de Dezembro, regulamentado pela Portaria nº 976/87, da mesma data) destina-se a apoiar projectos de investimentos na construção e ampliação de empreendimentos, instalação e infra-estruturas turísticas, em especial nas regiões menos desenvolvidas mas com potencialidades para a actividade turística.

As taxas de comparticipação dos projectos podem variar entre 10% e 65% das despesas relevantes.

Na Região foram aprovados 13 projectos de investimento, com um custo total previsto de cerca de 2 milhões de contos, sendo o incentivo aprovado na ordem dos 812 mil contos, permitindo a criação de 109 postos de trabalho.

O SIPE - Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno (Dec. Lei nº 15 - B/88, de 18 de Janeiro, regulamentado pela Portaria nº 679/88, de 11 de Outubro) tem por objectivo melhorar a estrutura técnica e administrativa das PME's industriais e de

turismo, facilitar o seu acesso ao mercado, à informação e às novas tecnologias através do financiamento de estudos e assistência técnica.

As taxas de participação podem ir até 50% nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e até 70% nas restantes regiões.

Não se conhecem ainda intenções de investimento a este sistema.

**SERVIÇOS AVANÇADOS DE TELECOMUNICAÇÕES —
STAR**

O Programa Comunitário **STAR** tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento de certas regiões desfavorecidas da Comunidade, por um melhor acesso aos **serviços avançados de telecomunicações** e a integração destas regiões nas grandes redes de telecomunicações.

O Programa **STAR** foi aprovado pela Comissão das Comunidades a 22 de Outubro de 1987 e consta do Regulamento

(CEE) nº 3300/86. Abrange o período 1987/91, esperando-se a sua prorrogação por mais um ano.

O estabelecimento dos novos serviços avançados de telecomunicações implica a instalação prévia de uma rede adequada de equipamentos base que ficarão a cargo da iniciativa pública - CTT e TLP, que absorverão a grande parte do montante disponível.

O apoio aos projectos da iniciativa privada prevê-se que contribua, nomeadamente, para que as PME disponham dos meios necessários ao acesso aos novos serviços avançados de telecomunicações. Neste sentido foi aprovado o Sistema de Incentivos a Serviços Avançados de Telecomunicações - SISAT, pelo Dec. Lei nº 249/88, de 15 de Julho, regulamentado pela Portaria nº 727/88, de 2 de Novembro. Os auxílios concedidos pelo SISAT podem variar de 35% a 70% das despesas relevantes do projecto.

A nível público o esforço financeiro e o consequente apoio comunitário tem sido encaminhado, até ao presente, maioritariamente para os CTT.

Na Região , segundo os últimos dados apurados, estão aprovados, no domínio do sector público 6 projectos num valor global de mais de 700 mil contos, incluindo-se um projecto promovido pela SATA EP (projecto Atlântica). No domínio do sector

privado foram aprovados 7 candidaturas, com um investimento de mais de 18 mil contos, estando previsto um incentivo a fundo perdido de mais de 11 mil.

VALOREN

O Programa Comunitário VALOREN pretende contribuir para o desenvolvimento de certas regiões desfavorecidas da Comunidade, pela valorização do potencial energético endógeno. Foi aprovado pela Comissão das Comunidades a 22 de Outubro de 1987 e consta do Regulamento (CEE) nº 3301/86.

A realização do VALOREN abrange o período de 1987 a 1991, esperando-se a sua prorrogação por mais um ano, e envolve uma contribuição do FEDER de mais de 10 milhões de contos.

A execução deste Programa pretende contribuir para a exploração dos recursos energéticos locais; para uma utilização mais racional da energia e para a promoção e difusão de novas tecnologias energéticas.

Embora parte dos apoios disponíveis seja para o sector público, foi criado um Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia - **SIURE** que contempla o sector privado.

No âmbito dos projectos do sector público, encontram-se aprovados projectos da iniciativa da Direcção Regional de Energia (4), e da EDA, EP (3), com um valor global de investimento de 399 mil contos, para uma comparticipação FEDER na ordem dos 241 mil.

ANEXO

1- EMPRESAS PÚBLICAS

Os investimentos das empresas públicas para o ano de 1991 atingirão 7,1 milhões de contos.

O programa de investimentos da EDA deverá atingir o montante global de 5,2 milhões de contos, dos quais 3,7 milhões de contos correspondem a custos directos e os restantes a encargos de estrutura e a encargos financeiros. Na rubrica Não Desagregado estão fundamentalmente contempladas despesas de grandes reparações em equipamento e instalações de produção, estudos e projectos gerais e ainda acções de formação.

A SATA investirá em diversos equipamentos o montante de 427 mil contos.

Integrando diversas componentes de investimentos, os projectos da FTM atingirão o montante de 228 mil contos.

Os investimentos do BCA atingirão o significativo montante de 1,1 milhões de contos. Todavia, à semelhança dos da Companhia de Seguros Açoreana, correspondem mais à componente física (edifícios, equipamentos, etc.) do que às características financeiras das respectivas instituições.

A Lotaçor investirá 30,3 mil contos em equipamentos.

O montante dos investimentos totais desagregados por empresa e por espaço geográfico é apresentado no quadro seguinte:

INVESTIMENTO DESAGREGADO PARA 1991

	Lota- çor	Preços Correntes - 1 000 contos						Total
		FTM	EDA	SATA	Sub- Total	BCA	CSA	
SMA.....	-		193	9	202,0	9,0	-	211,0
SMG.....	2,5	228	1 273	85	1 588,5	599,5	30,0	2 218,0
TER.....	-		404	21	425,0	21,0	-	446,0
GRA.....	-		220	1	221,0	30,0	-	251,0
SJO.....	7,5		250	1	258,5	14,4	-	272,9
PIC.....	10,0		483	1	494,0	45,3	-	539,3
FAI.....	-		292	20	312,0	88,3	-	400,3
FLO.....	4,5		-	1	5,5	21,3	-	26,8
COR.....	-		-	-	-	-	-	-
Fora								
Região	-	-	-	-	-	278,3	50,0	378,3
Não Desag	5,8		2 085	288	2 378,8	-	-	2 378,8
TOTAL...	30,3	228	5 200	427	5 885,3	1 107,1	80,0	7 072,4

2- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

O ordenamento administrativo da Região Autónoma dos Açores inclui serviços e fundos autónomos que desenvolvem as suas actividades no âmbito das competências de algumas Secretarias Regionais.

Após consulta às diversas Secretarias Regionais, apresenta-se no que respeita aos fundos tutelados pela Secretaria Regional de Educação e Cultura os respectivos planos de actuação:

FUNDO REGIONAL DA ACÇÃO CULTURAL

O orçamento do Fundo Regional de Acção Cultural para 1991, previsto num total de 132 130 contos, permitirá os seguintes

intervenções pelas acções abaixo discriminadas:

- Exposições	43 955 c.
- Temporada Musical	20 000 c.
- Transferências - Instituições Particulares..	33 600 c.
- Casas de Cultura.....	6 400 c.
- Animadores Culturais.....	2 500 c.
- Publicações.....	20 000 c.
- Conferências.....	<u>2 000 c.</u>
.....	128 455 c

Para além destas despesas realizar-se-ão também algumas com a aquisição de material de informática (525 c.) bem como maquinaria e equipamento (3 150c.).

FUNDO REGIONAL DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

O orçamento para 1991 importa num total de 972 792 contos, assim distribuído:

1 - Verbas destinadas respectivamente à aquisição de material de escritório, material escolar, manuais escolares para

alunos carenciados, livros e revistas para Bibliotecas dos Estabelecimentos de Ensino e residências de estudantes;

Dotação 5 510 contos

2 - Verba destinada ao normal funcionamento do Infantário e Jardim de Infância de Ponta Delgada;

Dotação 54 556 contos

3 - Verba destinada à concessão de subsídios para alunos dos ensinos preparatórios, secundário e médio e a assegurar o normal funcionamento de 24 refeitórios escolares de todos os estabelecimentos de ensino e residências de estudantes;

Dotação 102 500 contos

4 - Verba destinada a assegurar o funcionamento de 30 bufetes escolares, que em alguns estabelecimentos de ensino desempenham função complementar do serviço de alimentação e noutras, onde não existe o serviço de refeitório, desenvolvem uma acção mais ampliada com o fornecimento obrigatório de géneros e bebidas essenciais, sendo, neste último caso, concedidos subsídios aos alunos;

Dotação 129 000 contos

5 - Verba destinada a assegurar a distribuição de leite escolar a todos os alunos do da Educação Pré-Escolar e dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico CPTV e alunos deficientes e ainda fornecer "Merenda Escolar" aos alunos das zonas mais carecidas da Região;

Dotação 92 000 contos

6 - Verba destinada ao funcionamento de 25 papelarias escolares nos diferentes estabelecimentos de ensino com a finalidade de assegurar aos alunos o fornecimento a preços módicos de material escolar de uso corrente e duradouro;

Dotação 15 000 contos

7 - Verba destinada à aquisição de alimentação para as crianças inscritas no Infantário e Jardim de Infância, aquisição de roupas para bebés, toalhas, artigos de higiene e limpeza;

Dotação 3 200 contos

8 - Verba destinada a encargos das instalações do prédio onde funciona o Infantário e Jardim de Infância, renda de casa do referido Infantário e das futuras instalações do FRASE;

Dotação 2 190 contos

9 - Verba destinada a reparações e vistorias técnicas de equipamentos utilizados nas cozinhas, refeitórios, bufetes e papelarias dos diversos estabelecimentos de ensino, residências de estudantes e Infantário;

Dotação 2.100 contos

10 - Verba destinada a assegurar o funcionamento das diferentes redes de transportes escolares de todos os estabelecimentos de ensino oficial e particular dos ensinos preparatório, secundário e ensino especial.

Destina-se também a alunos do ensino primário de zonas afastadas da escola 3 Km;

Dotação 421 000 contos

11 - Verba destinada ao Seguro Escolar. Destina-se ao pagamento de medicamentos, consultas médicas, internamentos hospitalares, cirurgias, próteses e ainda com o transporte de alunos acidentados e respectivos acompanhantes se fôr caso disso;

Dotação 2 200 contos

12 - Verba destinada à atribuição de subsídios de estudo aos alunos carenciados, que visam compensar os encargos decorrentes da frequência escolar, nomeadamente com a aquisição de livros e material escolar de uso corrente e duradouro, transportes, alimentação, isenção de propinas, obtenção de diplomas, próteses e equipamento de chuva;

Dotação 105 000 contos

13 - Verba destinada à atribuição de subsídios de alojamento aos alunos que se encontram deslocados do agregado familiar e que não conseguem vagas nas residências de estudantes;

Dotação 15 000 contos

14 - Verba destinada à atribuição de subsídio infantil e de

invalidez e velhice;

Dotação 4 072 contos

15 - Verba destinada à aquisição de material móvel de apoio à Acção Social Escolar (copos de galão, chávenas, pratos, etc.) para os refeitórios e bufetes escolares;

Dotação 3 000 contos

16 - Verba destinada à reposição de equipamento fixo e móvel das cozinhas, refeitórios e bufetes escolares dos estabelecimentos de ensino e Infantário e Jardim de Infância;

Dotação 16 464 contos

FUNDO REGIONAL DO FOMENTO DO DESPORTO

O orçamento do Fundo Regional do Fomento do Desporto proposto para 1991 prevê uma dotação de 368 130

contos, dos quais 263 130 contos do O.R.A.A. e 105 000 contos de receitas que serão executadas de acordo com o Plano de Actividades a desenvolver na Região e em cada ilha em particular, quer no âmbito das Delegações de Desportos, quer no âmbito Associativo.

Assim estão programados os seguintes investimentos:

1.1. Actividades a nível de cada ilha (local)

ILHAS	Nº Modalidades que desenvolvem	Contos
		Despesa
Santa Maria	8	5 500
São Miguel	16	31 000
Terceira	15	19 000
Graciosa	5	4 000
São Jorge	5	6 000
Pico	9	9 500
Faial	10	12 000
Flores	6	4 000
Corvo	1	1 000
Não Desagregado		9 000
TOTAL		101 000

1.2. Actividades a nível regional.(inter-ilhas)

(actividades de apoio) (actividades de apoio) (actividades de apoio) (actividades de apoio) (actividades de apoio)

ILHAS	Nº Modalidades que desenvolvem	Contos
		Despesa
Santa Maria.....	8	14 500
São Miguel.....	13	41 000
Terceira.....	13	33 000
Graciosa.....	4	8 000
São Jorge.....	5	10 000
Pico.....	9	17 500
Faial.....	10	22 500
Flores.....	5	7 500
Corvo.....	1	500
Não Desagregado.....		1 500
TOTAL.....		156 000

1.3. Actividades a nível insular (Jogos do Atlântico)

ILHAS	Nº Modalidades que desenvolvem	Contos
		Despesa
Não Desagregado	13	11 500

1.4. Actividades a nível nacional

ILHAS	Nº Modalidades que desenvolvem	Contos
		Despesa
Não Desagregado	14	99 630



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional das Finanças e Planeamento
Direcção Regional de Estudos e Planeamento

PLANO PARA 1991
ANEXO

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	5
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	7
DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO	21
SECTORES SOCIAIS	23
Educação e Desporto	25
Cultura	27
Saúde	29
Segurança Social	31
Juventude e Recursos Humanos	32
Habitação e Urbanismo	34
Ambiente	36
SECTORES ECONÓMICOS	37
Agricultura, Pecuária e Silvicultura	39
Pescas	41
Indústria	42
Turismo	43
Energia	44
Transportes e Comunicações	45
Comércio	47
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	49
Administração Regional	51
Cooperação com a Administração Local	52
Protecção Civil	53
DESAGREGAÇÃO ESPACIAL DA PROGRAMAÇÃO	55

INTRODUÇÃO

O presente documento pormenoriza o Plano anual, permitindo o conhecimento, tanto a nível global como sectorial, dos programas e projectos e, sempre que possível, das diferentes acções a executar.

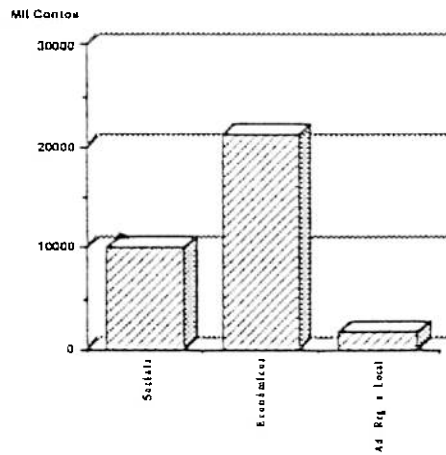
Na primeira parte deste Anexo os programas sectoriais são desdobrados por projectos, indicando-se os valores correspondentes.

Na segunda parte as acções são desagregados espacialmente, a nível de ilha, indicando-se também as diferentes formas de intervenção. No espaço denominado "Não desagregado" inscrevem-se as intervenções de natureza horizontal ou com repercussão em mais de uma ilha e insusceptíveis de desagregação

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

PLANO / 91 - SECTORES (RESUMO)

1000 Contos		
SECTORES	DOTAÇÃO	% Total
SOCIAIS.....	9 945,0	30,33
Educação e Desporto	3 050,0	9,30
Cultura	1 285,0	3,92
Saúde	1 780,0	5,43
Segurança Social	420,0	1,28
Juventude e Recursos Humanos	670,0	2,04
Habituação e Urbanismo	2 570,0	7,84
Ambiente	170,0	0,52
ECONOMICOS.....	21 170,0	64,57
Agric., Pecuária e Silvicultura	5 400,0	16,47
Pescas	2 500,0	7,63
Indústria	950,0	2,59
Turismo	1 680,0	5,12
Energia	1 570,0	4,79
Transportes e Comunicações	3 770,0	26,75
Comercio	400,0	1,22
ADM. REGIONAL E LOCAL.....	1 670,0	5,09
Administração Regional e Local	365,0	1,11
Cooperação com a Administração Local.....	1 034,0	3,15
Protecção Civil	271,0	0,83
T O T A L.....	32 785,0	100,0



PLANO / 91 / SECTORES / PROGRAMAS

SECTORES / PROGRAMAS		Ent. Prop./Exec.	Dotação	% Total
SOCIAIS			9 945,0	30,33
EDUCAÇÃO E DESPORTO			3 050,0	9,30
P1	Construções Escolares.....	SREC/SRHOP	2 130,0	6,50
P2	Aquisição de Equip. p/ Estabelecimentos de Ensino.....	SREC/SREC	270,0	0,82
P3	Instalações e Actividades Desportivas.....	SREC/SREC	650,0	1,98
CULTURA			1 285,0	3,92
P4	Animação e Actividades Culturais.....	SREC/SREC	85,0	0,26
P5	Defesa e Valonzação do Património Cultural.....	SREC/SREC	1 070,0	3,25
P6	Apoio aos Media.....	PGR/PGR	130,0	0,40
SAÚDE			1 780,0	5,43
P7	Construção de Unidades de Saúde.....	SRSSS/SRHOP	1 021,0	3,11
P8	Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde.....	SRSSS/SRSSS	624,0	1,90
P9	Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde.....	SRSSS/SRSSS	40,0	0,12
P10	Investigação, Formação e Informatização.....	SRSSS/SRSSS	95,0	0,29
SEGURANÇA SOCIAL			420,0	1,28
P11	Apoio a Instituições de Solidariedade Social.....	SRSSS/SRSSS	420,0	1,28
JUVENTUDE E REC. HUMANOS			670,0	2,04
P14	Apoio à Juventude.....	SRJRH/SRJRH	314,0	0,96
P15	Estruturas Físicas.....	SRJRH/SRJRH	138,5	0,42
P16	Formação Profissional.....	SRJRH/SRJRH	217,5	0,66
HABITAÇÃO E URBANISMO			2 570,0	7,84
P17	Apoio à Habitação.....	SRHOP/SRHOP	1 900,0	5,80
P18	Ordenamento Urbanístico.....	SRHOP/SRHOP	110,0	0,34
P19	Equipamentos Colectivos.....	SRHOP/SRHOP	500,0	1,53
P20	Gestão de Aguas.....	SRHOP/SRHOP	60,0	0,18
AMBIENTE			170,0	0,52
P21	Preservação e Melhoria do Ambiente.....	SRTA/SRTA	170,0	0,52

1 000 Contos

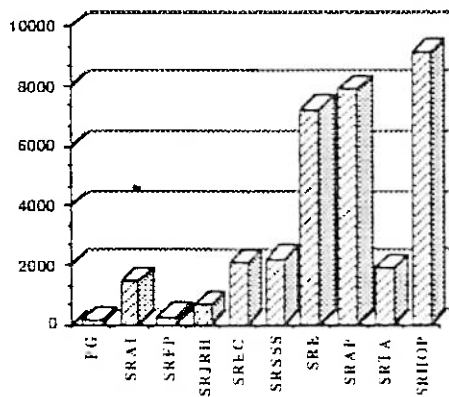
PLANO / 91 - SECTORES / PROGRAMAS

		1 000 Contos		
SECTORES / PROGRAMAS		Ent. Prop./Exec.	Dotação	% Total
ECONOMICOS.....			21 170,0	64,57
AGRICULTURA, PEC. E SILVIC.			5 400,0	16,47
P22	Desenvolvimento Agrícola.....	SRAP/SRAP	4 400,0	13,42
P23	Desenv., Protecção, e Gestão de Rec.Florestais.....	SRAP/SRAP	200,0	0,61
P24	Transform. e Comerc. de Produtos Agrícolas.....	SRAP/SRAP	800,0	2,44
PESCAS			2 500,0	7,63
P25	Desenvolvimento das Pescas	SRAP/SRAP	2 500,0	7,63
INDÚSTRIA			850,0	2,59
P26	Incentivos ao Investimento Produtivo	SRE/SRE	690,0	2,10
P27	Melhoria da Competitividade e Qualidade	SRE/SRE	110,0	0,34
P28	Fomento do Artesanato	SRE/SRE	50,0	0,15
TURISMO			1 680,0	5,12
P29	Apoio à Actividade Turística	SRTA/SRTA	1 280,0	3,90
P30	Divulgação, Promoção e Animação Turística	SRTA/SRTA	400,0	1,22
ENERGIA			1 570,0	4,79
P31	Apoio ao Sector Energético	SRE/SRE	1 570,0	4,79
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			8 770,0	26,75
P32	Rede Viária Regional	SRHOP/SRHOP	4 400,0	13,42
P33	Circulação Urbana	SRE/SRE	40,0	0,12
P34	Programa Portuario	SRE/SRHOP	3 000,0	9,15
P35	Programa Aeroportuario	SRE/SRHOP	450,0	1,37
P36	Apoio ao Transporte.....	SRE/SRE	850,0	2,59
P37	Prom., Est., Form. e Sist. Av. Telecomunicações.....	SRE/SRE	30,0	0,09
COMERCIO			400,0	1,22
P38	Apoio a Actividade Comercial	SRE/SRE	400,0	1,22
ADM. REG. E LOCAL			1 670,0	5,09
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL			365,0	1,11
P39	Modernização Administrativa	SRAV/SRAI	141,0	0,43
P40	Apoio a Serviços Sociais do Funcionalismo	SRAV/SRAI	4,0	0,01
P41	Estudos, Formação e Acompanhamento	SRFP/SRFP	220,0	0,67
COOP. COM A ADMIN. LOCAL			1 034,0	3,15
P42	Cooperação Tec. e Financeira c/ a Adm. Local	SRAV/SRAI	1 034,0	3,15
PROTECÇÃO CIVIL			271,0	0,83
P43	Protecção Civil	SRAV/SRAI	271,0	0,83
TOTAL.....			32 785,0	100,00

PLANO 791 - ENTIDADES - RESUMO

1 000 contos		
Entidades	Dotação	% Total
Presidência do Governo.....	130	0,40
Sec. Reg. da Administração Interna.....	1 450	4,42
Sec. Reg. das Finanças e Planeamento.....	220	0,67
Sec. Reg. da Juventude e Recursos Humanos.....	670	2,04
Sec. Reg. da Educação e Cultura.....	2 075	6,33
Sec. Reg. da Saúde e Segurança Social.....	2 200	6,71
Sec. Reg. da Economia.....	7 190	21,93
Sec. Reg. da Agricultura e Pescas.....	7 900	24,10
Sec. Reg. do Turismo e Ambiente.....	1 850	5,64
Sec. Reg. da Habitação e Obras Públicas.....	9 100	27,76
T. O. T. A. L.	32 785	100

Mil Contos



PLANO 91 ENTIDADES PROGRAMAS

1 000 contos

ENT. PROP. / EXEC. / PROGRAMAS	DOTAÇÃO	% Total
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL	130,0	0,40
P6 Apoio aos média	130,0	0,40
SEC. REG. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	1 450,0	4,42
P39 Modernização Administrativa	141,0	0,43
P40 Apoio a Serviços Sociais do Funcionalismo	4,0	0,01
P42 Cooperação Técnica e Financeira c/Administração Local	1 034,0	3,15
P43 Protecção Civil	271,0	0,83
SEC. REG. DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO	220,0	0,67
P41 Estudos, Formação e Acompanhamento	220,0	0,67
SEC. REG. DA JUVENTUDE E REC. HUMANOS	670,0	2,04
P14 Apoio à Juventude	314,0	0,96
P15 Estruturas Físicas	138,5	0,42
P16 Formação Profissional	217,5	0,66
SEC. REG. DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2 075,0	6,33
P2 Aquisição de Equip. p/ Estabelecimentos de Ensino	270,0	0,82
P3 Instalações e Actividades Desportivas	650,0	1,98
P4 Animação e Actividades Culturais	85,0	0,26
P5 Defesa e Valorização de Património Cultural	1 070,0	3,26
SEC. REG. DE SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL	2 200,0	6,71
P7 Construção de Unidades de Saúde	1 021,0	3,11
P8 Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde	624,0	1,90
P9 Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde	40,0	0,12
P10 Investigação, Informatização e Formação na área de Saúde	95,0	0,29
P11 Apoio a Instituições de Solidariedade Social	420,0	1,28

PLANO 91 ENTIDADES PROGRAMAS

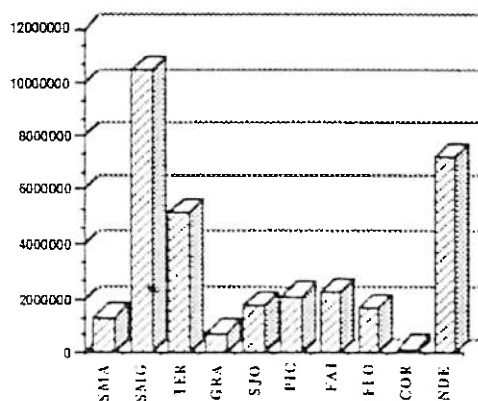
1 000 contos

ENT. PROP. / EXEC. / PROGRAMAS	DOTAÇÃO	% Total
SEC. REG. DA ECONOMIA	7 190,0	21,93
P26 Incentivos ao Investimento Produtivo	690,0	2,10
P27 Melhoria da Competitividade e Qualidade	110,0	0,34
P28 Fomento do Artesanato	50,0	0,15
P31 Apoio ao Sector Energético	1 570,0	4,79
P33 Circulação Urbana	40,0	0,12
P34 Programa Portuario	3 000,0	9,15
P35 Programa Aeroportuario	450,0	1,37
P36 Apoio ao Transporte	850,0	2,59
P37 Prom., Estudos, Form. Prof. e Sist. Av. de Telecomunicações	30,0	0,09
P38 Apoio à Actividade Comercial	400,0	1,22
SEC. REG. DE AGRICULTURA E PESCAS	7 900,0	24,10
P22 Desenvolvimento Agrícola	4 400,0	13,42
P23 Desenv., Protecção e Gestão dos Recursos Florestais	200,0	0,61
P24 Transform. e Comercialização de Produtos Agrícolas	800,0	2,44
P25 Desenvolvimento das Pescas	2 500,0	7,63
SEC. REG. DO TURISMO E AMBIENTE	1 850,0	5,64
P21 Preservação e Melhoria do Ambiente	170,0	0,52
P29 Apoio a Actividade Turística	1 250,0	3,90
P30 Divulgação, Promoção e Animação Turística	400,0	1,22
SEC. REG. HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	9 100,0	27,76
P1 Construções Escolares	2 130,0	6,50
P17 Apoio à Habitação	1 900,0	5,80
P18 Ordenamento Urbanístico	110,0	0,34
P19 Equipamentos Colectivos	500,0	1,53
P20 Gestão de Águas	60,0	0,18
P32 Rede Viária Regional	4 400,0	12,42
TOTAL	32 785,0	100,00

PLANO / 91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL (RESUMO)

Contos		
Desagregação Espacial	Dotação	% Total
Santa Maria	1 311 821	4,00
São Miguel	10 485 075	31,98
Terceira	5 176 428	15,79
Graciosa	700 335	2,14
São Jorge	1 745 419	5,32
Pico	2 111 900	6,44
Faial	2 217 954	6,77
Flores	1 661 827	5,07
Corvo	152 943	0,47
Não Desagregado	7 221 298	22,03
TOTAL	32 785 000	100,00

Mil Contos



PLANO 91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL/SECTORES/PROGRAMAS

Sectores/Programas	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	CON	H. DES	TOTAL
S O C I A L S	220 836	4 213 832	2 279 003	136 871	258 575	579 407	553 553	311 272	30 388	1 361 260	9 945 000
EDUCAÇÃO E DESPORTO	45 000	980 000	1 082 000	15 500	36 000	243 000	196 000	105 000	10 500	337 000	3 050 000
P1 Constituições Escolares	45 000	640 000	640 000	15 500	36 000	243 000	186 000	105 000	10 500	300 000	2 130 000
P2 Apoio de Equip. p/ Estabed de Ensino		40 000	20 000				10 000			200 000	270 000
P3 Instalações e Activ. Desportivas		160 000	413 000							137 000	650 000
CULTURA	15 300	356 200	358 100	17 000	22 750	62 850	170 100	65 900	10 300	208 500	1 285 000
P4 Animação e Actividades Culturais	300	13 200	13 100	2 000	2 750	2 850	4 100	900	300	45 500	85 000
P5 Defesa e Valoriz do Patrim. Cultural	15 000	343 000	345 000	15 000	20 000	60 000	166 000	65 000	10 000	31 000	1 070 000
P6 Apoio aos Media										130 000	130 000
SAUDE	100 000	1 134 000	203 500	55 000	7 500	120 000	20 000	0	0	140 000	1 780 000
P7 Constituição de Unidades de Saúde	100 000	621 000				100 000					1 021 000
P8 Manutenç e Equip de Unidades de Saúde		313 000	203 500	20 000	2 500	20 000	20 000			45 000	624 000
P9 Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde				35 000	5 000					95 000	40 000
P10 Inv. Formação e Intermediação											95 000
SEGURANÇA SOCIAL	0	160 000	60 000	0	100 000	0	0	100 000	0	0	420 000
P11 Apoio a Inst. de Solidariedade Social		160 000	60 000		100 000			100 000			420 000
JUVENTUDE E REC.HUMANOS	2 200	199 750	45 250	1 200	1 200	1 200	14 000	600	600	404 000	670 000
P14 Apoio à Juventude	2 200	66 000	43 500	1 200	1 200	1 200	11 000	600	600	186 500	314 000
P15 Estruturas Físicas		133 750	1 750				3 000			217 500	136 500
P16 Formação Profissional											217 500
HABITAÇÃO E URBANISMO	51 238	1 334 802	498 154	42 871	81 875	142 857	125 103	33 972	3 888	253 360	2 570 000
P17 Apoio à Habitação	50 738	1 029 632	418 154	41 971	80 875	120 857	120 503	33 972	2 888	233 360	1 900 000
P18 Urbanismo Urbanístico	500	24 200	3 000	900	3 000	20 000	4 200		600	53 360	110 000
P19 Equipamentos Colectivos		240 000	70 000			2 000				190 000	500 000
P20 Gestão de Águas		41 000	7 000							10 000	60 000
AMBIENTE	7 100	49 000	32 000	5 300	7 250	9 500	28 350	5 800	5 300	20 400	170 000
P21 Preservação e Melhoria do Ambiente	7 100	49 000	32 000	5 300	7 250	9 500	28 350	5 800	5 300	20 400	170 000

PLANO 91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL/SECTORES/PROGRAMAS

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	N. DES	TOTAL
Sectores/Programas											
E C O N O M I C O S											
P22	77 150	1 132 120	724 060	74 250	241 100	459 800	192 000	285 130	5 000	2 209 390	5 400 000
P23	73 150	1 015 240	684 360	70 150	111 930	426 000	129 500	115 350	1 774 390	1 774 390	4 400 000
P24	4 000	96 000	19 700	4 100	14 200	28 000	17 500	14 000	5 000	435 000	200 000
		20 000	20 000		115 000	5 000	45 000	155 000			800 000
P25	235 000	465 000	150 000	78 000	95 000	315 000	400 000	7 000	5 000	750 000	2 500 000
	245 000	465 000	150 000	78 000	95 000	315 000	400 000	7 000	5 000	750 000	2 500 000
P26	87 500	264 500	126 000	8 000	22 000	36 000	20 000	10 500	2 500	273 000	850 000
P27	85 000	185 000	121 000	6 000	20 000	33 000	17 000	8 000	2 000	213 000	600 000
P28	2 500	75 000	5 000	2 000	2 000	3 000	3 000	2 500	500	25 000	110 000
		4 500	5 000	2 000	2 000	3 000	3 000	2 500	500	25 000	50 000
P29	74 000	523 900	203 000	37 000	52 000	82 000	148 000	75 000	6 500	469 000	1 680 000
P30	67 000	501 500	167 000	31 000	42 000	80 000	132 000	60 000	6 500	165 000	1 200 000
	7 000	22 000	16 000	6 000	18 000	12 000	16 000	7 000	304 000	304 000	400 000
P31	70 600	221 700	317 700	40 200	141 200	141 200	132 400	27 000	5 000	471 000	1 570 000
	70 600	221 700	317 700	40 200	141 200	141 200	132 400	27 000	5 000	471 000	1 570 000
P32	443 005	2 092 305	1 092 305	276 526	814 856	334 974	683 378	892 473	89 603	1 175 000	8 770 000
P33	293 005	2 037 800	597 305	186 526	464 856	134 974	348 378	42 473	19 603	275 000	4 400 000
		30 000	5 000				5 000			40 000	
P34	150 000	890 000	410 000	50 000	300 000	150 000	330 000	650 000	20 000	70 000	3 600 000
		10 000	08 000	40 000	50 000	50 000	200 000		50 000	30 000	450 000
P35	8 500	203 000	57 000	7 700	23 500	47 500	28 000	10 000	500	14 300	400 000
	8 500	203 000	57 000	7 700	23 500	47 500	28 000	10 000	500	14 300	400 000
P36	95 228	493 543	227 359	41 708	97 108	106 019	60 623	43 452	8 452	496 348	1 670 000
A D M. R E G. E L O C A L											
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL											
P37		1 000	1 000							363 000	365 000
P38		1 000	1 000							141 000	141 000
P39										2 000	4 000
P40										220 000	220 000
P41										29 590	1 034 000
P42	95 228	431 543	193 859	41 708	53 436	106 019	48 123	25 962	8 452	29 590	1 034 000
	95 228	431 543	193 859	41 708	53 436	106 019	48 123	25 962	8 452	29 590	1 034 000
P43	0	61 000	32 500	0	43 750	0	12 500	17 500	0	103 750	271 000
		61 000	32 500	0	43 750	0	12 500	17 500	0	103 750	271 000
PROTEÇÃO COM A ADM. LOCAL											
PROTEÇÃO CIVIL											
	1 311 821	10 489 075	5 170 428	700 335	1 745 419	2 111 900	2 217 954	1 661 827	152 943	7 221 294	32 785 000
TOTAL											
											100,00
											22,03
											5,07
											6,44
											5,32
											2,14
											15,79
											31,98
											4,00
											6,77

Percentagem(%)

DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

SECTORES SOCIAIS

EDUCAÇÃO E DESPORTO

A dotação inscrita para o sector da Educação e Desporto é de 3050 mil contos, o que equivale a 30,7% do total atribuído aos sectores sociais e a 9,3% do total do Plano.

O Programa que absorverá maiores meios financeiros é o P.1 - Construções Escolares, envolvendo acções em numerosos estabelecimentos de todos os graus de ensino, estando a sua execução a cargo da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas mediante proposta da Secretaria Regional da Educação e Cultura. No que respeita a equipamento, também estão inscritas verbas para apetrechamento de estabelecimentos de todos os graus de ensino.

No que respeita ao Desporto prevê-se a execução de um conjunto importante de acções relativas a Instalações e Actividades Desportivas (P3).

A informação detalhada dada no quadro junto é elucidativa dos empreendimentos a executar.

Contos

SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Educação e Desporto	3 050 000
P.1 - Construções Escolares	2 130 000
1.1 - Instalações para Educação Pré-Escolar e Ensino Primário	265 000
1.2 - Instalações para os Ensinos Preparatório e Secundário	1 025 000
1.3 - Instalações para o Ensino Superior	530 000
1.4 - Melhoramento do Parque Escolar e Residências de Estudantes	310 000
P.2 - Aquisição de Equipamento para Estabelecimentos de Ensino	270 000
2.1 - Aquis. de Equipamento para Educação Pré-Escolar e Ens. Primário	80 000
2.2 - Aquis. de Equipamento para os Ens. Preparatório e Secundário	120 000
2.3 - Aquis. de Equipamento e Mater. de Transporte para o Ensino Superior	70 000
P.3 - Instalações e Actividades Desportivas	650 000
3.1 - Instalações Desportivas	568 000
3.2 - Apoio a Actividades Desportivas	82 000

CULTURA

A dotação inscrita para o sector da Cultura é de 1285 mil contos, o que corresponde a 12,9% do total atribuído aos sectores sociais e a 3,9% do total do Plano.

O programa que absorverá maiores recursos financeiros é o P.5 - Defesa e Valorização do Património Cultural, envolvendo um número importante de acções que constituem os projectos P.5.1 - Defesa e Melhoramento de Imóveis com Interesse Arquitectónico e P.5.4 - Recuperação de Imóveis de Interesse Cultural Destruídos pelo Sismo de 1980.

O programa nº 6 - Apoio aos Media é reflexo do esforço que continúa a ser feito no sentido da melhoria dos órgãos de comunicação social.

Contos

SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Cultura	1 285 000
P.4 - Animação e Actividades Culturais	85 000
4.1 - Apoio a Instituições Culturais e Científicas	17 900
4.2 - Apoio a Sociedades e Grupos Culturais e Recreativos	67 100
P.5 - Defesa e Valorização do Património Cultural	1 070 000
5.1 - Defesa e Melhoramento de Imóveis com Interesse Arquitectónico	690 000
5.2 - Plano de Salvaguarda de Núcleos Urbanos de Interesse Histórico e Arquitectónico	30 000
5.3 - Levantamento e Inventário do Património Artístico e Cultural	5 000
5.4 - Recuperação de Imóveis de Interesse Cultural Destruídos pelo Sismo de 1980	345 000
P.6 - Apoio aos Média	130 000
6.1 - Cobertura Televisiva	10 000
6.2 - Cobertura Radiofónica	10 000
6.3 - Apoio à Comunicação Social Privada	90 000
6.4 - Renovação Tecnológica	12 000
6.5 - Formação e Valorização Profissional	8 000

SAÚDE

A dotação proposta para o sector da Saúde é de 1780 mil contos, o que corresponde a 17,9% do total atribuído aos sectores sociais e a 5,4% do total do Plano.

Os programas mais significativos em termos de dotação respeitam a Construção de Unidades de Saúde (P.7) e Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde (P.8), envolvendo o primeiro destes programas o início da construção do novo hospital de Ponta Delgada e intervenções em quatro Centros de Saúde e um igual número de Postos de Saúde. A título de beneficiação e equipamento serão realizadas numerosas acções em hospitais, centros e casas de saúde e ainda em termas.

	Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Saúde	1 780 000
P.7 - Construções Escolares	1 021 000
7.1 - Construção do Hospital de Ponta Delgada	756 000
7.4 - Centro de Saúde de Vila do Porto	100 000
7.7 - Centro de Saúde de São Roque	100 000
7.8 - Centro de Saúde da Lagoa	15 000
7.10 - Centro de Saúde da Povoação	15 000
7.11 - Construção de Postos de Saúde	35 000
P.8 - Aquisição de Equipamento para Estabelecimentos de Ensino	624 000
8.1 - Beneficiação de Unidades de Saúde	400 000
8.2 - Equipamento de Unidades de Saúde	199 000
8.3 - Material de Transporte	25 000
P.9 - Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde	40 000
9.1 - Apoio a Fixação de Pessoal de Saúde	40 000
P.10 - Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde	95 000
10.1 - Investigação na Saúde	7 000
10.2 - Informatização na Saúde	43 000
10.3 - Formação na Saúde	45 000

SEGURANÇA SOCIAL

A dotação inscrita no sector da Segurança Social é de 420 mil contos, montante que corresponde a 4,2% do total dos sectores sociais e a 1,3% do total do Plano.

O único programa é o de Apoio a Instituições de Solidariedade Social, visando a construção de novos equipamentos para a infância, juventude e idosos e a beneficiação de outros já existentes.

	Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Segurança Social	420 000
P.11 - Apoio a Instituições de Solidariedade Social	420 000
11.1 - Novos Equipamentos para Infância e Juventude	60 000
11.2 - Novos Equipamentos para Idosos	220 000
11.3 - Melhoramentos em Equipamentos Existentes	140 000

JUVENTUDE E RECURSOS HUMANOS

Para o sector da Juventude e Recursos Humanos é proposta uma dotação de 670 mil contos, o que corresponde a 6,7% do total dos sectores sociais e a 2% do total do Plano para 1991.

Em termos financeiros a programação do sector é dominada por um conjunto importante de empreendimentos dedicados à juventude (P.14). O objectivo de formação profissional terá expressão tanto no que respeita a estruturas físicas (P.15) como no apoio a acções de formação profissional (P.16).

Contos

SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Juventude e Recursos Humanos	670 000
P.14 - Apoio à Juventude	314 000
14.1 - Construção de Pousadas da Juventude	80 000
14.2 - Apoio a Jovens Empresários	120 000
14.3 - Apoio à Habitação para Jovens	66 500
14.4 - Apoio ao Associativismo	40 000
14.5 - Ocupação dos Tempos Livres de Jovens	7 500
P.15 - Estruturas Físicas	138 500
15.1 - Centro de Formação Profissional dos Açores	130 500
15.3 - Centros de Emprego	8 000
P.16 - Formação Profissional	217 500
16.1 - Formação Profissional	217 500

HABITAÇÃO E URBANISMO

A dotação proposta para o sector da Habitação e Urbanismo é de 2570 mil contos, correspondente a 25,8% dos sectores sociais e a 7,8% do total do Plano.

O programa que absorverá maiores recursos financeiros é o de Apoio à Habitação (P.17) através de diversos projectos e acções, nomeadamente as de apoio à construção, de recuperação do parque habitacional e de bonificação de juros de empréstimos para construção. O ordenamento urbanístico (P.18), a gestão de águas (P.20) e os equipamentos colectivos (P.19) completam um conjunto vasto de acções a desenvolver.

Contos

SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Habitação e Urbanismo	2 570 000
P.17 - Apoio a Habitação	1 900 000
17.1 - Apoio a Construção e Aquisição de Habitação Própria	1 000 000
17.2 - Recuperação do Parque Habitacional e Alojamento	600 000
17.3 - Bonificação de Juros	300 000
P.18 - Ordenamento Urbanístico	110 000
18.1 - Cartografia	21 760
18.2 - Ordenamento Urbanístico	88 240
P.19 - Equipamentos Colectivos	500 000
19.1 - Instalação de Serviços Públicos Regionais	350 000
19.3 - Apoios a Entidades de Interesse Colectivo	150 000
P.20 - Gestão de Aguas	60 000
20.1 - Estudos Hídricos	45 000
20.2 - Captações	15 000

AMBIENTE

Para o sector do Ambiente a dotação a inscrever é de 170 mil contos, o que corresponde a 1,7% dos sectores sociais e a 0,5% do total do Plano.

A programação é constituída por diversos estudos e acções de controlo, e divulgação a levar a cabo em todas as ilhas da Região visando a Preservação e Melhoria do Ambiente (P.21).

	contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Ambiente	170 000
P.21 - Preservação e Melhoria do Ambiente	170 000
21.1 - Conservação da Natureza	60 000
21.2 - Qualidade do Ambiente e Recursos Naturais	50 000
21.3 - Ordenamento	15 000
21.4 - Investigação Científica e Divulgação	45 000

SECTORES ECONÓMICOS

AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

A dotação inscrita para o sector da Agricultura, Pecuária e Silvicultura ascende a 5400 mil contos, correspondendo a 25,5% dos sectores económicos e a 16,5% do total do Plano.

Como pode verificar-se no quadro o programa P.22 - Desenvolvimento Agrícola absorverá a maioria da dotação do sector, a aplicar num grande número de projectos e de acções, sobressaindo pela sua dimensão financeira os projectos Infra-estruturas Físicas (22.10), Investimentos em Explorações Agrícolas (22.5), Investigação (22.4) e Apoios Directos aos Rendimentos (22.7).

A programação envolve ainda projectos e acções diversificadas relativas à transformação e comercialização de produtos agrícolas (P.24) e ao desenvolvimento de recursos florestais (P 23)

	Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Agricultura, Pecuaria e Silvicultura	5 400 000
P.22 - Desenvolvimento Agrícola	4 400 000
22.1 - Estruturação Fundiária	173 380
22.2 - Organização da Produção	223 015
22.3 - Formação Profissional	285 000
22.4 - Investigação, Experimentação e Divulgação	569 080
22.5 - Investimentos em Explorações Agrícolas	933 800
22.6 - PDAP/P	226 000
22.7 - Apoios Directos aos Rendimentos	500 000
22.8 - Sanidade Animal e Higiene Pública Veterinária	118 200
22.9 - Protecção da Produção Agrícola	102 900
22.10 - Infra-Estruturas Físicas	1 268 625
P.23 - Aquisição de Equipamento para Estabelecimentos de Ensino	200 000
23.1 - Desenv. e Pov. Florestal, Gestão e Protecção dos Recursos Florestais Públicos	113 000
23.2 - Fomento e Gestão do Sector Florestal Privado	24 000
23.3 - Melhoramento Silvo-Pastoril	32 000
23.4 - Silvicultura do Ambiente, Recursos Cinegéticos e Piscícolas	31 000
P.24 - Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas	300 000
24.1 - Transformação e Comercialização	415 000
24.2 - Qualidade Alimentar	30 000
24.3 - Mercados e Intervenção	30 000
24.4 - Encargos Financeiros	325 000

PESCAS

A dotação inscrita para o sector das Pescas é de 2500 mil contos, o que corresponde a 11,8% dos sectores económicos e a 7,6% total do Plano.

Os empreendimentos a levar a cabo neste sector estão agregados num único programa – P.25 - Desenvolvimento das Pescas – que se desdobra em três projectos. Destes, o que absorverá meios financeiros mais avultados respeita à Frota Pesqueira e Infra-estruturas Portuárias (25.2).

Seguem-se-lhe, à luz do mesmo critério, os projectos 25.3 - Transformação e Comercialização e 25.1 - Formação, Divulgação, Investigação e Experimentação nas Pescas.

SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Pescas	2 500 000
P.25 - Desenvolvimento das Pescas	2 500 000
25.1 - Formação, Divulgação, Investigação e Experimentação nas Pescas	370 000
25.2 - Frota Pesqueira e Infra-Estruturas Portuárias	1 690 000
25.3 - Transformação e Comercialização	440 000

INDÚSTRIA

A dotação financeira do sector da Indústria é de 850 mil contos, o que equivale a 4% do total dos sectores económicos e a 2,6% total do Plano.

Os empreendimentos do sector estão agrupados em três programas, entre os quais avulta o P.26 - Incentivos ao Investimento Produtivo em razão da sua dotação. Os restantes programas sectoriais têm objectivos relacionados com a competitividade e qualidade e com o artesanato.

SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	Contos
	DOTAÇÃO
Indústria	850 000
P.26 - Incentivos ao Investimento Produtivo	690 000
26.1 - Incentivos Financeiros à Indústria	410 000
26.2 - Parques e Zonas Industriais	40 000
26.3 - Promoção do Investimento	160 000
26.4 - Apoio Directo à PME'S	30 000
26.5 - Dotações de Capital	50 000
P.27 - Melhoria da Competitividade e Qualidade	110 000
27.1 - Qualidade e Investigação	85 000
27.2 - Desenvolvimento e Reestruturação	10 000
27.3 - Formação Técnica	15 000
P.28 - Fomento do Artesanato	50 000
28.1 - Fomento do Artesanato	50 000

TURISMO

A dotação proposta para o sector do Turismo é de 1680 mil contos, o que corresponde a 7,9% dos sectores económicos e 5,1% do total do Plano.

O principal programa sectorial é o P.29 - Apoio à Actividade Turística, envolvendo diversos projectos, entre os quais avultam os relacionados com a concessão de incentivos ao investimento privado e com estruturas físicas turísticas. Há ainda um outro programa que tem por objectivos a divulgação, a promoção e a animação turísticas.

	Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Turismo	1 680 000
P.29 - Apoio à Actividade Turística	1 280 000
29.1 - Apoio ao Investimento Privado	680 000
29.2 - Ordenamento e Enriquecimento da Oferta Turística	100 000
29.3 - Participação Pública em Empreendimentos Turísticos	100 000
29.4 - Estruturas Físicas Turísticas	320 000
29.5 - Organização	40 000
29.6 - Formação Profissional na Área do Turismo	40 000
P.30 - Divulgação, Promoção e Animação	400 000
30.1 - Informação e Divulgação Turística	100 000
30.2 - Animação Turística	300 000

ENERGIA

A dotação proposta para o sector da Energia é de 1570 mil contos, o que corresponde a 7,4% dos sectores económicos e a 4,8% do total do Plano.

O projecto sectorial mais exigente em termos financeiros respeita ao apoio financeiro que regularmente é prestado à Empresa de Electricidade dos Açores, E.P.. Para além destes prevê-se ainda a realização de vários estudos e a concessão de incentivos e apoios diversos.

	Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Energia	1 570 000
P.31 - Apoio ao Sector Energetico	1 570 000
31.1 - Apoio a Empresa Publica EDA e electrificações diversas	1 410 000
31.2 - Apoio a Federação de Municípios das Flores e a Câmara Municipal do Corvo	30 000
31.3 - Estudos e Formação no Sector	50 000
31.4 - Apoio a Utilização Racional de Energia	70 000

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A dotação proposta para o sector de Transportes e Comunicações ascende a 8770 mil contos, o que corresponde a 41,4% dos sectores económicos e a 26,8% do total do Plano.

A natureza arquipelágica da Região continua a conferir grande importância aos investimentos a realizar neste sector, a maior parte dos quais são do tipo construção.

A Rede Viária Regional (P.32) irá absorver importantes meios financeiros, seja para construção, seja para reabilitação de estradas. Também a circulação urbana é objecto de diversas iniciativas tendentes à sua melhoria.

O Programa Portuário (P.34) e também o Aeroportuário (P.35) têm dotações importantes, destacando-se os empreendimentos a realizar na ilhas das Flores, de S. Miguel e da Terceira.

Os vários modos de transporte são objecto de apoios financeiros (P.36), merecendo destaque pelo volume financeiro previsto o apoio ao transporte aéreo.

		Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO		DOTAÇÃO
Transportes e Comunicações		8 770 000
P.32 - Rede Viária Regional		4 400 000
32.1 - Construção de Estradas Regionais		1 963 953
32.2 - Reabilitação de Estradas Regionais		2 161 047
32.3 - Construção e Equipamento de Parques de Máquinas		200 000
32.4 - Calamidades e Estragos		75 000
P.33 - Circulação Urbana		10 000
33.1 - Centrais de Camionagem		20 000
33.2 - Parques de Estacionamento		20 000
P.34 - Programa Portuário		3 000 000
34.1 - Porto de Vila do Porto		150 000
34.2 - Porto de Ponta Delgada		350 000
34.3 - Porto da Praia da Vitória		280 000
34.5 - Portos de São Jorge		200 000
34.6 - Porto da Graciosa		50 000
34.7 - Portos do Pico		150 000
34.8 - Porto da Horta		300 000
34.9 - Porto das Flores		650 000
34.11 - Apetrechamento Portuário		100 000
34.12 - Protecção da Orla Marítima		70 000
P.35 - Programa Aeroportuário		450 000
35.1 - Aeroporto de Ponta Delgada		10 000
35.2 - Aeroporto das Lajes		30 000
35.3 - Aeroporto das Flores		200 000
35.4 - Aerocarros		50 000
35.6 - Melhoramentos em Aeroportos		50 000
35.7 - Segurança e Ajudas à Navegação Aérea		50 000
P.36 - Apoio ao Transporte		850 000
36.1 - Transporte Terrestre		100 000
36.2 - Transporte Marítimo		100 000
36.3 - Transporte Aéreo		650 000
P.37 - Promoção, Estudos, Formação, Sist. Avançados de Telecomunicações		30 000
37.1 - Promoção, Estudos, Formação, Sist. Avançados de Telecomunicações		30 000

COMÉRCIO

O sector do Comércio terá uma dotação financeira de 400 mil contos, o que corresponde a 1,9% dos sectores económicos e a 1,2% do total do Plano.

O programa P.38 - Apoio à Actividade Comercial prevê a construção de diversas infra-estruturas e a concessão de apoios financeiros.

	Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Comercio	400 000
P.38 - Apoio à Actividade Comercial	400 000
38.1 - Infra-Estruturas	140 000
38.2 - Apoios Financeiros	260 000

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

A dotação proposta para o sector da Administração Regional é de 365 mil contos, o que corresponde a 21,9% da dotação do conjunto de sectores designados por Administração Regional e Local e a 1,1% do total do Plano.

Os projectos e acções a executar relacionam-se com a modernização administrativa (P.39), com estudos e formação profissional em áreas especializadas (P.41) e com a protecção social dos funcionários regionais (P.40).

	Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Administração Regional	365 000
P.39 - Modernização Administrativa	141 000
39.1 - Gestão de Recursos Humanos	32 000
39.2 - Comunicações Interdepartamentais e Estudos	109 000
P.40 - Apoio a Serviços Sociais do Funcionalismo	4 000
40.1 - Apoio a Serviços Sociais do Funcionalismo	4 000
P.41 - Estudos, Formação e Acompanhamento	220 000
41.1 - Estudos e Formação em Gestão Integrada	90 000
41.2 - Estudos e Formação na Área do Planeamento	5 000
41.3 - Acompanhamento de Programas Comunitários	95 000
41.4 - Produção Estatística e Formação	40 000

COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Para o sector da Cooperação com a Administração Local prevê-se a atribuição de 1034 mil contos, o que corresponde a 61,9% da dotação do conjunto de sectores designados por Administração Regional e Local e a 3,2% do total do Plano.

A Cooperação Financeira com a Administração Local (42.2) absorverá a grande maioria dos recursos disponíveis, sem prejuízo do apoio técnico à gestão municipal.

	Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Cooperação com a Administração Local	1 034 000
P.42 - Cooperação Técnico-Financeira com a Administração Local	1 034 000
42.1 - Cooperação Técnica - Gestão Municipal e Ordenamento	70 000
42.2 - Cooperação Financeira	964 000

PROTECÇÃO CIVIL

Propõe-se para o sector da Protecção Civil a atribuição de 271 mil contos, correspondente a 16,2% da dotação do conjunto de sectores designados por Administração Regional e Local e a 0,8% do total do Plano.

O programa sectorial engloba acções de construção de instalações para associações humanitárias de bombeiros voluntários e serviços de incêndio e aquisição de equipamento para os mesmos, para além de acções de estudo e prevenção na área da protecção civil.

	Contos
SECTOR/PROGRAMA/PROJECTO	DOTAÇÃO
Protecção Civil	271 000
P. 43 - Protecção Civil	271 000
43.1 - Infraestruturas Básicas	56 000
43.2 - Equipamento	180 000
43.3 - Estudos e Prevenção	24 500
43.4 - Formação de Pessoal	10 500

DESAGREGAÇÃO ESPACIAL DA PROGRAMAÇÃO

SANTA MARIA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Educação e Desporto	45 000
---------------------	--------

Programa 1

Ampliação da escola de Vila do Porto	40 000
Melhoramento das instal. do Ens. Primário - Cooper. financeira com as Autarquias	4 000
Melhoria das instalações dos Ensinos Preparatório e Secundário	1 000

Cultura	15 300
---------	--------

Programa 4

Apoio a escolas de música filarmónica	300
---------------------------------------	-----

Programa 5

Casa de Etnografia de Santa Maria	10 000
Igreja de Nossa Senhora das Vitorias, em Santa Maria	5 000

Saúde	100 000
-------	---------

Programa 7

Centro de Saúde de Vila do Porto	100 000
----------------------------------	---------

Juventude e Recursos Humanos	2 200
------------------------------	-------

Programa 14

Apoio ao associativismo juvenil	2 000
Ocupação de tempos livres de jovens	200

Habitação e Urbanismo	51 238
-----------------------	--------

Programa 17

Aquisição e infra-estruturas de solos	8 011
Apoio à construção e aquisição de casa própria	18 693
Apoio à ampliação, equipamento e manutenção do parque habitacional	5 341
Apoio à recuperação do parque habitacional	10 682

SANTA MARIA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
SAFIN - Apoio a particulares para aquisição de casa própria (bonificação de juros)		8 011
Programa 18		
Cartografia de Santa Maria		500
Ambiente		7 100
Programa 21		
Estudo da fauna, flora e ecossistemas		100
Gestão de parques e reservas naturais		1 400
Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima		1 500
Inventariação de fontes de poluição		500
Controlo e gestão de resíduos		1 000
Elaboração de planos de ordenamento		300
Avaliação do impacto e cartografia		300
Desenvolvimento da investigação em Ambiente		500
Recolha e tratamento de informação e divulgação		1 500
Agricultura, Pecuária e Silvicultura		77 150
Programa 22		
Horto-Frutícola-Apícola e Sericícola		700
Forragens e bovinicultura		23 300
Apoios à produção		5 200
Reconversão da vinha		500
Desenvolvimento da ovinicultura		12 000
Sanidade animal		5 000
Acções de protecção		3 400
Caminhos de Acesso às Explorações Agrícolas - Santa Maria		21 000
Instalação de Serviços - Santa Maria		1 050
Rede Viária Florestal - Santa Maria		1 000
Programa 23		
Arborização, gestão e protecção florestal		3 000
Incentivos à florestação		100
Acções de fomento		100
Melhoramentos de pastagens		300

SANTA MARIA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas		100
Instalação, protecção e gestão de reservas florestais naturais e de recreio		400

Pescas	235 000
---------------	----------------

Programa 25

Apoio à frota pesqueira industrial	200 000
Apoio à frota pesqueira artesanal	5 000
Exploração de entrepostos frigoríficos	30 000

Indústria	87 500
------------------	---------------

Programa 26

Incentivos financeiros à indústria	80 000
Zona Franca de Santa Maria	5 000

Programa 28

Apoio financeiro ao artesanato	2 500
--------------------------------	-------

Turismo	74 000
----------------	---------------

Programa 29

Concessão de incentivos financeiros - SIFIT	20 000
Ordenamento e enriquecimento da oferta turística	5 000
Participação em empreendimentos turísticos	12 000
Estruturas físicas turísticas — novas formas de alojamento	17 000
Estruturas físicas turísticas — campos de ténis	8 000
Estruturas físicas turísticas — apoio à escalandria	5 000

Programa 30

Animação turística	7 000
--------------------	-------

Energia	70 600
----------------	---------------

Programa 31

Apoio financeiro à EDA, E.P e electrificações diversas	70 600
--	--------

SANTA MARIA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Transportes e Comunicações	443 005
----------------------------	---------

Programa 32

Pavimentação de troços das ER 2-2ª e 3-2ª	271 005
Outras Obras - Santa Maria	22 000

Programa 34

Porto de Vila do Porto	150 000
------------------------	---------

Comércio	8 500
----------	-------

Programa 38

Apoio à modernização do sector comercial	8 000
Apoio à formação nas áreas da gestão de stocks, marketing e novas tecnologias	500

Cooperação com a Administração Local	95 228
--------------------------------------	--------

Programa 42

Acções de formação e elaboração de publicações	150
Ordenamento do território	2 000
Apoio técnico às Autarquias Locais	1 166
Recenseamento e eleições	100
Abastecimento de água e esgotos	84 812
Abastecimento de água e esgotos	3 500
Rede viária	3 500

TOTAL GERAL.....	1 311 821
------------------	-----------

SÃO MIGUEL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Educação e Desporto	980 000
---------------------	---------

Programa 1

Construção de um edifício escolar em Ponta Delgada (Laranjeiras)	25 000
Construção de um edifício escolar em Ponta Delgada (Lajedo)	10 000
Construção de um edifício escolar nas Sete Cidades	10 000
Construção de um edifício escolar na freguesia de S.Vicente Ferreira	10 000
Construção de um edifício escolar na Lagoa	20 000
Ampliação do edifício escolar da localidade dos Remédios (conc. da Lagoa)	10 000
Conclusão das instalações desportivas da Escola Secundária das Laranjeiras	50 000
Construção de uma escola SU/45/, na Lagoa	30 000
Construção de uma escola C-S/30T na freguesia da Maia	10 000
Ampliação da Escola Preparatória das Capelas	100 000
Obras de grande reparação e de remodelação na Esc. Sec. Antero de Quental	10 000
Ordenamento do "campus" de Ponta Delgada	55 000
Instalações para Departamento de Ensino e de Investigação - Pólo de P. Delgada	100 000
Construção de instal. para o Centro de Documentação do Pólo Univ. de P. Delgada	20 000
Recuperação do edifício principal do Pólo de Ponta Delgada	100 000
Aquisição de blocos residenciais para alojamento de estudantes boiseiros	25 000
Construção de instalações para actividades desportivas e culturais	20 000
Melhoramento das instal. do Ens. Primário - Cooper. financeira com as Autarquias	118 000
Melhoria das instalações dos Ensinos Preparatório e Secundário	47 000
Construção de residência para estudantes em Ponta Delgada	10 000

Programa 2

Aquisição de equipamento e de material de transporte para o Ensino Superior	40 000
---	--------

Programa 3

Ampliação da Zona Desportiva de Ponta Delgada	100 000
---	---------

Cultura	356 200
---------	---------

Programa 4

Apoio a instituições culturais e científicas	6 000
Apoio a escolas de música filarmónica	5 250
Apoio a escolas de música de instrumentos de corda	1 350

SÃO MIGUEL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Apoios a escolas de formação coral		600
------------------------------------	--	-----

Programa 5

Colégio dos Jesuítas em Ponta Delgada		300 000
Recolhimento de Santa Bárbara em Ponta Delgada		23 000
Igreja do Espírito Santo, Ribeira Grande		10 000
Plano de salvaguarda da Ribeira Grande		5 000
Plano de salvaguarda de Vila do Franca do Campo		5 000

Saúde	1 134 000
--------------	------------------

Programa 7

Construção do Hospital de Ponta Delgada		756 000
Centro de Saúde da Lagoa		15 000
Centro de Saúde da Povoação		15 000
Posto de Saúde da Ribeira Quente (S. Miguel)		10 000
Posto de Saúde de São Roque (S. Miguel)		5 000
Posto de Saúde de Santo António (S. Miguel)		10 000
Posto de Saúde de Ponta Garça (S. Miguel)		10 000

Programa 8

Hospital de Ponta Delgada (actual)		137 000
Centro de Saúde de Vila Franca do Campo		10 000
Termas das Furnas		63 000
Hospital de Ponta Delgada		70 000
Centro de Saúde de Vila Franca do Campo		20 000
Centro de Saúde de Ponta Delgada		13 000

Segurança Social	160 000
-------------------------	----------------

Programa 11

Creche e Jardim Inf. Bem Estar Social de São José		5 000
Creche e Jardim Inf. Centro Social e Paroquial de São Pedro		5 000
Jardim de Infância da Casa do Povo de Rabo de Peixe		30 000
Lar Luís Soares de Sousa		120 000

SÃO MIGUEL

PROGRAMA/AÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
---------------	--------	-------------------------

Juventude e Recursos Humanos	199 750
------------------------------	---------

Programa 14

Pousadas da Juventude	50 000
Apoio ao associativismo juvenil	13 000
Ocupação de tempos livres de jovens	3 000

Programa 15

Urbanização das zonas envolventes - CFPA	35 500
Secção de hotelaria - CFPA	50 000
Apetrechamento das áreas formativas- CFPA	25 000
Apetrechamento e conservação das instalações do CFPA	20 000
Centros de Emprego	250
Centros de Emprego - Apetrechamento	3 000

Habitação e Urbanismo	1 334 882
-----------------------	-----------

Programa 17

Aquisição e infra-estruturas de solos	162 575
Apoio à construção e aquisição de casa própria	379 342
Apoio à ampliação, equipamento e manutenção do parque habitacional	108 383
Apoio à recuperação do parque habitacional	216 767
SAFIN - Apoio a particulares para aquisição de casa própria (bonificação de juros)	162 575

Programa 18

Cartografia (1/2000) de V.F.Campo a P.Garça	500
Cartografia (1/2000, 1/5000 e 1/10000) na zona de Rabo de Peixe a Ribeira Grande	6 000
Plano de urbanização de Ponta Delgada	14 740
Plano de salvaguarda e regulam. da zona histórica de Vila Franca do Campo	3 000

Programa 19

Obras no Palácio da Conceição	40 000
Futuras instalações da SRFP	100 000
Instalações para a SRHCP - Ponta Delgada	70 000
Laboratório de análises e ensaios - SRE	30 000

SÃO MIGUEL

PROGRAMA/AÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
---------------	--------	-------------------------

Programa 20

Controlo da eutrofização das lagoas de S. Miguel	5 000
Erosão hídrica em S. Miguel	1 000
Cobertura hidrometeorológica de S. Miguel	10 000
Plano de gestão de recursos hídricos de S. Miguel	15 000
Protecção de nascentes e captações de água em S. Miguel	5 000
Aquisição de terrenos para protecção de nascentes e captações	5 000

Ambiente	49 000
-----------------	---------------

Programa 21

Estudo da fauna, flora e ecossistemas	1 000
Gestão de parques e reservas naturais	24 000
Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima	7 000
Inventariação de fontes de poluição	2 000
Controlo e gestão de resíduos	4 000
Elaboração de planos de ordenamento	3 000
Avaliação do impacte e cartografia	1 000
Desenvolvimento da investigação em Ambiente	2 000
Recolha e tratamento de informação e divulgação	5 000

Agricultura, Pecuária e Silvicultura	1 132 120
---	------------------

Programa 22

Emparcelamento rural	59 695
Infra-estruturas e equipamentos	75 000
Horto-Frutícola-Apícola e Sencícola	14 000
Forragens e bovinicultura	50 000
Centros reprodutores	21 000
Apoios à produção	50 000
Culturas industriais	70 000
Cultura de batata-semente	30 000
Reconversão da vinha	2 000
Sanidade animal	22 000
Higiene pública veterinária	2 000
Acções de protecção	45 000

SÃO MIGUEL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Caminhos de Acesso às Explorações Agrícolas - S. Miguel		363 000
Instalação de Serviços - S. Miguel		52 525
Rede Viária Florestal - S. Miguel		59 000
Abastecimento de água às explorações - S. Miguel		100 000
Programa 23		
Arborização, gestão e protecção florestal		63 000
Incentivos à florestação		9 000
Acções de fomento		8 300
Melhoramentos de pastagens		1 100
Fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas		5 800
Instalação, protecção e gestão de reservas florestais naturais e de recreio		9 700
Programa 24		
Estrutura Regional de Abate - Unidade de Tratamento		20 000
Pescas		465 000
Programa 25		
Apoio à frota pesqueira industrial		250 000
Apoio à frota pesqueira artesanal		25 000
Construção de embarcações - frota industrial		80 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto de Água de Pau (LAGOA)		30 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto da Lagoa		20 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto da Ribeira Quente		20 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto de Rabo de Peixe		20 000
Valorização dos Portos de Pesca Principais - Porto de Ponta Delgada		20 000
Indústria		264 500
Programa 26		
Incentivos financeiros à indústria		165 000
Parque Industrial da Ribeira Grande		5 000
Zona Industrial de Ponta Delgada		5 000
Apoio directo a PME's		10 000
Programa 27		
Instalação do Laboratório Metroológico		75 000

SÃO MIGUEL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Programa 28

Apoio financeiro ao artesanato

4 500

Turismo	523 500
---------	---------

Programa 29

Concessão de incentivos financeiros - SIFIT	320 000
Concessão de incentivos financeiros - DLR 25/87	60 000
Ordenamento e enriquecimento da oferta turística	35 000
Participação em empreendimentos turísticos	20 000
Estruturas físicas turísticas — novas formas de alojamento	30 000
Estruturas físicas turísticas — valoriz. do património cultural	10 000
Estruturas físicas turísticas — animação de circuitos turísticos	5 000
Estruturas físicas turísticas — apoio à escafandria	6 500
Organização (turística)	15 000

Programa 30

Animação turística

22 000

Energia	221 700
---------	---------

Programa 31

Apoio financeiro à EDA, E.P. e electrificações diversas	191 700
Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia (SIURE)	10 000
Apoio à utilização de energias renováveis	20 000

Transportes e Comunicações	2 967 880
----------------------------	-----------

Programa 32

Protecção e valorização da orla marítima - Av Marg., P. Delgada(2ª fase)	436 403
Variante Ponta Delgada-Lagoa	533 351
E.R. 1-1ª entre V.F. Campo e Furnas	138 761
Variante à ER 1-1ª - Circular a Ponta Delgada (S. Gonçalo)	123 616
Pavimentação do troço da ER 5-2ª - Ribeira Grande-Pico da Barrosa	181 440
Pavimentação do troço E.R. 1-2ª entre a Vigia das Feteiras e a Vista do Rei	182 121
Pavimentação do troço E.R. 1-2ª entre a Vigia das Feteiras e os Ginetes	68 161

SÃO MIGUEL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Variante da Ribeira Grande ER 1-1ª - ER 3-1ª Ladeira da Velha		89 189
Sinalização		17 838
Outras Obras - S. Miguel		267 000
Programa 33		
Construção de centrais de camionagem		20 000
Construção de parques de estacionamento		10 000
Programa 34		
Porto de Ponta Delgada		850 000
Apetrechamento portuário		40 000
Programa 35		
Aeroporto de Ponta Delgada		10 000
Comércio		203 000
Programa 38		
Mercado Abastecedor de Ponta Delgada		90 000
Parque de armazéns de grossistas		20 000
Infra-estruturas de apoio a associações empresariais		10 000
Apoio à modernização do sector comercial		50 000
Apoio a promoção de produtos açorianos		30 000
Apoio à formação nas áreas da gestão de stocks, marketing e novas tecnologias		3 000
Administração Regional		1 000
Programa 40		
Construção de uma creche em Ponta Delgada		1 000
Cooperação com a Administração Local		431 543
Programa 42		
Acções de formação e elaboração de publicações		1 210
Ordenamento do território		12 000
Apoio técnico às Autarquias Locais		7 500
Recenseamento e eleições		800

SÃO MIGUEL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Abastecimento de água e esgotos		364 783
Recolha e tratamento de lixo		11 250
Equipamento para Juntas de Freguesia		4 000
Abastecimento de água e esgotos		15 000
Rede viária		15 000

Protecção Civil	61 000
-----------------	--------

Programa 43

Instalação das A.H.B.V. e S.I. - Vila Franca do Campo	11 000
Aquisição de equipamento, fardamento e mobiliário para as A.H.B.V. e S.I.	50 000

TOTAL GERAL.....	10 485 075
------------------	------------

TERCEIRA

PROGRAMA/AÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
---------------	--------	-------------------------

Educação e Desporto	1 082 000
---------------------	-----------

Programa 1

Constr. de um edificio escolar em S.João de Deus - Angra do Heroísmo	40 000
Construção de um edificio escolar na freguesia de S.Mateus	10 000
Construção de um edificio escolar na freguesia dos Altares	15 000
Concl. dos arr. exter. e ampl. do pav. gimnodesp. da Esc. Prep. da Praia da Vitória	30 000
Arranjos exteriores da Escola Preparatória dos Biscoitos	10 000
Construção de uma escola ES/40T na Praia da Vitória	380 000
Beneficiação e remodelação das instalações do Pólo da Terra-Chã	10 000
Novas instal. para o Departamento de Ciências Agrárias, em Angra do Heroísmo	100 000
Melhoramento das instal. do Ens. Primário - Cooper. financeira com as Autarquias	30 000
Melhoria das instalações dos Ensinos Preparatório e Secundário	24 000

Programa 2

Aquisição de equipamento e de material de transporte para o Ensino Superior	20 000
---	--------

Programa 3

Construção do Parque Desportivo de Angra do Heroísmo	413 000
--	---------

Cultura	358 100
---------	---------

Programa 4

Apoio a instituições culturais e científicas	8 900
Apoio a escolas de música filarmónica	3 750
Apoio a escolas de música de instrumentos de corda	150
Apoios a escolas de formação coral	300

Programa 5

Plano de salvaguarda de Angra do Heroísmo	10 000
Convento de S.Francisco em Angra do Heroísmo	120 000
Igreja das Concepcionistas em Angra do Heroísmo	60 000
Igreja da Misericórdia em Angra do Heroísmo	115 000
Recuperação de fachadas de imóveis particulares com interesse arquitectónico	30 000
Recuperação de ermidas com interesse arquitectónico	10 000

TERCEIRA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Saúde		203 500
Programa 8		
Hospital de Angra do Heroísmo		110 000
Casa de Saúde de Santo Espírito		10 000
Casa de Saúde de S. Rafael		10 000
Hospital de Angra do Heroísmo		70 000
Centro de Saúde de Angra do Heroísmo		3 500
Segurança Social		60 000
Programa 11		
Creche e Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo		10 000
Creche da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória		10 000
Instituto Bom Pastor - Lar de Santa Maria Goreti		40 000
Juventude e Recursos Humanos		45 250
Programa 14		
Pousadas da Juventude		30 000
Apoio ao associativismo juvenil		11 000
Ocupação de tempos livres de jovens		2 500
Programa 15		
Centros de Emprego		250
Centros de Emprego - Apetrechamento		1 500
Habituação e Urbanismo		498 154
Programa 17		
Aquisição e infra-estruturas de solos		66 024
Apoio à construção e aquisição de casa própria		154 057
Apoio à ampliação, equipamento e manutenção do parque habitacional		44 016
Apoio à recuperação do parque habitacional		88 033

TERCEIRA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
SAFIN - Apoio a particulares para aquisição de casa própria (bonificação de juros)		66 024
Programa 18		
Elab. das cartas (1/10000 e 1/2000) de Terceira e S. Jorge e 1/1000 da Graciosa		3 000
Programa 19		
Edifício para o SREA		40 000
Anexo do edifício do Serviço Regional de Protecção Civil		30 000
Programa 20		
Estudos e projectos de novas captações		2 000
Aquisição de terrenos para protecção de nascentes e captações		5 000
Ambiente		32 000
Programa 21		
Estudo da fauna, flora e ecossistemas		500
Gestão de parques e reservas naturais		13 500
Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima		5 000
Inventariação de fontes de poluição		1 500
Controlo e gestão de resíduos		2 500
Elaboração de planos de ordenamento		3 000
Avaiiação do impacte e cartografia		1 000
Desenvolvimento da investigação em Ambiente		2 000
Recolha e tratamento de informação e divulgação		3 000
Agricultura, Pecuária e Silvicultura		724 060
Programa 22		
Emparcelamento rural		77 860
Infra-estruturas e equipamentos		45 000
Horto-Frutícola-Apícola e Sericícola		7 000
Forragens e bovinicultura		10 000
Centros reprodutores		6 500
Apoios à produção		45 000
Recuperação de incultos e melhoramento de pastagens		10 000
Reconversão da vinha		5 000
Sanidade animal		57 000

TERCEIRA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Higiene pública veterinária		1 000
Acções de protecção		28 000
Caminhos de Acesso às Explorações Agrícolas - Terceira		84 000
Instalação de Serviços - Terceira		39 500
Rede Viária Florestal - Terceira		14 500
Abastecimento de água às explorações - Terceira		254 000
Programa 23		
Arborização, gestão e protecção florestal		9 000
Incentivos à florestação		900
Acções de fomento		1 200
Melhoramentos de pastagens		4 000
Fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas		1 000
Instalação, protecção e gestão de reservas florestais naturais e de recreio		3 600
Programa 24		
Estrutura Regional de Abate - Unidade de Tratamento		20 000
Pescas		150 000
Programa 25		
Apoio à frota pesqueira industrial		50 000
Apoio à frota pesqueira artesanal		20 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto dos Biscoitos		10 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto de S. Mateus		50 000
Construção do Porto de Pesca da Praia da Vitória		20 000
Indústria		126 000
Programa 26		
Incentivos financeiros à indústria		101 000
Zona Industrial de Angra do Heroísmo		5 000
Parque Industrial da Praia da Vitória		5 000
Apoio directo a PME's		10 000
Programa 28		
Apoio financeiro ao artesanato		5 000

TERCEIRA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Turismo	203 000
---------	---------

Programa 29

Concessão de incentivos financeiros - SIFIT	60 000
Concessão de incentivos financeiros - DLR 25/87	50 000
Ordenamento e enriquecimento da oferta turística	20 000
Participação em empreendimentos turísticos	20 000
Estruturas físicas turísticas — novas formas de alojamento	25 000
Estruturas físicas turísticas — animação de circuitos turísticos	5 000
Estruturas físicas turísticas — apoio à escafandria	6 000
Estruturas físicas turísticas — apoio escolas de artesanato	1 000

Programa 30

Animação turística	16 000
--------------------	--------

Energia	317 700
---------	---------

Programa 31

Apoio financeiro à EDA, E.P. e electrificações diversas	292 700
Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia (SIURE)	10 000
Apoio à utilização de energias renováveis	15 000

Transportes e Comunicações	1 092 305
----------------------------	-----------

Programa 32

Ligação Angra do Heroísmo-Praia da Vitória - 3ª e 4ª troços	187 298
Variante à E.R. 1-1ª travessia de Angra - Estr. Circunvalação	178 378
Pavimentação do troço da ER 1-1ª - Angra-Praia (litoral)	118 678
Pavimentação do troço E.R. 1-1ª/A. Heroísmo a Biscotos	24 140
Outras Obras - Terceira	88 811

Programa 33

Construção de parques de estacionamento	5 000
---	-------

Programa 34

Porto da Praia da Vitória	380 000
---------------------------	---------

TERCEIRA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Apetrechamento portuário		30 000
Programa 35		
Aeroporto das Lajes		80 000
Comércio		57 000
Programa 38		
Mercado Abastecedor de Angra do Heroísmo		20 000
Apoio à modernização do sector comercial		25 000
Apoio à promoção de produtos açorianos		10 000
Apoio à formação nas áreas da gestão de stocks, marketing e novas tecnologias		2 000
Administração Regional		1 000
Programa 40		
Ampliação das instalações dos Serviços Sociais da Ilha Terceira		1 000
Cooperação com a Administração Local		193 859
Programa 42		
Ações de formação e elaboração de publicações		490
Ordenamento do território		4 000
Apoio técnico às Autarquias Locais		2 917
Recenseamento e eleições		300
Abastecimento de água e esgotos		164 152
Recolha e tratamento de lixo		6 000
Equipamento para Juntas de Freguesia		2 000
Abastecimento de água e esgotos		7 000
Rede viária		7 000
Protecção Civil		32 500
Programa 43		
Instalação do SRPCA		10 000

TERCEIRA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Aquisição de equipamento, fardamento e mobiliário para as A.H.B.V. e S.I.

22 500

TOTAL GERAL.....	5 176 428
------------------	-----------

GRACIOSA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Educação e Desporto	15 500
---------------------	--------

Programa 1

Construção de um edifício escolar em Santa Cruz da Graciosa	10 000
Melhoramento das instal. do Ens. Primário - Cooper. financeira com as Autarquias	4 500
Melhoria das instalações dos Ensinos Preparatório e Secundário	1 000

Cultura	17 000
---------	--------

Programa 4

Apoio a instituições culturais e científicas	500
Apoio a escolas de música filarmónica	600
Apoio a escolas de música de instrumentos de corda	450
Apoios a escolas de formação coral	450

Programa 5

Incentivos previstos pelo DLR nº 10/88/A, de 30.3.88 - Santa Cruz da Graciosa	5 000
Plano de salvaguarda de Santa Cruz da Graciosa	5 000
Recuperação de fachadas de imóveis particulares com interesse arquitectónico	5 000

Saúde	55 000
-------	--------

Programa 8

Termas do Carapacho	20 000
---------------------	--------

Programa 9

Construção de residências em Santa Cruz da Graciosa	35 000
---	--------

Juventude e Recursos Humanos	1 200
------------------------------	-------

Programa 14

Apoio ao associativismo juvenil	1 000
Ocupação de tempos livres de jovens	200

GRACIOSA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Habitação e Urbanismo	42 871
-----------------------	--------

Programa 17

Aquisição e infra-estruturas de solos	6 627
Apoio à construção e aquisição de casa própria	15 463
Apoio à ampliação, equipamento e manutenção do parque habitacional	4 418
Apoio à recuperação do parque habitacional	8 836
SAFIN - Apoio a particulares para aquisição de casa própria (bonificação de juros)	6 627

Programa 18

Elab. das cartas (1/10000 e 1/2000) de Terceira e S. Jorge e 1/1000 da Graciosa	900
---	-----

Ambiente	5 300
----------	-------

Programa 21

Estudo da fauna, flora e ecossistemas	100
Gestão de parques e reservas naturais	100
Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima	600
Inventariação de fontes de poluição	600
Controlo e gestão de resíduos	1 300
Elaboração de planos de ordenamento	300
Avaliação do impacte e cartografia	300
Desenvolvimento da investigação em Ambiente	500
Recolha e tratamento de informação e divulgação	1 500

Agricultura, Pecuária e Silvicultura	74 250
--------------------------------------	--------

Programa 22

Infra-estruturas e equipamentos	40 000
Horto-Frutícola-Apicola e Sencicola	2 500
Forragens e bovinicultura	3 000
Apoios à produção	4 000
Reconversão da vinha	2 000
Sanidade animal	3 000
Ações de protecção	4 000

GRACIOSA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Caminhos de Acesso as Explorações Agrícolas - Graciosa		5 000
Instalação de Serviços - Graciosa		1 050
Rede Viária Florestal - Graciosa		600
Programa 23		
Arborização, gestão e protecção florestal		1 700
Incentivos à florestação		100
Meioramentos de pastagens		2 000
Fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas		100
Instalação, protecção e gestão de reservas florestais naturais e de recreio		200
Pescas		78 000
Programa 25		
Apoio à frota pesqueira artesanal		8 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto de Sta. Cruz - Graciosa		20 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto da Praia da Graciosa		30 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto da Folga - Graciosa		20 000
Indústria		8 000
Programa 26		
Incentivos financeiros à indústria		6 000
Programa 28		
Apoio financeiro ao artesanato		2 000
Turismo		37 000
Programa 29		
Ordenamento e enriquecimento da oferta turística		5 000
Participação em empreendimentos turísticos		5 000
Estruturas físicas turísticas — novas formas de alojamento		5 000
Estruturas físicas turísticas — valoriz. do património cultural		4 000
Estruturas físicas turísticas — campos de ténis		8 000
Estruturas físicas turísticas — animação de circuitos turísticos		2 000
Estruturas físicas turísticas — rota dos baleeiros		2 000

GRACIOSA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Programa 30

Animação turística 6 000

Energia	40 200
----------------	---------------

Programa 31

Apoio financeiro à EDA, E.P. e electrificações diversas 40 200

Transportes e Comunicações	276 526
-----------------------------------	----------------

Programa 32

Pavimentação do troço E.R. 1-2ª entre Guadalupe e Carapacho 97 005

Pavimentação do troço da ER 1-2ª - Sta. Cruz-Serra Branca-Luz 71 721

Outras Obras - Graciosa 17 800

Programa 34

Porto da Graciosa 50 000

Programa 35

Aeródromos 10 000

Melhoramentos em aeroportos 15 000

Segurança e ajudas à navegação aérea 15 000

Comércio	7 700
-----------------	--------------

Programa 38

Apoio à modernização do sector comercial 7 000

Apoio à formação nas áreas da gestão de stocks, marketing e novas tecnologias 700

Cooperação com a Administração Local	41 788
---	---------------

Programa 42

Acções de formação e elaboração de publicações 100

Ordenamento do território 2 000

Apoio técnico às Autarquias Locais 750

GRACIOSA

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Recenseamento e eleições		60
Abastecimento de água e esgotos		36 478
Equipamento para Juntas de Freguesia		400
Abastecimento de água e esgotos		1 000
Rede viária		1 000
TOTAL GERAL.....		700 335

SÃO JORGE

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Educação e Desporto	36 000
---------------------	--------

Programa 1

Construção de um edifício escolar na Boa Hora - Santo Amaro	10 000
Ampliação do edifício escolar das Velas	10 000
Melhoramento das instal. do Ens. Primário - Cooper. financeira com as Autarquias	10 000
Melhoria das instalações dos Ensinos Preparatório e Secundário	6 000

Cultura	22 750
---------	--------

Programa 4

Apoio a instituições culturais e científicas	500
Apoio a escolas de música filarmónica	2 250

Programa 5

Casa Etnográfica de S. Jorge	15 000
Recuperação de fachadas de imóveis particulares com interesse arquitectónico	5 000

Saúde	7 500
-------	-------

Programa 8

Centro de Saúde das Velas	2 500
---------------------------	-------

Programa 9

Construção de residências nas Velas	5 000
-------------------------------------	-------

Segurança Social	100 000
------------------	---------

Programa 11

Lar João Inácio de Sousa - Velas	100 000
----------------------------------	---------

Juventude e Recursos Humanos	1 200
------------------------------	-------

DÃO JORGE

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Programa 14

Apoio ao associativismo juvenil	1 000
Ocupação de tempos livres de jovens	200

Habitação e Urbanismo	83 875
-----------------------	--------

Programa 17

Aquisição e infra-estruturas de solos	12 770
Apoio à construção e aquisição de casa própria	29 796
Apoio à ampliação, equipamento e manutenção do parque habitacional	8 513
Apoio à recuperação do parque habitacional	17 026
SAFIN - Apoio a particulares para aquisição de casa própria (bonificação de juros)	12 770

Programa 18

Elab. das cartas (1/10000 e 1/2000) de Terceira e S. Jorge e 1/1000 da Graciosa	3 000
---	-------

Ambiente	7 250
----------	-------

Programa 21

Estudo da fauna, flora e ecossistemas	200
Gestão de parques e reservas naturais	550
Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima	1 000
Inventariação de fontes de poluição	600
Controlo e gestão de resíduos	900
EIA/ORA de planos de ordenamento	500
Avaliação do impacte e cartografia	500
Desenvolvimento da investigação em Ambiente	1 000
Recolha e tratamento de informação e divulgação	2 000

Agricultura, Pecuária e Silvicultura	241 100
--------------------------------------	---------

Programa 22

Infra-estruturas e equipamentos	5 000
Horto-Frutícola-Apicola e Semicola	2 000
Forragens e bovinicultura	12 000
Apoios à produção	11 000

SÃO JORGE

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Recuperação de incultos e melhoramento de pastagens		16 000
Sanidade animal		7 000
Higiene pública veterinária		1 000
Acções de protecção		4 000
Caminhos de Acesso as Explorações Agrícolas - S. Jorge		40 500
Instalação de Serviços - S. Jorge		4 500
Rede Viária Florestal - S. Jorge		8 900
Programa 23		
Arborização, gestão e protecção florestal		7 000
Incentivos à florestação		100
Acções de fomento		800
Meioramentos de pastagens		4 000
Fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegeticos e piscícolas		2 000
Instalação, protecção e gestão de reservas florestais naturais e de recreio		300
Programa 24		
Estrutura Regional de Abate - Matadouros		65 000
Apoio à indústria de transform. de leite e cura das Cooperat. de Leite de S. Jorge		50 000
Pescas		95 000
Programa 25		
Apoio à frota pesqueira artesanal		15 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto das Velas		20 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto da Urzeina		20 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto da Calheta - S. Jorge		20 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto do Topo - S. Jorge		20 000
Indústria		22 000
Programa 26		
Incentivos financeiros a industria		12 000
Zona Industrial de São Jorge		5 000
Apoio directo a PME's		3 000
Programa 28		
Apoio financeiro ao artesanato		2 000

SÃO JORGE

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Turismo	52 000
---------	--------

Programa 29

Ordenamento e enriquecimento da oferta turística	8 000
Participação em empreendimentos turísticos	5 000
Estruturas físicas turísticas — novas formas de alojamento	12 000
Estruturas físicas turísticas — valoriz. do património cultural	2 000
Estruturas físicas turísticas — campos de ténis	8 000
Estruturas físicas turísticas — animação de circuitos turísticos	3 000
Estruturas físicas turísticas — apoio à escafandria	3 000
Estruturas físicas turísticas — apoio escolas de artesanato	1 000

Programa 30

Animação turística	10 000
--------------------	--------

Energia	141 200
---------	---------

Programa 31

Apoio financeiro à EDA, E.P. e electrificações diversas	141 200
---	---------

Transportes e Comunicações	814 856
----------------------------	---------

Programa 32

Variante à E.R. 1-2ª Urzelina - Manadas	147 633
Pavim. do troço E.R. 1-2ª entre Velas/Nortes,Reivinha e ramal p/ Calheta	59 051
Paviment.do troço E.R. 3-2ª - Transv. entre Santo António e Pico Caldeirinhas	68 115
Pavimentação do troço E.R.2-2ª entre R. Seca e Topo e miradouros	145 557
Outras Obras - S. Jorge	44 500

Programa 34

Portos de São Jorge	300 000
---------------------	---------

Programa 35

Aerodromos	15 000
Melhoramentos em aeroportos	15 000
Segurança e ajudas à navegação aérea	20 000

SÃO JORGE

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Comércio	23 500
----------	--------

Programa 38

Apoio à modernização do sector comercial	12 500
Apoio à promoção de produtos açorianos	10 000
Apoio à formação nas áreas da gestão de stocks, marketing e novas tecnologias	1 000

Cooperação com a Administração Local	53 438
--------------------------------------	--------

Programa 42

Acções de formação e elaboração de publicações	200
Ordenamento do território	4 000
Apoio técnico às Autarquias Locais	1 500
Recenseamento e eleições	100
Abastecimento de água e esgotos	41 038
Recolha e tratamento de lixo	3 000
Equipamento para Juntas de Freguesia	600
Abastecimento de água e esgotos	1 500
Rede viária	1 500

Protecção Civil	43 750
-----------------	--------

Programa 43

Instalação das A.H.B.V. e S.I. - Caieta	25 000
Aquisição de equipamento, fardamento e mobiliário para as A.H.B.V. e S.I.	18 750

TOTAL GERAL.....	1 745 419
------------------	-----------

PICO

PROGRAMA/AÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
---------------	--------	-------------------------

Educação e Desporto	243 000
---------------------	---------

Programa 1

Construção de um edifício escolar na freguesia das Ribeiras - Lajes	10 000
Construção de uma escola ES/30T na Madalena	130 000
Ampliação da Escola Preparatória de S. Roque do Pico	60 000
Ampliação da Escola Preparatória das Lajes do Pico	15 000
Melhoramento das instal. do Ens. Primário - Cooper. financeira com as Autarquias	18 000
Melhoria das instalações dos Ensinos Preparatório e Secundário	10 000

Cultura	62 850
---------	--------

Programa 4

Apoio a escolas de música filarmónica	1 950
Apoio a escolas de música de instrumentos de corda	600
Apoios a escolas de formação coral	300

Programa 5

Convento de S. Pedro de Alcântara em S. Roque do Pico	20 000
Convento de S. Francisco nas Lajes do Pico	10 000
Museu do Vinho na Madalena	25 000
Plano de salvaguarda das Lajes do Pico	5 000

Saúde	120 000
-------	---------

Programa 7

Centro de Saúde de São Roque	100 000
------------------------------	---------

Programa 8

Centro de Saúde da Madalena	10 000
Centro de Saúde das Lajes - Pico	10 000

Juventude e Recursos Humanos	1 200
------------------------------	-------

PICO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Programa 14

Apoio ao associativismo juvenil	1 000
Ocupação de tempos livres de jovens	200

Habitação e Urbanismo	142 857
-----------------------	---------

Programa 17

Aquisição e infra-estruturas de solos	19 083
Apoio a construção e aquisição de casa própria	44 526
Apoio a ampliação, equipamento e manutenção do parque habitacional	12 722
Apoio à recuperação do parque habitacional	25 443
SAFIN - Apoio a particulares para aquisição de casa própria (bonificação de juros)	19 083

Programa 18

Cartografia no Pico	2 000
Planos de urbanização do Pico	18 000

Programa 20

Estudos e projectos de novas captações	2 000
--	-------

Ambiente	9 500
----------	-------

Programa 21

Estudo da fauna, flora e ecossistemas	200
Gestão de parques e reservas naturais	800
Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima	1 500
Inventariação de fontes de poluição	1 500
Controlo e gestão de resíduos	1 500
Elaboração de planos de ordenamento	500
Avaliação do impacto e cartografia	500
Desenvolvimento da investigação em Ambiente	1 000
Recolha e tratamento de informação e divulgação	2 000

Agricultura, Pecuária e Silvicultura	459 800
--------------------------------------	---------

PICO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Programa 22		10 000
Horto-Fruticola-Apicola e Sencicola		19 000
Forragens e bovinicultura		15 000
Apoios à produção		20 000
Reconversão da vinha		176 000
Arroteias, melhoramento de pastagens e abertura de caminhos - Pico		10 000
Experienciação no âmbito da produção animal e forrageira - Pico		10 000
Arroteias e melhoramentos - fornec. de materiais (Pico)		10 000
Arroteias e melhoramentos - apoio à contratação de mão-de-obra (Pico)		20 000
Apoio à aquisição de efectivo bovino de base		5 000
Sanidade animal		1 500
Higiene pública veterinária		9 500
Acções de protecção		81 000
Caminhos de Acesso as Explorações Agrícolas - Pico		4 000
Instalação de Serviços - Pico		35 000
Rede Viária Florestal - Pico		
Programa 23		19 000
Arborização, gestão e protecção florestal		1 400
Incentivos à florestação		6 800
Me melhoramentos de pastagens		1 000
Fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas		1 600
Instalação, protecção e gestão de reservas florestais naturais e de recreio		
Programa 24		5 000
Apoio à indústria de transform. de leite e cura das Cooperat. de Leite do Pico		
Pescas		315 000
Programa 25		100 000
Apoio a frota pesqueira industrial		5 000
Apoio a frota pesqueira artesanal		120 000
Construção de embarcações - frota industrial		40 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto de Sto. Amaro		20 000
Valorização dos Portos de Pesca Principais - Porto da Madalena		30 000
Exploração de entrepostos frigoríficos		

PICO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
	Indústria	36 000
Programa 26		
Incentivos financeiros à indústria		24 000
Zona Industrial do Pico		5 000
Apoio directo a PME's		4 000
Programa 28		
Apoio financeiro ao artesanato		3 000
	Turismo	92 000
Programa 29		
Concessão de incentivos financeiros - DLR 25/87		20 000
Ordenamento e enriquecimento da oferta turística		8 000
Participação em empreendimentos turísticos		10 000
Estruturas físicas turísticas — novas formas de alojamento		10 000
Estruturas físicas turísticas — valoriz. do património cultural		2 000
Estruturas físicas turísticas — campos de ténis		8 000
Estruturas físicas turísticas — parque de caça		6 000
Estruturas físicas turísticas — animação de circuitos turísticos		5 000
Estruturas físicas turísticas — rota dos baleeiros		5 000
Estruturas físicas turísticas — apoio à escarandria		5 000
Estruturas físicas turísticas — apoio escolas de artesanato		1 000
Programa 30		
Animação turística		12 000
	Energia	141 200
Programa 31		
Apoio financeiro a EDA, E.P. e electrificações diversas		141 200
	Transportes e Comunicações	334 974

PICO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Programa 32

Grandes reparações de troços da E.R. 1-2ª (Pico)	44 595
Pavimentação de troços da ER 1-2ª	26 757
Sinalização horizontal e vertical - E.R. 1-2ª; 2-2ª e 3-2ª (Pico)	10 703
Muros de suporte na ER 1-2ª	8 919
Outras Obras - Pico	44 000

Programa 34

Portos do Pico - São Roque e Madalena	150 000
---------------------------------------	---------

Programa 35

Aeródromos	15 000
Melhoramentos em aeroportos	20 000
Segurança e ajudas a navegação aérea	15 000

Comercio	47 500
-----------------	---------------

Programa 36

Apoio a modernização do sector comercial	16 000
Apoio à promoção de produtos açorianos	30 000
Apoio a formação nas áreas da gestão de stocks, marketing e novas tecnologias	1 500

Cooperação com a Administração Local	106 019
---	----------------

Programa 42

Acções de formação e elaboração de publicações	350
Ordenamento do território	6 000
Apoio técnico às Autarquias Locais	2 333
Recenseamento e eleições	150
Abastecimento de água e esgotos	46 636
Recolha e tratamento de lixo	3 750
Equipamento para Juntas de Freguesia	800
Abastecimento de água e esgotos	3 000
Rede viária	3 000

PICO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

TOTAL GERAL.....	2 111 900
------------------	-----------

FAIAL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Educação e Desporto		196 000
Programa 1		
Construção de um edifício escolar na Praia do Norte		15 000
Construção de um edifício escolar na Horta		40 000
Construção de um edifício escolar na freguesia dos Flamengos		10 000
Novas instal. para o Departamento de Oceanografia e Pescas na Horta		100 000
Melhoramento das instal. do Ens. Primário - Cooper. financeira com as Autarquias		11 000
Melhoria das instalações dos Ensinos Preparatório e Secundário		10 000
Programa 2		
Aquisição de equipamento e de material de transporte para o Ensino Superior		10 000
Cultura		170 100
Programa 4		
Apoio a instituições culturais e científicas		2 000
Apoio a escolas de música filarmónica		1 200
Apoio a escolas de música de instrumentos de corda		750
Apoios a escolas de formação coral		150
Programa 5		
Igreja Matriz da Horta		160 000
Igreja de S.Francisco na Horta		6 000
Saúde		20 000
Programa 8		
Hospital da Horta		20 000
Juventude e Recursos Humanos		14 000
Programa 14		
Apoio ao associativismo juvenil		10 000
Ocupação de tempos livres de jovens		1 000

FAIAL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Programa 15

Centros de Emprego		1 500
Centros de Emprego - Apetrechamento		1 500

Habituação e Urbanismo	125 103
------------------------	---------

Programa 17

Aquisição e infra-estruturas de solos	19 090
Apoio à construção e aquisição de casa própria	44 543
Apoio a ampliação, equipamento e manutenção do parque habitacional	12 727
Apoio à recuperação do parque habitacional	25 453
SAFIN - Apoio a particulares para aquisição de casa própria (bonificação de juros)	19 090

Programa 18

Actualização das áreas urbana e adjacentes do Faial	4 200
---	-------

Ambiente	28 350
----------	--------

Programa 21

Estudo da fauna, flora e ecossistemas	350
Gestão de parques e reservas naturais	14 000
Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima	3 000
Inventariação de fontes de poluição	1 000
Controlo e gestão de resíduos	3 000
Elaboração de planos de ordenamento	1 000
Avaliação do impacto e cartografia	500
Desenvolvimento da investigação em Ambiente	2 000
Recolha e tratamento de informação e divulgação	3 000

Agricultura, Pecuária e Silvicultura	192 000
--------------------------------------	---------

Programa 22

Infra-estruturas e equipamentos	30 000
Horto-Frutícola-Apicola e Sericícola	3 000
Ferragens e bovinicultura	24 000
Centros reprodutores	5 000

FAIAL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Apoios à produção		4 000
Sanidade animal		6 500
Higiene pública veterinária		1 500
Acções de protecção		5 000
Caminhos de Acesso às Explorações Agrícolas - Faial		40 500
Instalação de Serviços - Faial		2 000
Rede Viária Florestal - Faial		8 000
Programa 23		
Arborização, gestão e protecção florestal		7 300
Incentivos à florestação		1 000
Acções de fomento		300
Melhoramentos de pastagens		6 300
Fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas		1 000
Instalação, protecção e gestão de reservas florestais naturais e de recreio		1 600
Programa 24		
Estrutura Regional de Abate - Matadouro do FAI		45 000
Pescas		400 000
Programa 25		
Apoio à frota pesqueira industrial		300 000
Apoio à frota pesqueira artesanal		10 000
Valorização dos Portos de Pesca Locais - Porto de Castelo Branco		50 000
Valorização dos Portos de Pesca Principais - Santa Cruz da Horta		10 000
Exploração de entrepostos frigoríficos		30 000
Indústria		20 000
Programa 26		
Incentivos financeiros à indústria		12 000
Zona Industrial do Faial		5 000
Programa 28		
Apoio financeiro ao artesanato		3 000

FAIAL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Turismo	148 000
---------	---------

Programa 29

Concessão de incentivos financeiros - DLR 25/87	20 000
Ordenamento e enriquecimento da oferta turística	10 000
Participação em empreendimentos turísticos	15 000
Estruturas físicas turísticas — novas formas de alojamento	6 000
Estruturas físicas turísticas — valoriz. do património cultural	5 000
Estruturas físicas turísticas — campos de golfe	60 000
Estruturas físicas turísticas — animação de circuitos turísticos	5 000
Estruturas físicas turísticas — rota dos baleeiros	5 000
Estruturas físicas turísticas — apoio a pescandria	5 000
Estruturas físicas turísticas — apoio escolas de artesanato	1 000

Programa 30

Animação turística	16 000
--------------------	--------

Energia	132 400
---------	---------

Programa 31

Apoio financeiro à EDA, E.P. e electrificações diversas	132 400
---	---------

Transportes e Comunicações	683 378
----------------------------	---------

Programa 32

E.R. 2-2ª km 0 ao km 1,150 - (Faial)	178 378
Alargamento da R. Cônsul Dabney (Faial)	40 135
Grandes reparações de troços da E.R. 1-1ª (Faial)	26 757
Recarga da E.R. 1-2ª - Flamengos/Horta	26 757
Sinalização horizontal e vertical - E.R. 1-1ª; 1-2ª; 2-2ª; 3-2ª (Faial)	5 351
Outras Obras - Faial	71 900

Programa 33

Construção de parques de estacionamento	5 000
---	-------

FAIAL

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Programa 34

Porto da Horta	300 000
Apetrechamento portuário	30 000

Comércio	28 000
----------	--------

Programa 38

Apoio à modernização do sector comercial	12 000
Apoio à promoção de produtos açorianos	15 000
Apoio à formação nas áreas da gestão de stocks, marketing e novas tecnologias	1 000

Cooperação com a Administração Local	48 123
--------------------------------------	--------

Programa 42

Acções de formação e elaboração de publicações	200
Ordenamento do território	2 000
Apoio técnico às Autarquias Locais	1 583
Recenseamento e eleições	100
Abastecimento de água e esgotos	37 390
Recolha e tratamento de lixo	2 250
Equipamento para Juntas de Freguesia	600
Abastecimento de água e esgotos	2 000
Rede viária	2 000

Protecção Civil	12 500
-----------------	--------

Programa 43

Aquisição de equipamento, fardamento e mobiliário para as A.H.B.V. e S.I.	12 500
---	--------

TOTAL GERAL.....	2 217 954
------------------	-----------

FLORES

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Educação e Desporto	105 000
---------------------	---------

Programa 1

Ampliação e remod. da Escola Preparatória de Stª Cruz das Flores	100 000
Melhoramento das instal. do Ens. Primário - Cooper. financeira com as Autarquias	4 000
Melhoria das instalações dos Ensinos Preparatório e Secundário	1 000

Cultura	65 900
---------	--------

Programa 4

Apoio a escolas de música filarmónica	750
Apoio a escolas de música de instrumentos de corda	150

Programa 5

Convento de S.Boaventura em Santa Cruz das Flores	60 000
Fábrica da Baleia em Santa Cruz das Flores	5 000

Segurança Social	100 000
------------------	---------

Programa 11

Lar de Idosos - Flores	100 000
------------------------	---------

Juventude e Recursos Humanos	600
------------------------------	-----

Programa 14

Apoio ao associativismo juvenil	500
Ocupação de tempos livres de jovens	100

Habitação e Urbanismo	33 972
-----------------------	--------

Programa 17

Aquisição e infra-estruturas de solos	5 364
Apoio à construção e aquisição de casa própria	12 516
Apoio à ampliação equipamento e manutenção do parque habitacional	3 576

FLORES

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Apoio à recuperação do parque habitacional		7 152
SAFIN - Apoio a particulares para aquisição de casa própria (bonificação de juros)		5 364

Ambiente	5 800
-----------------	--------------

Programa 21

Estudo da fauna, flora e ecossistemas	200
Gestão de parques e reservas naturais	500
Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima	1 500
Inventariação de fontes de poluição	500
Controlo e gestão de resíduos	500
Elaboração de planos de ordenamento	300
Avaliação do impacte e cartografia	300
Desenvolvimento da investigação em Ambiente	500
Recolha e tratamento de informação e divulgação	1 500

Agricultura, Pecuária e Silvicultura	285 130
---	----------------

Programa 22

Infra-estruturas e equipamentos	20 000
Horto-Frutícola-Apícola e Sencícola	780
Farragens e bovinicultura	28 050
Centros reprodutores	8 700
Apoios à produção	1 100
Recuperação de incultos e melhoramento de pastagens	9 000
Sanidade animal	4 900
Higiene pública veterinária	800
Acções de protecção	4 000
Caminhos de Acesso às Explorações Agrícolas - Flores	20 000
Instalação de Serviços - Flores	1 000
Rede Viária Florestal - Flores	17 000

Programa 23

Arborização, gestão e protecção florestal	4 000
Incentivos à florestação	400
Acções de fomento	300
Melhoramentos de pastagens	7 500

FLORES

PROGRAMA/AÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas		1 000
Instalação, protecção e gestão de reservas florestais naturais e de recreio		1 600
Programa 24		
Estrutura Regional de Abate - Matadouro das Flores		20 000
Apoio à indústria de transform. de leite e cura das Cooperat. de Leite das Flores		135 000
Pescas		7 000
Programa 25		
Apoio a frota pesqueira artesanal		7 000
Indústria		10 500
Programa 26		
Incentivos financeiros à indústria		8 000
Programa 28		
Apoio financeiro ao artesanato		2 500
Turismo		75 000
Programa 29		
Concessão de incentivos financeiros - SIFIT		50 000
Ordenamento e enriquecimento da oferta turística		4 000
Participação em empreendimentos turísticos		5 000
Estruturas físicas turísticas — novas formas de alojamento		4 000
Estruturas físicas turísticas — valoriz. do património cultural		1 000
Estruturas físicas turísticas — rota dos baleeiros		3 000
Estruturas físicas turísticas — apoio a escalandria		1 000
Programa 30		
Animação turística		7 000
Energia		27 000

FLORES

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Programa 31		
Apoio financeiro à Feder. dos Munic. da Ilha das Flores e à C. Municipal do Corvo		15 000
Estudo técnico-económico sobre a utilização dos recursos hídricos das Flores		12 000
Transportes e Comunicações		892 473
Programa 32		
Recarga de troços da ER 1-2ª		22 297
Sinalização horizontal e vertical - E.R. 1-2ª; E.R. 2-2ª		2 676
Outras Obras - Flores		17 500
Programa 34		
Porto das Flores		650 000
Programa 35		
Aeroporto das Flores		200 000
Comércio		10 000
Programa 38		
Apoio à modernização do sector comercial		10 000
Cooperação com a Administração Local		25 952
Programa 42		
Acções de formação e elaboração de publicações		180
Ordenamento do território		4 000
Apoio técnico às Autarquias Locais		1 333
Recenseamento e eleições		100
Abastecimento de água e esgotos		18 239
Equipamento para Juntas de Freguesia		500
Abastecimento de água e esgotos		800
Rede viária		800
Protecção Civil		17 500

FLORES

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Programa 43

Instalação das A.H.B.V. e S.I. - Stª Cruz das Flores	10 000
Aquisição de equipamento, fardamento e mobiliário para as A.H.B.V. e S.I.	7 500

TOTAL GERAL.....	1 661 827
------------------	-----------

CORVO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Educação e Desporto	10 500
---------------------	--------

Programa 1

Construção de um edifício escolar no Corvo	10 000
Melhoramento das instal. do Ens. Primário - Cooper. financeira com as Autarquias	500

Cultura	10 300
---------	--------

Programa 4

Apoio a escolas de música filarmónica	150
Apoio a escolas de música de instrumentos de corda	150

Programa 5

Núcleo Etnográfico do Corvo	10 000
-----------------------------	--------

Juventude e Recursos Humanos	600
------------------------------	-----

Programa 14

Apoio ao associativismo juvenil	500
Ocupação de tempos livres de jovens	100

Habitação e Urbanismo	3 688
-----------------------	-------

Programa 17

Aquisição e infra-estruturas de solos	456
Apoio à construção e aquisição de casa própria	1 064
Apoio à ampliação, equipamento e manutenção do parque habitacional	304
Apoio à recuperação do parque habitacional	608
SAFIN - Apoio a particulares para aquisição de casa própria (bonificação de juros)	456

Programa 18

Cartografia da Vila do Corvo	800
------------------------------	-----

Ambiente	5 300
----------	-------

CORVO

PROGRAMA/AÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Programa 21		
Estudo da fauna, flora e ecossistemas		200
Gestão de parques e reservas naturais		1 800
Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima		1 000
Inventariação de fontes de poluição		400
Controlo e gestão de resíduos		300
Elaboração de planos de ordenamento		300
Avaliação do impacto e cartografia		300
Desenvolvimento da investigação em Ambiente		500
Recolha e tratamento de informação e divulgação		500
Agricultura, Pecuaria e Silvicultura		5 000
Programa 24		
Estrutura Regional de Abate - Matadouros		5 000
Pescas		5 000
Programa 25		
Apoio à frota pesqueira artesanal		5 000
Indústria		2 500
Programa 26		
Incentivos financeiros à indústria		2 000
Programa 28		
Apoio financeiro ao artesanato		500
Turismo		6 500
Programa 29		
Ordenamento e enriquecimento da oferta turística		1 000
Estruturas físicas turísticas — valoriz. do património cultural		500
Estruturas físicas turísticas — rota dos baleeiros		5 000

CORVO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Energia		5 000
Programa 31		
Apoio financeiro à Feder. dos Munic. da Ilha das Flores e à C. Municipal do Corvo		5 000
Transportes e Comunicações		89 603
Programa 32		
Acesso ao Caldeirão (Corvo)		10 703
Outras Obras - Corvo		8 900
Programa 35		
Aeródromos		20 000
Programa 36		
Apoio ao transporte aéreo		50 000
Comércio		500
Programa 38		
Apoio à modernização do sector comercial		500
Cooperação com a Administração Local		8 452
Programa 42		
Acções de formação e elaboração de publicações		50
Ordenamento do território		2 000
Apoio técnico às Autarquias Locais		500
Recenseamento e eleições		30
Abastecimento de água e esgotos		5 472
Abastecimento de água e esgotos		200
Rede viária		200
TOTAL GERAL.....		152 943

NÃO DESAGREGADO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Educação e Desporto	337 000
---------------------	---------

Programa 2

Aquisição de equipamento para a Educação Pré-Escolar e Ensino Primário	80 000
Aquisição de equipamento para os Ensinos Preparatório e Secundário	120 000

Programa 3

Construção, benef. e apetrech. de espaços desport. de escolas do Ens. Primario	25 000
Constr. , benef. e apetrech. de recintos desport. de esc. dos Ens. Prep. e Secund.	10 000
Apoio à construção de recintos desportivos não oficiais	20 000
Apoio às actividades desportivas escolares	25 000
Apoio a clubes desportivos	35 000
Apoio a atletas em provas de alta competição	5 000
Enquadramento técnico desportivo	7 000
Formação de quadros na área do desporto	10 000

Cultura	206 500
---------	---------

Programa 4

Apoio para aquisição de fardamento de filarmonicas	4 000
Apoio para aquisição de trajes de grupos folclóricos	4 500
Acções de formação na área cultural	19 000
Aquisição de instrumental para filarmonicas	13 500
Aquisição de instrumental para escolas de instrumentos de corda e lunas	1 500
Reparação de instrumentais	3 000

Programa 5

Roteiro dos Fortes	10 000
Restauro de talhas	5 000
Restauro de órgãos	6 000
Conserv. de imóveis classif. de interesse publico e correcção de disson. architect.	5 000
Levantamento e inventário do patrimonio artistico e cultural	5 000

Programa 6

Cobertura Televisiva	10 000
Consolidação da macrocobertura radiofónica - microcoberturas	10 000
Apoio à Comunicação Social Privada	90 000

NÃO DESAGREGADO

PROGRAMA/AÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Renovação Tecnológica		12 000
Formação e Valorização Profissional		8 000
Saúde		140 000
Programa 8		
Postos de Saúde		20 000
Material de transporte		25 000
Programa 10		
Investigação e estudos		7 000
Informatização dos Serviços de Saúde		43 000
Formação profissional na área da Saúde		45 000
Juventude e Recursos Humanos		404 000
Programa 14		
Apoio a jovens empresários		120 000
Apoio à habitação para jovens		66 500
Programa 16		
Apoio a acções de formação profissional		217 500
Habitação e Urbanismo		253 360
Programa 18		
Outras acções na área da cartografia		860
Plano de ordenamento do território - PROTA		50 000
Comparticipações a Autarquias		2 500
Programa 19		
Conservações diversas		40 000
Cooperação com entidades particulares de interesse colectivo		150 000
Programa 20		
Controlo da eutrofização de lagoas		5 000
Aquisição de terrenos para protecção de nascentes e captações		5 000

NÃO DESAGREGADO

PROGRAMA/AÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
---------------	--------	-------------------------

Ambiente	20 400
----------	--------

Programa 21

Controlo de qualidade da água, do ar e da orla marítima	2 900
Inventariação de fontes de poluição	1 400
Elaboração de planos de ordenamento	800
Avaliação do impacto e cartografia	300
Desenvolvimento da investigação em Ambiente	5 000
Recolha e tratamento de informação e divulgação	10 000

Agricultura, Pecuária e Silvicultura	2 209 390
--------------------------------------	-----------

Programa 22

Análise da estrutura predial	6 800
Funcionamento do IROA	29 025
Reforço das Organizações de Produção e serv. de insemin. artificial (Reg. 3828/85)	150 000
Reforço das Organizações de Produção - custos de gestão (Reg. 797/85)	5 000
Transferência para o IACAPS	61 015
Apoio às organizações de produtores	7 000
Organização e funcionamento de cursos	70 000
Horto-Frutícola-Apícola e Sencicola	1 550
Forragens e bovinicultura	48 000
Assessoria técnica	40 000
Cooperação com a Universidade dos Açores	40 000
Estudos e modelos de análise	34 000
Rede de informação e de estatística	35 000
Divulgação	115 000
Regulamento (CEE) 797/85	100 000
Apoios à produção	372 000
Aquisição de terras por rendeiros	50 000
Saneamento financeiro das explorações agrícolas	100 000
Indemnizações compensatorias	450 000
Seguro agrícola	50 000
Electrificação rural	10 000

NÃO DESAGREGADO

PROGRAMA/AÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
---------------	--------	-------------------------

Programa 24

Estrutura Regional de Abate - equipamento		10 000
Apoio à comercialização de gado vivo		40 000
Qualidade alimentar - estudos e equipamento		15 000
Classificação de leite - laboratório		15 000
Apoio na divulgação de produtos agro-alimentares		10 000
Intervenção		20 000
Sector cooperativo		125 000
Intervenção no sector do leite		200 000

Pescas	750 000
---------------	----------------

Programa 25

Acções de formação profissional		80 000
Acções de divulgação		15 000
Semana das Pescas		40 000
Experiências de pesca		95 000
Protocolo de cooperação com o Departam. de Oceanografia e Pescas		40 000
Deteção aérea		100 000
Manutenções e reparações de portos de pesca		15 000
Equipamentos de Portos		15 000
Apoio a empresas privadas		25 000
Apoio à primeira venda de pescado		25 000
Apoio à comercialização e a organizações de produtores		300 000

Indústria	273 000
------------------	----------------

Programa 26

Promoção do investimento		160 000
Apoio directo a PME's		3 000
Dotações de Capital		50 000

Programa 27

Apoio financeiro à aquisição de equipamento de qualidade		5 000
Investigação aplicada		5 000
Desenvolvimento e reestruturação - Sectores		10 000

NÃO DESAGREGADO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
----------------	--------	-------------------------

Informação técnica		2 000
Formação técnica		13 000

Programa 28

Intra-estruturas físicas de apoio a actividade artesanal		5 000
Promoção, formação e investimento		20 000

Turismo	469 000
----------------	----------------

Programa 29

Concessão de incentivos financeiros - SIFIT	50 000
Concessão de incentivos financeiros - DLR 25/87	30 000
Ordenamento e enriquecimento da oferta turística	4 000
Participação em empreendimentos turísticos	8 000
Estruturas físicas turísticas — campos de ténis	8 000
Organização (turística)	25 000
Formação profissional na área do Turismo	40 000

Programa 30

Informação e divulgação turísticas	100 000
Promoção turística	200 000
Animação turística	4 000

Energia	473 000
----------------	----------------

Programa 31

Apoio financeiro à EDA, E.P. e electrificações diversas	400 000
Apoio financeiro à Feder. dos Munic. da Ilha das Flores e a C. Municipal do Corvo	10 000
Plano Energético da Região Autónoma dos Açores	18 000
Estudos diversos, informação e sensibilização e formação	30 000
Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia (SiURE)	5 000
Apoio à utilização de energias renováveis	10 000

Transportes e Comunicações	1 175 000
-----------------------------------	------------------

Programa 32

Construção e equipamento de parques de máquinas	200 000
---	---------

NÃO DESAGREGADO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Calamidades e estragos		75 000
Programa 34		
Protecção da orla marítima		70 000
Programa 36		
Apoio à renovação de frotas de transp. rodov. e ao transp. público de passageiros		65 000
Outras acções de apoio ao transporte terrestre		35 000
Apoio ao transporte marítimo		100 000
Apoio ao transporte aéreo		600 000
Programa 37		
Promoção, estudos, formação profissional e equipamento informático		30 000
Comércio		14 300
Programa 38		
Apoio à modernização do sector comercial		9 000
Apoio à promoção de produtos açorianos		5 000
Apoio à formação nas áreas da gestão de stocks, marketing e novas tecnologias		300
Administração Regional		363 000
Programa 39		
Formação e aquisição de equipamento de apoio pedagógico		29 000
Acções de recrutamento e aquisição de equipamento de selecção de pessoal		2 000
Ficheiro Central de Pessoal		1 000
Intervenções organizacionais e aplicação de novas tecnologias		10 000
Aproximação da Administração ao Cidadão		5 000
Estudos na área da modernização		4 000
Rede de comunicações e intra e interdepartamentais		90 000
Programa 40		
Aquisição de equipamento para Serviços Sociais		2 000
Programa 41		
Estudos e formação em gestão integrada		80 000
Estudos e formação na área do planeamento		5 000

NÃO DESAGREGADO

PROGRAMA/ACÇÃO	SECTOR	DOTAÇÃO (1 000 Esc.)
Acompanhamento de programas comunitários		95 000
Formação de pessoal de estatística		5 000
Informatização do SREA		13 000
Difusão de informação estatística		8 000
Aperfeiçoamento da informação estatística		4 000
Contabilidade económica		4 000
Inquérito à produção agrícola		6 000
Cooperação com a Administração Local		29 598
Programa 42		
Acções de formação e elaboração de publicações		70
Ordenamento do território		2 000
Apoio técnico às Autarquias Locais		5 418
Recenseamento e eleições		260
Recolha e tratamento de lixo		3 750
Equipamento para Juntas de Freguesia		6 100
Abastecimento de água e esgotos		6 000
Rede viária		6 000
Protecção Civil		103 750
Programa 43		
Levantamento de meios, recursos e carências		15 000
Plano Regional de Emergência de Telecomunicações		10 000
Aquisição de equipamento, fardamento e mobiliário para as A.H.B.V. e S.I.		43 750
Sensibilização da população à temática da Protecção Civil		5 000
Estudos de carácter científico		5 500
Rede de Vigilância Sismovulcânica dos Açores		9 000
Concessão de subsídios a diversas entidades		5 000
Formação de socorristas e de pessoal para ambulâncias		2 000
Formação profissional de bombeiros		5 000
Formação profissional do pessoal de Protecção Civil		3 500
TOTAL GERAL.....		7 221 298



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional das Finanças e Planeamento
Direcção Regional de Estudos e Planeamento

EMPRESAS PÚBLICAS

INVESTIMENTOS PARA 1991

ÍNDICE

	Pág.
Investimentos das Empresas Públicas	5
Empresas Públicas Não Financeiras	7
Elementos de Análise Económico-Financeira	9
Serviço Açoreano de Lotas, E.P. - LOTAÇOR	11
Fábrica de Tabacos Micaelense, E.P. - FTM	15
Empresa de Electricidade dos Açores, E.P. - EDA	19
Serviço Açoreano de Transportes Aéreos, E.P. - SATA	25
Empresas Públicas Financeiras	29
Banco Comercial dos Açores - BCA	31
Companhia de Seguros Açoreana	35

INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Os investimentos das empresas públicas para o ano de 1991 atingirão o montante de 7,1 milhões de contos.

O programa de investimentos da EDA deverá atingir o montante global de 5,2 milhões de contos, dos quais 3,7 milhões de contos correspondem a custos directos e os restantes a encargos de estrutura e encargos financeiros. Na rubrica Não Desagregado estão fundamentalmente contempladas despesas de grandes reparações em equipamento e instalações de produção, estudos e projectos gerais e ainda acções de formação.

A SATA investirá em diversos equipamentos o montante 427 mil contos.

Integrando diversas componentes de investimentos, os projectos da FTM atingirão o montante de 228 mil contos.

A Lotaçor investirá 30,3 mil contos em equipamentos.

Os investimentos do BCA atingirão o significativo montante de 1,1 milhões de contos. Todavia, à semelhança dos da Companhia de Seguros Açoreana, correspondem mais à componente física (edifícios, equipamentos, etc.) do que às características financeiras das respectivas instituições.

O montante dos investimentos totais desagregados por empresa e por espaço geográfico é apresentado no quadro seguinte:

INVESTIMENTO DESAGREGADO PARA 1991

Preços Correntes - 1 000 contos

	Lotação	FTM	EDA	SATA	Sub- Total	BCA	CSA	Total
SMA.....	-		193	9	202,0	9,0	-	211,0
SMG.....	2,5	228	1 273	85	1 588,5	599,5	30,0	2 218,0
TER.....	-		404	21	425,0	21,0	-	446,0
GRA.....	-		220	1	221,0	30,0	-	251,0
SJO.....	7,5		250	1	258,5	14,4	-	272,9
PIC.....	10,0		483	1	494,0	45,3	-	539,3
FAI.....	-		292	20	312,0	88,3	-	400,3
FLO.....	4,5		-	1	5,5	21,3	-	26,8
COR.....	-		-	-	-	-	-	-
Fora Região.....	-	-	-	-	-	278,3	50,0	378,3
Não Desag....	5,8		2 085	288	2 378,8	-	-	2 378,8
TOTAL.....	30,3	228	5 200	427	5 885,3	1 107,1	80,0	7 072,4

Para fins de investimento as empresas públicas recorrem mais a financiamentos externos quando estão em causa investimentos de maior dimensão.

COBERTURA FINANCEIRA

Preços correntes - 1 000 contos

	Meios Finan- ceiros Próprios	Dotações de Capl tal Estatutário	Crédito Financeiras	Compartici- pações	Total
Lotação.....	-	5,8		24,5	30,3
FTM.....	25,0	50,0	70,0	83,0	228,0
EDA.....	730,0	-	3 450,0	1 020,0	5 200,0
SATA.....	-	-	-	427,0*	427,0
<i>Sub-Total..</i>	<i>755,0</i>	<i>55,8</i>	<i>3 520,0</i>	<i>1 554,5</i>	<i>5 885,3</i>
BCA.....	1 107,1	-	-	-	1 107,1
CSA.....	80,0	-	-	-	80,0
TOTAL..	1 942,1	55,8	3 520,0	1 554,5	7 072,4

*Inclui 50 m.c. de outras fontes.

EMPRESAS PÚBLICAS NÃO FINANCEIRAS

ELEMENTOS DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As actividades das empresas públicas não financeiras somaram em 1989 um Valor Bruto de Produção de 15,1 milhões de contos, incorporando um crescimento de cerca de 12% em relação ao ano anterior. Por sua vez, os consumos intermédios atingiram o montante de 7,7 milhões de contos, o que corresponde a uma taxa de crescimento próxima da da produção global. Assim, o excedente de Valor Acrescentado Bruto cresceu praticamente em paralelo, mantendo-se a incorporação de valor na produção global a um nível idêntico ao do ano anterior; o indicador VAB/VBP foi de 48,6% em 1989, enquanto no ano anterior fora de 48,8%.

Apesar desta estabilidade em termos de grandes variáveis da exploração global, a distribuição de resultados revelou um reforço nas remunerações dos factores externos aos patrimónios das empresas. Assim aconteceu no que respeitou aos encargos com pessoal e, aliás de forma mais evidente, com as responsabilidades decorrentes de financiamento por terceiros; em relação ao VAB, a rubrica despesas com o pessoal passou de 51% em 1988 para 54% em 1989 e a de despesas financeiras líquidas de 22% para 32%. Em contrapartida, a fracção de meios financeiros retidos para remuneração e/ou recuperação do património empresarial foi menor; em relação ao VAB, a soma de Resultados Líquidos, Amortizações e Reintegrações e Provisões passou de 28% em 1988 para 15,8% em 1989.

Esta distribuição de resultados repercutiu-se na estrutura financeira agregada das empresas. O financiamento do investimento em bens activos intensificou o recurso a fontes externas. O passivo atingiu 18,9 milhões de contos, alargando-se em relação à situação líquida, que se manteve na casa dos 6 milhões de contos; consequentemente o indicador de solvabilidade de 46% em 1988 passou a 36% em 1989.

Além disso, apesar do reforço significativo das exigibilidades de médio longo prazo, o fundo de maneo negativo alargou-se, aumentando o financiamento de bens do activo de recuperação lenta por exigibilidades de curto prazo; desta forma o indicador de liquidez geral passou de 81% em 1988 para 80% em 1989.

INDICADORES DE ESTRUTURA FINANCEIRA	1987	1988	1989
1. Capital Circulante (contos)	3 391 264	4 246 019	5 278 726
2. Capital Fixo (contos)	14 792 122	16 057 081	20 420 716
3. Activo Total (1+2) (contos)	18 183 386	20 303 100	25 699 442
4. Passivo C.P. (contos)	4 458 610	5 258 169	6 613 042
5. Passivo M.L.P. (contos)	7 670 768	8 624 177	12 273 283
6. Passivo Total (4+5) (contos)	12 129 378	13 882 346	18 886 325
7. Capital Próprio (contos)	6 054 010	6 420 754	6 813 588
8. Capital Permanente (5+7) (contos)	13 724 778	15 044 931	19 086 871
9. Fundo de Maneio (1-4) (contos)	(1 067 346)	(1 012 150)	(1 334 316)
1. Liquidez Geral= $\frac{\text{Capital Circ.}}{\text{Passivo C.P.}}$ (%)	76	81	80
2. Financ.do Activo Fixo= $\frac{\text{Cap. Permanentes}}{\text{Capital Fixo}}$ (%)	93	94	93
3. Solvabilidade = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$ (%)	50	46	36
4. Autonomia financeira = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo a M.L.P.}}$ (%)	79	74	56
5. Capac. de endividamento = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Cap. Permanente}}$ (%)	44	43	36

INDICADORES DE ESTRUTURA ECONÓMICA	1987	1988	1989
1. Valor Bruto de Produção (contos)	11 270 755	13 429 181	15 054 171
2. Resultado Líquido do Exercício(contos)	22 710	20 681	-52 601
3. Amortizações, reintegrações e provisões (contos)	1 625 982	1 802 844	1 208 395
4. Encargos Financeiros Líquidos (contos)	1 306 355	1 438 938	2 358 959
5. Despesas com Pessoal (contos)	2 827 639	3 358 959	3 960 710
6. V.A.B. (contos)	5 686 465	6 547 518	7 320 364
7. Emprego (nº de trabalhadores)	1 659	1 835	1 839
1. Despesas com Pessoal/V.A.B. (%)	50	51	54
2. Encargos Financeiros/V.A.B. (%)	23	22	32
3. (Res. Liq. + Amort. e Reint. +Prov.)/V.A.B. (%)	29	28	15,8
4. V.A.B./VBP (%)	50	48,8	48,6
5. V.A.B./Emprego (contos)	3 428,8	3 568,1	3 980,6

SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, E.P. - LOTAÇOR

Em 1989, o Valor Bruto da Produção movimentado pela LOTAÇOR atingiu 3,0 milhões de contos, incorporando um crescimento de 23,0% em relação ao ano anterior. Atendendo às características dos serviços prestados pela empresa, as despesas em consumos intermédios (basicamente custo das existências vendidas - pescado) continuaram a evoluir em paralelo com volumes globais de produção. Neste quadro estrutural, o crescimento relativamente mais acelerado dos consumos intermédios apenas favoreceu uma certa moderação do valor contabilístico do Valor Acrescentado Bruto; apesar deste excedente ter crescido 19,6%, o indicador de incorporação de valor na produção final foi de 6,8% e 6,6%, respectivamente em 1988 e 1989.

A estrutura de exploração tornou o excedente adquirido durante a exploração anual muito sensível aos movimentos económico-financeiros da actividade da empresa. Assim, a moderação do excedente, acompanhada do aumento de encargos com pessoal, implicou uma menor retenção de meios para remuneração e/ou recuperação do património empresarial, apesar da redução de encargos financeiros. De facto o indicador de despesas com pessoal no VAB, depois de se situar em 81,1% em 1988, atingiu 92,5% em 1989, enquanto para os mesmos anos o de (Resultados Líquidos + Amortizações e Reintegrações + Provisões)/VAB decresceu de 6,8% para 6,6% e, também, o de encargos financeiros de 6,3% para 3,6%.

A estrutura financeira continuou a revelar maior ajustamento à gestão da liquidez do que à capacidade de auto-sustentação do património.

INDICADORES DE ESTRUTURA FINANCEIRA	1987	1988	1989
1. Capital Circulante (contos)	103 342	242 858	267 806
2. Capital Fixo (contos)	58 404	92 205	169 890
3. Activo Total (1+2) (contos)	161 746	335 063	437 695
4. Passivo C.P. (contos)	22 790	111 240	131 798
5. Passivo M.L.P. (contos)	128 071	205 352	307 627
6. Passivo Total (4+5) (contos)	150 861	316 592	439 425
7. Capital Próprio (contos)	10 885	18 471	-1 729
8. Capital Permanente (5+7) (contos)	138 956	223 823	305 897
9. Fundo de Maneio (1-4) (contos)	80 552	131 618	136 008
1. Liquidez Geral (%)	453,5	218	203
2. Financiamento do Capital Fixo (%)	237,9	243	180
3. Solvabilidade (%)	6,7	6	0
4. Autonomia financeira (%).....	8,5	9	-1
5. Capacidade de endividamento (%)	7,8	8	-1

INDICADORES DE ESTRUTURA ECONÓMICA	1987	1988	1989
1. Valor Bruto de Produção (contos)	2 057 235	2 477 368	3 047 026
2. Resultado Líquido (contos)	4 373	7 587	-20 200
3. Amortizações, reintegrações e provisões (contos)	7 228	11 188	11 087
4. Encargos Financeiros Líquidos (contos)	2 218	10 553	7 224
5. Despesas com o Pessoal (contos)	111 099	136 769	184 966
6. V.A.B. (contos)	126 259	168 685	201 776
7. Emprego	-	118	134
1. Despesas com o Pessoal/V.A.B. (%)	88,0	81,1	92,5
2. Encargos Financeiros/V.A.B. (%)	1,8	6,3	3,6
3. (Res. Liq. + Amort. e Reint. +Prov.)/V.A.B. (%)	9,2	11,2	-4,5
4. V.A.B./VBP (%)	6,1	6,8	6,6
5. V.A.B./EMP (contos)	1 429,5	1 492,0

1 - INVESTIMENTO PARA 1991

	Preços Correntes - 1 000 contos					
	Terrenos, Edi- fícios e Outras Construções	Equipa- mento	Outro Investi- mento	Capital Circulante	Juros Interca- lares	Total
Sta. Maria.....		-				-
S. Miguel.....		2,5				2,5
Terceira.....		-				-
Graciosa.....		-				-
S. Jorge.....		7,5				7,5
Pico.....		10,0				10,0
Faial.....		-				-
Flores.....		4,5				4,5
Corvo.....		-				-
Fora da Região		-				-
Não Desagreg.		5,8				5,8
TOTAL ..		30,3				30,3

2 - COBERTURA FINANCEIRA

Preços Correntes - 1 000 contos	
Meios Financeiros Próprios.....	
Dotações de Capital Estatutário.....	5,8
Crédito.....	
Comparticipações.....	24,5
Outras.....	
TOTAL.....	30,3

FÁBRICA DE TABACO MICAELENSE, EP - FTM

Em 1989, o decréscimo do Valor Bruto da Produção, perante a "rigidez" dos consumos intermédios, implicou uma massa de Valor Acrescentado Bruto menor, mesmo em termos nominais. De facto, o montante de 1 219,9 mil contos de VBP representa um decréscimo de 3% em relação ao ano anterior, enquanto os consumos intermédios praticamente estabilizaram, já que a sua taxa de variação foi de apenas -0,8%; consequentemente, o VAB decresceu 9,7%, não ultrapassando o montante de 275,96 mil contos .

Com um excedente global menor, uma evolução significativa nas despesas com pessoal e um agravamento visível nos encargos financeiros, o resultado de exploração foi negativo. Assim, além da menor incorporação de valor na produção final, como é revelado pela passagem do rácio VAB/VBP de 24,3% em 1988 a 22,6% em 1989, as componentes do excedente económico destinado à remuneração de factores exteriores saíram reforçadas, por contrapartida das orientadas no sentido da remuneração ou da recuperação do património empresarial.

A estrutura financeira revela um certo investimento em bens activos, seja em termos de capitais fixos, seja em bens com rotação mais elevada. O crescimento em 40% das imobilizações foi superior ao de 15% das existências, mas estas partiram de uma base estrutural significativa, continuando a representar cerca de 50% do activo.

O financiamento centrou-se em fontes externas, através de exigibilidades de médio/longo prazos. Assim, foi possível reforçar o fundo de maneo com capitais permanentes, mas em contrapartida da perspectiva a prazo mais dilatado; o indicador de liquidez atingiu 284% enquanto o de solvabilidade se reduziu para 35%.

INDICADORES DE ESTRUTURA FINANCEIRA	1987	1988	1989
1. Capital Circulante (contos)	702 174	759 713	834 630
2. Capital Fixo (contos)	112 748	123 488	168 629
3. Activo Total (1+2) (contos)	814 922	883 201	1 003 259
4. Passivo C.P. (contos)	222 871	300 855	293 398
5. Passivo M.L.P. (contos)	340 082	287 347	449 045
6. Passivo Total (4+5) (contos)	562 953	588 202	742 443
7. Capital Próprio (contos)	251 969	294 999	260 817
8. Capital Permanente (5+7) (contos)	592 051	582 346	709 862
9. Fundo de Maneio (1-4) (contos)	479 303	458 858	541 233
1. Liquidez Geral (%)	315,0	253	284
2. Financiamento do Capital Fixo (%)	525,1	472	421
3. Solvabilidade (%)	44,8	50	35
4. Autonomia financeira (%)	74,1	103	58
5. Capacidade de endividamento (%)	42,6	51	37

INDICADORES DE ESTRUTURA ECONÓMICA	1987	1988	1989
1. Valor Bruto de Produção (contos)	1 184 450	1 257 342	1 219 914
2. Resultado Líquido (contos)	14 336	3 029	-34 183
3. Amortizações, reintegrações e provisões (contos)	61 461	22 011	26 170
4. Encargos Financeiros líquidos (contos)	65 800	64 968	74 735
5. Despesas com o Pessoal (contos)	183 736	209 512	242 149
6. V.A.B. (contos)	267 280	305 671	275 967
7. Emprego	131	134*	129*
1. Despesas com o Pessoal/V.A.B. (%)	68,7	68,5	87,7
2. Encargos Financeiros/V.A.B. (%)	24,6	21,3	27,1
3. (Res. Liq. + Amort. e Reint. +Prov.)/V.A.B. (%)	28,4	8,2	-2,9
4. V.A.B./VBP (%)	22,6	24,3	22,6
5. V.A.B./EMP (contos)	2 040,3	2 281,1	2 139,3

* Efectivo permanente.

1 - INVESTIMENTO PARA 1991

	Preços Correntes - 1 000 contos					Total
	Terrenos, Edi- fícios e Outras Construções	Equipamento	Outro Investi- mento	Capital Circulante	Juros Interca- lares	
Sta. Maria.....						
S. Miguel.....	45	140	25	-	18	228
Terceira.....						
Graciosa.....						
S. Jorge.....						
Pico.....						
Faial.....						
Flores.....						
Corvo.....						
Fora da Região						
Não Desagreg.						
TOTAL ..	45	140	25	-	18	228

2 - COBERTURA FINANCEIRA

Preços Correntes - 1 000 contos	
Meios Financeiros Próprios.....	25
Dotações de Capital Estatutário.....	50
Crédito.....	70
Comparticipações.....	83
Outras.....	-
TOTAL.....	228

EMPRESA DE ELECTRICIDADE DOS AÇORES, EP - EDA

A actividade da EDA em 1989 permitiu uma ligeira melhoria em termos de excedente da produção global. O Valor Bruto da Produção atingiu 7,66 milhões de contos, crescendo 10,7%, enquanto o crescimento dos consumos intermédios foi de 9,1%; conseqüentemente, acentuou-se o Valor Acrescentado Bruto que, atingindo 4,75 milhões de contos, cresceu 11,8%. Desta forma a criação de excedente melhorou na medida em que o indicador VAB/VBP foi de 59,7%, enquanto no ano anterior fora de 59,1%.

Apesar desta evolução relativamente favorável do ponto de vista do excedente adquirido durante a exploração anual, os meios financeiros retidos na empresa decresceram. De facto o indicador (Resultados Líquidos + Amortizações e Reintegrações + Provisões)/VAB foi de apenas 14,1% enquanto no ano anterior fora de 27,6%. Esta evolução decorreu dos encargos em termos de pagamentos a factores exteriores ao património da empresa e, nestes, à remuneração de capitais; os encargos financeiros representaram 46,6% do VAB, mas no ano anterior não tinham ultrapassado 32,2%, e, por sua vez, as despesas com pessoal representaram 42,1% do VAB, mas no ano anterior já se aproximavam de 40%.

Face a estes resultados a estrutura financeira da empresa ressentiu-se. O financiamento do activo e do investimento recorreu mais a fontes externas, passando o indicador de solvabilidade de 41% em 1988 para 35% em 1989. O passivo atingiu 14,19 milhões de contos, engrossando-se mesmo as exigibilidades de curto prazo para financiamento de activos com rotação lenta. Desta forma, o fundo de maneo negativo acentuou-se decrescendo a disponibilidade de meios financeiros para pagamentos imediatos; o indicador de liquidez passou de 58% em 1988 para 51% em 1989.

INDICADORES DE ESTRUTURA FINANCEIRA	1987	1988	1989*
1. Capital Circulante (contos)	2 023 009	2 302 334	2 727 396
2. Capital Fixo (contos)	12 553 271	14 341 580	16 427 293
3. Activo Total (1+2) (contos)	14 576 280	16 673 914	19 154 689
4. Passivo C.P. (contos)	3 299 209	3 994 041	5 368 667
5. Passivo M.L.P. (contos)	6 599 581	7 819 366	8 816 611
6. Passivo Total (4+5) (contos)	9 898 790	11 813 407	14 185 278
7. Capital Próprio (contos)	4 677 491	4 860 507	4 969 884
8. Capital Permanente (5+7) (contos)	11 277 072	12 679 873	13 786 495
9. Fundo de Maneio (1-4) (contos)	(1 276 200)	(1 691 707)	(2 641 272)
1. Liquidez Geral (%)	61,3	58	51
2. Financiamento do Capital Fixo (%)	89,8	88	84
3. Solvabilidade (%)	47,3	41	35
4. Autonomia financeira (%).....	70,9	62	56
5. Capacidade de endividamento (%)	41,1	38	36

INDICADORES DE ESTRUTURA ECONÓMICA	1987	1988	1989*
1. Valor Bruto de Produção (contos)	5 911 010	6 920 659	7 660 128
2. Resultado Líquido (contos)	5 911	10 065	1 783
3. Amortizações, reintegrações e provisões (contos)	1 086 930	1 122 856	643 884
4. Encargos Financeiros Líquidos (contos)	1 186 748	1 318 044	2 133 029
5. Despesas com o Pessoal (contos)	1 322 557	1 620 061	1 925 067
6. V.A.B. (contos)	3 986 096	4 091 530	4 574 680
7. Emprego	958	997	996
1. Despesas com o Pessoal/V.A.B. (%)	33,2	39,6	42,1
2. Encargos Financeiros/V.A.B. (%)	29,8	32,2	46,6
3. (Res. Liq. + Amort. e Reint. +Prov.)/V.A.B. (%)	27,4	27,6	14,1
4. V.A.B./VBP (%)	67,4	59,1	59,7
5. V.A.B./EMP (contos)	4 160,9	4 103,8	4 593,1

* Dados provisórios

1 - INVESTIMENTO PARA 1991

	Preços Correntes - 1 000 contos					Total
	Terrenos, Edi- fícios e Outras Construções	Equipa- mento	Outro Investi- mento	Capital Circulante	Juros Interca- lares	
Sta. Maria.....						193
S. Miguel.....						1 273
Terceira.....						404
Graciosa.....						220
S. Jorge.....						250
Pico.....						483
Faial.....						292
Flores.....						
Corvo.....						
Fora da Região						
Não Desagreg.						2 085
TOTAL ..						5 200

O programa de investimentos para 1991, a preços correntes, deverá atingir o montante global de 5 200 m.c., dos quais 3 690 m.c. correspondem a custos directos e os restantes a encargos de estrutura e encargos financeiros.

Dos projectos incluídos neste programa, alguns dos quais já se encontram em curso de execução, salientam-se os seguintes:

Em Santa Maria, a aquisição pela EDA, EP da central da ANA, EP e a prossecução da electrificação rural da ilha, abrangendo nomeadamente as localidades de Calheta, Maia, Anjos e Barreiro.

Em S. Miguel, ao nível da produção, ficará concluída no primeiro trimestre de 1991 a construção do aproveitamento hidroeléctrico da Ribeira da

Praia e proceder-se-á à remodelação da parte do sistema de refrigeração da Central Térmica de Ponta Delgada.

Ao nível do transporte e distribuição tem particular relevo o Projecto Electricidade Açores II com destaque para as subestações de Milhafres, Lagoa e Foros e linhas AT 60 KV Caldeirão-Foros e Milhafres-Lagoa, prevendo-se a sua conclusão para o primeiro trimestre de 1992.

Por seu turno, desenvolver-se-á as remodelações de 10 para 30 KV, a iniciar no quarto trimestre de 1990, das linhas MT Oeste, Capelas, Sete Cidades e Boavista, a par das remodelações de redes BT e respectivos PT's.

Na Terceira, concluir-se-á a automatização das centrais hidroeléctricas de Nasce Água, S. João de Deus e Cidade, e dar-se-á início ao estudo de ampliação da Central Termoeléctrica do Belo Jardim, com vista à instalação de um grupo de cerca de 6 MW.

Ao nível do transporte e distribuição, iniciar-se-á a ampliação e remodelação da rede de média tensão a 15KV da cidade da Praia da Vitória, a par das remodelações das redes de baixa tensão e postos de transformação dos concelhos da Praia e Angra do Heroísmo.

Na Graciosa, iniciar-se-á a construção do parque eólico para uma potência instalada de 200 KW. No que respeita à rede de distribuição, continuará a remodelar-se a rede de 3 KV para 15 KV, incluindo a subestação a 15 KV de Santa Cruz e os respectivos postos de transformação. Dar-se-á também início à remodelação da rede de BT de Santa Cruz.

Em S. Jorge, ficará concluída a montagem de 2 grupos termoeléctricos com cerca de 1 MW de potência unitária, na central termoeléctrica do Caminho Novo, e dar-se-á início à construção de um parque eólico para uma potência total a instalar de cerca de 400 KW.

Ao nível do transporte e distribuição será lançada a empreitada da

nova linha de transporte a 15 KV, Central do Caminho Novo - Relvinhã, a electrificação de Portal, Loural, Fajã dos Vimes e Fajã do Ouvidor e a continuação da remodelação de diversas redes de baixa tensão.

No Pico, e ao nível da produção, iniciar-se-á a construção da central das ondas, no lugar do Cachorro, cujos estudos têm a participação do LNETI e do IST, e candidatar-se-á a comparticipação da CEE, tendo sido o estudo parcialmente financiado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Relativamente à rede de transporte e distribuição, concluir-se-ão as subestações de Lages, Madalena e S. Roque, bem como as respectivas linhas de 30 KV que as interligarão. Estes projectos também serão financiados pelo KfW, no âmbito do projecto EDA 2. Do mesmo modo, dar-se-á particular atenção à electrificação das restantes localidades da ilha que ainda não dispõem de energia eléctrica e à remodelação da rede BT de Madalena.

No Faial, concluir-se-á a automatização e beneficiação da central hidroeléctrica do Varadouro e ao nível do transporte e distribuição serão também remodeladas algumas redes de baixa tensão, nomeadamente parte da rede da cidade da Horta.

Por último há a referir que o montante destinado à rubrica de Não Desagregados diz respeito fundamentalmente a grandes reparações em equipamento e instalações de produção e a estudos e projectos gerais e ainda a acções de formação.

2- COBERTURA FINANCEIRA

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS DE 1991

		Mil contos	
Origens		Aplicações	
Internas.....	730	Amortizações Financ....	
Compart. Comunitárias..	1 020	Outras Amortizações.....	
Empréstimos.....	3 450	Investimento	5 200
Total	5 200	Total	5 200

SERVIÇO AÇOREANO DE TRANSPORTES AÉREOS, EP - SATA

Em 1989, o crescimento do Valor Bruto da Produção superior ao dos Consumos Intermédios permitiu a contabilização de um Valor Acrescentado Bruto pela exploração da empresa superior ao do ano anterior. Efectivamente, por um lado, os 3,1 milhões de contos de VBP, incorporando um crescimento de 12,7% e, por outro lado, as despesas em consumos intermédios crescendo apenas 8,2%, implicaram que o VAB atingisse cerca de 2,3 milhões de contos, representando um crescimento de 14,5%.

Este acréscimo do excedente de exploração foi basicamente aplicado em encargos financeiros, já que nas outras despesas mais significativas, ou não se afastaram da evolução média (despesas com o pessoal), ou foram mesmo reduzidas (meios financeiros retidos na empresa). De facto, no ano de 1989 e em relação ao VAB, os encargos financeiros representaram 6,3%, isto é, mais 4% do que no ano anterior, enquanto as despesas com o pessoal mantiveram -se próximas de 70% e o somatório de Resultados Líquidos, Provisões e Amortizações e Reintegrações ficaram por 23,2%, isto é, menos cerca de 10% do que no último ano.

A estrutura financeira reflectiu um investimento significativo em capitais fixos, basicamente coberto por fundos originados no passivo. O volume do activo vinha-se situando nos últimos anos ao nível dos 2 milhões de contos, mas, com um acréscimo centrado em imobilizações, atingiu 5,1 milhões de contos em 1989.

A origem dos meios financeiros para cobrir o investimento decorreu de fontes externas, na forma de exigibilidades de médio/longo prazos, já que não se verificou reforço do capital. Assim, foi possível obter um acréscimo na margem de financiamento do activo fixo, cujo índice passou de 106 em 1988 para 117 em 1989, e um fundo de maneio mais folgado, atingindo o índice de

liquidez geral 177%; em contrapartida, a capacidade financeira da empresa perante as respectivas responsabilidades a prazo mais dilatado traduziu-se num índice de solvabilidade de apenas 45%.

INDICADORES DE ESTRUTURA FINANCEIRA	1987	1988	1989
1. Capital Circulante (contos)	516 831	941 114	1 443 694
2. Capital Fixo (contos)	1 745 327	1 469 808	3 654 904
3. Activo Total (1+2) (contos)	2 262 158	2 410 922	5 103 798
4. Passivo C.P. (contos)	840 405	852 033	819 179
5. Passivo M.L.P. (contos)	603 034	312 112	2 700 000
6. Passivo Total (4+5) (contos)	1 443 439	1 164 145	3 519 179
7. Capital Próprio (contos)	818 719	1 248 777	1 584 617
8. Capital Permanente (5-7) (contos)	1 421 753	1 558 839	4 284 617
9. Fundo de Manejo (1-4) (contos)	(323 574)	89 081	629 715
1. Liquidez Geral (%)	61	110	177
2. Financiamento do Capital Fixo (%)	81	106	117
3. Solvabilidade (%)	57	107	45
4. Autonomia financeira (%).....	136	399	59
5. Capacidade de endividamento (%)	58	80	37

INDICADORES DE ESTRUTURA ECONÓMICA	1987	1988	1989
1. Valor Bruto de Produção (contos)	2 117 595	2 773 812	3 217 103
2. Resultado Líquido (contos)	0	0	0
3. Amortizações, reintegrações e provisões (contos)	489 979	646 789	527 254
4. Encargos Financeiros Líquidos (contos)	54 759	45 373	143 970
5. Despesas com o Pessoal (contos)	1 392 617	1 608 528	1 608 528
6. V.A.B. (contos)	1 308 682	1 981 632	2 269 788
7. Emprego	570	586	580
1. Despesas com o Pessoal/V.A.B. (%)	92	70,3	70,9
2. Encargos Financeiros/V.A.B. (%)	4,2	2,3	6,3
3. (Res. Liq. + Amort. e Reint. + Prov.)/V.A.B. (%)	36	33	23,2
4. V.A.B./VBP (%)	62	71	72,3
5. V.A.B./EMP (contos)	2 295,9	3 381,6	3 913,4

1 - INVESTIMENTO PARA 1991

	Preços Correntes - 1.000 contos					Total*
	Terrenos, Edi- fícios e Outras Construções	Equipamento	Outro Investi- mento	Capital Circulante	Juros Interca- lares	
Sta. Maria.....		9				9
S. Miguel.....		85				85
Terceira.....		21				21
Graciosa.....		1				1
S. Jorge.....		1				1
Pico.....		1				1
Faial.....		20				20
Flores.....		1				1
Corvo.....		-				-
Fora da Região		-				-
Não Desagreg.		205	83			288
TOTAL ..		344	83			427

2 - COBERTURA FINANCEIRA

Preços Correntes - 1.000 contos	
Meios Financeiros Próprios.....	
Dotações de Capital Estatutário.....	
Crédito.....	
Comparticipações.....	377
Outras.....	50
TOTAL.....	427

EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS

BANCO COMERCIAL DOS AÇORES - BCA

Em 1989, a actividade do Banco Comercial dos Açores traduziu-se num acréscimo da carteira de depósitos sem contrapartida imediata no volume de crédito concedido, o que naturalmente se reflectiu na exploração anual. O saldo de depósitos totais atingiu 41,5 milhões de contos, registando uma taxa de crescimento de 12,7%, enquanto o montante de créditos concedidos somou 11,3 milhões de contos, crescendo apenas 0,6%. Consequentemente, o grau de transformação de depósitos em crédito passou de 30,3% em 1988 para 27,2% em 1989.

A estrutura dos depósitos reforçou os efeitos da evolução global. O crescimento dos depósitos com menor remuneração (à ordem) foi mais moderado do que os restantes, registando as taxas de 8,9% e 15,5%, respectivamente, o que se repercutiu directamente em termos de custos médios. Por outro lado, apesar daquela estabilização do volume dos créditos concedidos, foi possível um certo reequilíbrio no sentido dos resultados, através da evolução relativamente favorável dos proveitos das operações activas.

Os excedentes globais de produção evoluíram significativamente. O Valor Acrescentado Bruto do exercício atingiu cerca de 2,3 milhões de contos, registando um crescimento de 15%.

As aplicações dos acréscimos de resultados foram basicamente canalizadas para despesas com pessoal. Apesar da estabilização do número de efectivos, aquelas despesas foram significativamente acrescidas pelas primeiras contribuições correntes para um fundo de pensões.

O apuramento do resultado de exploração em 893 mil contos, registando um elevado crescimento em relação ao anterior (+22,3%), mais do que um acréscimo absoluto para a solidez patrimonial, representa uma

componente do excedente que ficou liberta pela redução das provisões. Assim, a evolução da solidez da estrutura financeira decorreu directamente da do capital estatutário.

	1987	1988	1989
1. Capital próprio (mil contos).....	2 956	3 865	4 570
2. Valor de produção (mil contos).....	4 904	5 109	5 908
3. VAB (mil contos).....	1 907*	2 001	2 336
4. Resultados de exploração (mil contos).....	621	730	893
5. Resultados do exercício (mil contos).....	378	921	830
I. RÁCIOS DE RENDIBILIDADE			
6. $\frac{\text{Resultados de exploração}}{\text{Vendas (Valor de Produção)}} (\%)$	12,7	14,3	15,1
7. $\frac{\text{Resultados do exercício}}{\text{Capital próprio}} (\%)$	12,8	23,8	18,2
II RÁCIOS SITUAÇÃO FINANCEIRA			
8. $\frac{\text{Verbas}}{\text{Capital próprio}} (\%)$	165,9	132,2	129,3
III RÁCIOS ESTRUTURA ECONÓMICA			
9. $\frac{\text{Despesas pessoal}}{\text{VAB}} (\%)$	38,9	41,1	44,9
10. $\frac{\text{Resultados de exploração}}{\text{VAB}} (\%)$	32,6	36,5	38,2
11. $\frac{\text{VAB}}{\text{Emprego}}$ contos.....	3 761,1	3 939,0	4 589,4
12. $\frac{\text{Despesas pessoal}}{\text{Emprego}}$ contos.....	1 461,5	1 618,1	2 060,1

* Corrigido.

1 - INVESTIMENTO PARA 1991

	Preços Correntes - 1 000 contos					
	Terrenos, Edi- fícios e Outras Construções	Equipa- mento	Outro Investi- mento	Capital Circulante	Juros Interca- lares	Total
Sta. Maria.....	2,5	6,5				9,0
S. Miguel.....	284,6	220,4	94,5			599,5
Terceira.....	15,0	6,0				21,0
Graciosa.....	23,0	7,0				30,0
S. Jorge.....	4,5	9,5	0,5			14,5
Pico.....	41,6	3,7				45,3
Faial.....	85,0	3,3				88,3
Flores.....	15,0	3,3	3,0			21,3
Corvo.....						
Fora da Região	255,0	3,3	20,0			278,3
Não Desagreg.						
TOTAL ..	726,2	263,0	118,0			1 107,2

2 - COBERTURA FINANCEIRA

Preços Correntes - 1 000 contos	
Meios Financeiros Próprios.....	1 107,2
Dotações de Capital Estatutário.....	
Crédito.....	
Comparticipações.....	
Outras.....	
TOTAL.....	1 107,2

COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA

Em 1989, a actividade da Companhia de Seguros Açoreana facturou uma produção (prémios e adicionais) na ordem de 1,5 milhões de contos. Este valor de produção incorporou uma taxa de crescimento de 11,5%, que terá compensado a evolução dos preços no mesmo período, mas sem atingir a do mercado segurador na sua globalidade.

A carteira de prémios de seguros registou alguns crescimentos no sentido de favorecerem a segurança e o equilíbrio de gestão. Todavia, a evolução do ramo vida foi mais regressiva do que se esperaria das condições restritivas que se verificaram a nível geral.

As indemnizações mantiveram uma tendência favorável na medida em que tem vindo a desacelerar, passando de uma taxa de crescimento de 40,0% em 1987 para 21,8% em 1989.

Todavia, comparando com a evolução da produção global, verificou-se que o crescimento das indemnizações foi superior ao dos prémios e adicionais, correspondendo a novo aumento da sinistralidade, que veio a subir de 46,3% em 1987 para 54,5% em 1989. Exceptuando a modalidade de acidentes de trabalho no ramo Acidentes, verificou-se um crescimento da sinistralidade na generalidade dos restantes ramos, com particular ênfase no de automóveis.

Com estas condicionantes, a evolução do excedente económico ficou estrangida, crescendo o VAB apenas cerca de 6%, em termos nominais. Assim, mantiveram-se níveis de rendibilidade moderados, concretizando-se, todavia, alguns ganhos de produtividade através da função de gestão de recursos humanos: para o crescimento em cerca de 10% do indicador VAB/Emprego, que atingiu 2 250,3 contos, contribuiu significativamente a redução do número de efectivos.

	1987	1988	1989
1. Capital próprio (contos).....	312 556	697 956	623 195
2. Valor da produção (contos).....	1 125 133	1 322 423	1 474 015
3. VAB (contos).....	590 000	597 132	632 968
4. Resultados de exercício (contos).....	12 821	13 192	14 798
I. RÁCIOS DE RENDIBILIDADE.....			
6. $\frac{\text{Resultados de exercício}}{\text{Valor de Produção}}$ (%)...	1,1	1,0	1,9
7. $\frac{\text{Resultado do exercício}}{\text{Capital próprio}}$ (%)....	4,1	1,9	4,5
II RÁCIOS SITUAÇÃO FINANCEIRA			
7. $\frac{\text{Produção}}{\text{Capital próprio}}$ (%)..	360,0	189,5	236,5
III RÁCIOS ESTRUTURA ECONÔMICA			
8. $\frac{\text{Despesas pessoal}}{\text{VAB}}$ (%)..	49,3	53,2	66,8
9. $\frac{\text{VAB}}{\text{Emprego}}$ (contos).....	3 352,3	3 093,3	3 403,1
10. $\frac{\text{Despesa pessoal}}{\text{Emprego}}$ (contos).....	1 658,4	1 653,9	2 250,3
IV. RÁCIO DE SINISTRALIDADE			
12. $\frac{\text{Indemnizações}}{\text{Prêmios}}$ (%).....	46,3	49,9	54,5

1 - INVESTIMENTO PARA 1991

	Preços Correntes - 1 000 contos					
	Terrenos, Edi- fícios e Outras Construções	Equipa- mento	Outro Investi- mento	Capital Circulante	Juros Interca- lares	Total
Sta. Maria.....						
S. Miguel.....	15	12	3			30
Terceira.....						
Graciosa.....						
S. Jorge.....						
Pico.....						
Faial.....						
Flores.....						
Corvo.....						
Fora da Região	50					50
Não Desagreg.						
TOTAL ..	65	12	3			80

2 - COBERTURA FINANCEIRA

Preços Correntes - 1 000 contos	
Meios Financeiros Próprios.....	80
Dotações de Capital Estatutário.....	
Crédito.....	
Comparticipações.....	
Outras.....	
TOTAL.....	80



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças e Planeamento
DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Pareceres Emitidos
pelas

Entidades Referidas no

Artº 6º do Dec. Leg. Reg.12/85/A

PLANO PARA 1991

1.1 AUTARQUIAS LOCAIS

Assembleia Municipal de Vila do Porto
Câmara Municipal de Vila do Porto
Conselho de Ilha de S. Miguel
Conselho de Ilha da Terceira
Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa
Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa
Conselho de Ilha de S. Jorge
Conselho de Ilha do Pico
Assembleia Municipal da Horta
Câmara Municipal da Horta
Conselho de Ilha das Flores
Assembleia Municipal do Corvo
Câmara Municipal do Corvo

1.2 PARCEIROS SOCIAIS

Associação Agrícola da Ilha Terceira
AJAT - Associação dos Jovens Agricultores
Associação Agrícola de S. Miguel
Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses
Associação de Agricultores da Ilha de S. Jorge
Associação de Jovens Agricultores Jorgenses
Associação de Agricultores da Ilha do Faial
Associação de Agricultores do Pico
Associação de Agricultores da Ilha das Flores
Associação de Agricultores da Ilha Graciosa
Associação de Jovens Agricultores da Graciosa
Câmara do Comércio e Indústria dos Açores

PONTA DELGADA

Delegação dos Açores da UGT

SINTABA - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Vinos do Região Autónoma dos Açores — Sede — Ponta Delgada

1. ENTIDADES CONTACTADAS

Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio Serviços e Correlativos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria — Sede — Ponta Delgada

STECA — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo — Sede — Angra do Heroísmo

CPPI/A — Sindicato Democrático dos Professores dos Açores — Sede — Ponta Delgada

SINTAP — Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública — Sede — Angra do Heroísmo

Sindicato dos Bombeiros do Sul e Ilhas — Sede — Ponta Delgada

SETIA — Sindicato dos Empregados Técnicos e Assalariados Agrícolas — Sede — Ponta Delgada

Sindicato dos Trabalhadores dos Seguros do Sul e Região Açores — Sede — Ponta Delgada

SQAC — Sindicato dos Quadros da Aviação Comercial — Sede — Ponta Delgada

SINPVAC — Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil — Sede — Ponta Delgada

SINDITE — Sindicato Democrático dos Trabalhadores de Diagnóstico e Terapêutica — Sede — Ponta Delgada

SINDETECO — Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações — Sede — Ponta Delgada

SIEMA — Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves — Sede — Ponta Delgada

SMAV — Sindicato dos Meios Audiovisuais — Sede — Ponta Delgada

SINDEPESCAS — Sindicato Democrático das Pescas — Sede — Ponta Delgada

SETACCOP — Sindicato dos Empregados Técnicos e Assalariados da Construção Civil e Obras Públicas — Sede — Ponta Delgada

Sindicato dos Enfermeiros Diplomados — Sede — Ponta Delgada

Sindicato dos Engenheiros da Região Sul — Sede — Ponta Delgada

Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul — Sede — Ponta Delgada

Sindicato Nacional das Actividades Turísticas — Sede — Ponta Delgada

SIEMASQ — Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Molinhagem de Máquinas da Marinha Mercante — Sede — Ponta Delgada

Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado — Ponta Delgada

Sindicato dos Profissionais de Transportes, Turismo e Outros Serviços de Ponta Delgada e Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras

Sindicato dos Estivadores e Oficinas Correlativos

Sindicato dos Professores da Região Açores

Delegação do Sindicato Livre dos Pescadores

Delegação do Sindicato dos Jornalistas nos Açores

Delegação do Sindicato dos Marinheiros Mercantes de Portugal

Sindicato dos Trabalhadores da Aviação Civil e Aeroportos

União dos Sindicatos de S. Miguel e Santa Maria

Delegação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

C.G.T.P. Intersindical

Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas

Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores

Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas

Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de São Miguel e Santa Maria

Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Comunicação Audiovisual

Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares

Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

Sindicato do Serviço Doméstico

Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro e Ilhas

Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares

ANGRA DO HEROÍSMO

União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo

Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo

Sindicato dos Profissionais das Indústrias de Alimentação e Bebidas de Angra do Heroísmo

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo.

Sindicato Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas

Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública Sul e Açores - STFP

Sindicato dos Enfermeiros Portugueses - SEP

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas
Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Madeira Mercante, Aeronavegação e Pescas
Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisuais - SIT
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empregos - STADE
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Comércio Farmacêutico

CSIP INTERSINDICAL

Sindicato dos Pescadores de Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos (D. Angra)
Sindicato dos Vidreiros
Sindicato dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia
Sindicato dos Trabalhadores da Madeira Mercante, Aeronavegação e Pescas (Delegação em Angra)
Sindicato dos Profissionais de Máquinas da Madeira Mercante
Sindicato dos Trabalhadores Fluviais, Costeiros e da Madeira Mercante
SINTCT (Delegação em Angra)
ST (Telecomunicações) - Delegação em Angra
Assoc. Nacional de Dentistas Portugueses (ANDEP)
Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Cinematográfica, Televisão e Vídeo
Sindicato de Espectáculos
Sindicato dos Músicos
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros (Delegação em Angra)
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Doméstico
Sindicato dos Psicólogos
Sindicato dos Quadros Técnicos de Desenho
Sindicato dos Toureiros
Sindicato dos Jogadores de Futebol
Sindicato dos Técnicos Paramédicos
Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (Delegação em Angra)
Sindicato dos Trabalhadores das Bebidas do Sul
Sindicato dos Trabalhadores de Celulose Sul (Delegação em Angra)
Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul (Delegação em Angra)
Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública Sul (Delegação em Angra)
Sindicato dos Trabalhadores de Hidratos de Carbono Sul
Sindicato dos Químicos Centro
Sindicato dos Trabalhadores dos Conservos do Centro

Sindicato dos Profissionais das Indústrias de Alimentação e Bebidas de Angra do Heroísmo
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo
Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo.

Sindicato dos Pescadores da Ilha Terceira
Sindicato dos Professores da Região Açores
Sindicato dos Estivadores e Oficinas Correlativas
Delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local

HORTA

União de Sindicatos da Horta
União Administrativa de Sindicatos da Horta
Sindicato da Construção Civil
Sindicato dos Transportes e Turismo
Sindicato da Alimentação e Bebidas

Delegação de Sindicatos da Horta
Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública Sul e Açores - STFP
Sindicato dos Enfermeiros Portugueses - SEP
Sindicato dos Trabalhadores da Madeira Mercante, Aeronavegação e Pescas
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Doméstico
Sindicato dos Enfermeiros Portugueses
Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel e Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas
Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos
Sindicato Nacional dos Profissionais das Telecomunicações dos CTI - SINTEL
Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações Audiovisuais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO
DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO
Caminho do Meio, 38 - São Carlos - 9700 Angra do Heroísmo
Telef.: 31192/3, 31146

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		Nº 10/11.1	1990.MAI.22
		Proc. 297	


ASSUNTO: PLANO PARA 1991 — AUSCULTAÇÃO

Encontrando-se na Assembleia Legislativa Regional aguardando apreciação, uma proposta de alteração da orgânica de Planeamento Regional, no sentido de melhor estruturar e articular os procedimentos de consulta aos parceiros sociais, continua em vigor o Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar Regional nº 12/85/A, de 19 de Novembro.

Nos termos do artigo 6º, deve a estrutura de Planeamento Regional proceder à auscultação das entidades nele referidas.

Assim, solicito de V. Exa. opiniões e sugestões concretas que permitam elaborar propostas de investimentos a integrar no Plano Regional para 1991, devendo as mesmas dar entrada nesta Direcção Regional até o próximo dia 30 de Junho.

Com os melhores cumprimentos,

O Director Regional,

Carlos Manuel Maurício Bedo



S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

MAR VIA FRANCA DO CAMPO / TEL: 8108

A

Departamento Regional
do Estabelecimento dos Açores
Secretaria Regional das Finanças e Planeamento
Direcção Regional de Estudos e Planeamento
Caminho do Meio, 58, São Carlos
9 700 Angra do Heroísmo

Sua referência: Sua comunicação de: Nota referência: DATA

ASSUNTO: PLANO PARA 1991

— AUTARQUIAS LOCAIS

Conforme o solicitado no vosso ofício 10/11.1, de 22 do presente mês de Maio, cumpre-nos informar Vossa Excelência de que a Câmara em reunião de 11 do presente deliberação indicar a seguir as obras a levar a efeito em 1991:

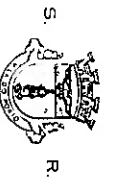
- Aumento da capacidade da Escola Preparatória; atq;
 - Construção da Escola Preparatória em Ponta Garça;
 - Melhoramentos no Porto de Pesca;
 - Habitação Social;
 - Escola Primária de Ponta Garça;
 - Variante à ER-IVFC;
 - Caminhos de Penetração e desenvolvimento turístico;
 - Sanguinal,
 - Escoteiros e
 - Maceia;
 - Beneficiação da Estrada Regional n.º 1.
- Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,
José Estevam Pacheco de Melo

LR/GC

1991

1991



S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

CEDULA POSTAL 9330

S. 19/13

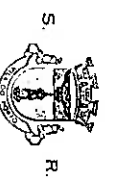
*Instituto
de
Censimento
Populacional
C.M.P.*

Exm^o Senhor
Director Regional de Estudos e
Planeamento
Caminho do Meio, 58 - São Carlos
9700 ANDARA DO HEROISMO

Sua comunicação de
1990.MAI.22
1990
11.05.1990
Nossa referência
DATA

De conformidade com o solicitado no ofício supra mencionado, informa esta Câmara, que em sua reunião extraordinária de 3 de Julho corrente, deliberou apresentar as propostas de investimentos a integrar no Plano Regional para 1991, que a seguir se passam a indicar:

- EDUCAÇÃO E DESPORTO
 - Grandes reparações nas instalações do ensino primário.
 - Construção do edifício da Pré-Primária no Aeroporto.
 - Construção do Bloco da Escola Preparatória de Vila do Porto.
 - Aquisição de mobiliário para as escolas.
 - Construção de pista de atletismo.
 - Arrelvamento do campo de futebol de Vila do Porto.
 - Construção de polidesportivos nas freguesias do concelho.
- CULTURA
 - Recuperação da Igreja de Nossa Senhora da Vitória.
 - Construção do Museu Cristovão Colombo
 - Recuperação da Zona Histórica da Vila.
- SAÚDE
 - Construção do Centro de Saúde de Vila do Porto
 - Fornecimento para o Centro de Saúde de Vila do Porto
- SEGURANÇA SOCIAL
 - Construção das Casas do Povo de Almagreira e Santa Bárbara.
- PESCAS
 - Melhoria dos portos de pesca de S. Lourenço, Castelo, Maia e Anjos.
 - Aquisição de equipamento para rampas de varagem.



S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

9330 VILA DO PORTO

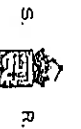
- PECUÁRIA
 - Construção da Casa de Matança
- TURISMO
 - Construção de um parque de campismo.
 - Recuperação e construção de miradouros.
 - Recuperação de moinhos
 - Estudo ambiental do aproveitamento do Barreiro da faneira e ligação aos Moinhos do Raposo.
 - Construção de uma pequena marina ligando as baixas existentes no porto da Vila.
 - Piscinas naturais e embelezamento da orla marítima.
 - Estudo de fixação da areia na baía da Praia Formosa e de São Lourenço
- COMUNICAÇÕES
 - Pavimentação da Estrada da Praia/ Fonte do Jordão.
 - Correcção e Pavimentação EM Santo Antão / Falcão.
 - Estrada Municipal de Santana a Paul.
 - Acesso ao porto do Castelo na Maia.
 - Protecção do Porto de Vila do Porto (reforço).
 - Pavimentação do C.M. Setada/Lombas
 - Correcção e Pavimentação do C.M. Pocilgas/ Boavista
 - Pavimentação do C.M. da Lapa
 - Pavimentação do C.M. Courelas
 - Pavimentação C.M. Grotas / Panasco
 - Correcção e Pavimentação C.M. do Duteiro
 - Correcção e Pavimentação C.M. Calhau da Roupa

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara
em exercício

Alberto da Silva Costa





S. R.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA HORTA

Handwritten signatures and notes:
J. Carlos
J. Carlos
J. Carlos
J. Carlos
J. Carlos

Exmo Senhor
Director Regional de Estudos e
Planeamento
Caminho do Kelo Bp São Carlos
9 700 AIRRA DO HEROISMO

Nossa referência 49/90
Aparado 48-9001 HORTA CODEX
90-07-18

ASSUNTO: PLANO PARA 1991 - ATRIBUTAÇÃO

Em resposta ao ofício nº 10/11.1 de 90/VAI./22 envio a V.Exe as opções e sugestões desta Assembleia, tal como nos foram pedidas, no cumprimento do Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A, de 2º de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar Regional nº 12/85/A, de 19 de Novembro.

Embora algumas das propostas não constituam investimentos, são medidas que entendemos importantes para este Concelho e que gostaríamos que fossem do conhecimento das Secretarias respectivas.

1. Dotar a extensão da Horta do Centro de Ensino Especial dos Açores com instalações próprias.
- Dar-lhe maior apoio e que a sua tutela passe totalmente para a S.R.E.C. .
2. Conceder maior apoio por parte do Governo Regional às Escolas da rede de Educação pré-escolar na Horta, em especial com a criação de novas escolas e a substituição de outras improvisadas.
- Unificação Institucional da rede pública sobre a tutela da SREC e orientação e supervisão técnico-pedagógica por parte da mesma Secretaria.
3. Construção da Escola Primária da Matriz e Praia do Norte.
- Ampliação da Escola Primária dos Fimengos.
4. Uma vez que já está definido pela SREC que seja construída uma



S. R.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Assembleia Municipal do Concelho da Horta

Escola Secundária, consideramos importante que esta seja dotada de espaços e estruturas para que possam funcionar convenientemente as áreas de formação profissional ajustadas às nossas necessidades, contribuindo assim para a valorização pessoal e profissional do nosso juventude.

5. Consideramos que simultaneamente deverão fazer-se as necessárias adaptações para o actual espaço da Escola Secundária ser transformado numa Escola Preparatória condigna, aliás, intenção já assumida pela S.R.E.C. .
É urgente a construção de um acesso a esta Escola, tal como foi proposta pelo Presidente da Comissão Local de Protecção Civil originando a normas elementares de segurança.

6. Construção ou adaptação de edifício que sirva para residência de estudantes dada a posição da Horta em relação às Ilhas vizinhas.

7. Estudo, por parte da S.R.E.C., de um esquema de habitação adequado adoptado pelas Secretarias sediadas na Horta e S.R.S.S.S. na fixação dos seus técnicos e médicos, no sentido de viabilizar a procura de novos Escolas, em particular a Escola Secundária da Horta com um número significativo de vagas de efectivos por preencher bem como outros estabelecimentos de ensino que não funcionam em breve na Horta.

8. Definir com brevidade a estrutura física onde vai funcionar o CEFPI no próximo ano escolar, com vista no exercício pleno da função por ele criado e bem assim o Conservatório.

9. Construção de novas instalações para o Departamento de Oceanografia e Pescas - Polo Universitário da Horta - conforme previsto no plano do Governo Regional para 1990.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Assembleia Municipal do Concelho da Horta

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Assembleia Municipal do Concelho da Horta



.../...

.../...

10. Melhorar as condições de melhor operacionalidade, respectivamente, da aeronave e pista aumentando-a para o limite disponível.

11. O porto da Horta reclama que a sua funcionalidade atenda aos seguintes aspectos:

- Reforçar com urgência o quebra-mar da doca que ameaça já ruir, e restaurar a pavimentação da doca altamente degradada.
- Criação de um parque de contentores.
- Ampliar e equipar as rampas de varagem.
- Melhorar o Cais acostável no terminal da carreira de embarcações.
- Agrupar os fundos junto ao cais de pesca.
- Atender com urgência à manutenção da Marina em aspecto que apresenta já deterioração evidente.

12. Melhorar do porto na baía do varadouro e cais na Praia do Almoxarife.

13. Na zona protegida, concluir o projecto de obras de aproveitamento da praia do Porto Fir e Zona envolvente, incluindo a protecção ao Castelo de S. Sebastião e ao Monte da Guia.

14. Algumas das nossas estradas torna-se urgente recuperá-las, procedendo a novas pesquisas do seu pavimento.

- Início da construção da Via Envolvente variante à estrada regional e aceleração da construção da Rua Consul Dabney.

15. Recuperação rápida do Palacete de Sta. Ana, Igreja da Matriz, S. Francisco e do Carmo e preservação de outros edifícios de utilidade pública.

16. Implementação do projecto de adaptação do Colégio dos Jesuítas a Museu.

17. Aproveitamento da Zona dos Capelinhos com a recuperação turística do campo e reposição imediata da cantaria indevidamente desviada.

18. Implementação rápida da construção de um Campo de Golf.

19. Apoio urgente à execução no Plano Directo Municipal.

20. Apoio ao Plano de Salvaguarda da Cidade da Horta, em fase de execução.

21. Implementação rápida da construção da Casa da Natanga e Parque Industrial.

.../...

22. Apoio ao Centro Cultural.

23. Correção das anomalias verificadas na cobertura Televisiva da Ilha do Faial.

24. Incrementar o apoio à auto-construção e à recuperação da Habitação degradada, ou outros programas tendo em vista a possibilidade de aquisição de habitação própria.

25. Levar a efeito a construção de habitação social de forma humanizada e com respeito pelos padrões modernos.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Luís Eduardo Neves de Brito e Melo

CONSELHO DE ILHA

9950 MADALENA
PICO - ACÓRDEGAMENTO Regional
do Distrito da Povoação de São Agoros

Secretaria de Administração
Rua da Paz nº 23, Povoação de São Agoros
Residência: Rua da Paz nº 23, Povoação de São Agoros
Arguição: Vista Processo N.º 101/11.1

EXMO SENHOR,
DIRECTOR REGIONAL DE
ESTUDOS E PLANEAMENTO
Caminho do Meio, nº58-São Carlos
9700--ANGRA DO HEROISMO

S/R-10/11.1-PE297 de 90/05/22
Assunto: Plano para 1991- Auscultação.
90/07/24

Relativamente ao ofício acima referenciado, cumpre-me informar V. Ex.ª, de que o Conselho de Ilha do Pico, reuniu no dia 23 do mês em curso, na Vila da Madalena, tendo-se debruçado sobre os Planos a Médio Prazo e Plano para 1990, a fim de averiguar da execução das obras planeadas e ao mesmo tempo deliberar sobre acções e projectos de interesse para esta Ilha, que devam fazer parte do Plano para 1991.

Em relação ao Plano para 1990, chama-se a atenção para algumas obras de importância fundamental, que ainda não tiveram execução ou se encontram atrasadas:

EDUCAÇÃO E CULTURA:

- 1- Conclusão da Escola Primária das Terras.
 - 2- Arranque das infra-estruturas da Escola Preparatória e Secundária da Madalena.
 - 3- Ampliação da Escola Preparatória de São Roque.
 - 4- Recuperação do Convento de São Pedro de Alcântara.
 - 5- Recuperação do Convento de São Francisco.
 - 6- Museu do Vinho.
- Em relação ao Plano de 1991 deverão ser consideradas as seguintes obras:
- 1- Construção da Escola Primária de São Roque.
 - 2- Construção da Escola Primária e Pré-primária das Ribeiras.
 - 3- Arranjos da Escola Primária P3 da Piedade.
 - 4- Expropriação dos terrenos adjacentes ao Museu dos Bateiros, necessários para o desenvolvimento desta estrutura.
 - 5- Construção da Escola Preparatória e Secundária da Madalena.

SAÚDE:

No sector da Saúde chama-se à atenção para a prioridade na construção do Centro de Saúde projectado para São Roque, bem como a beneficiação dos Centros de Saúde de Madalena e Lajes do Pico.
Este é um sector em que a Ilha do Pico está altamente penalizada.

Agência de Administração Regional do Pico
97/07/24

SEGURANÇA SOCIAL:

Em relação ao Plano para 1990, constatamos que as obras projectadas, ainda não tiveram o seu início. Quanto ao Plano para 1991 gostaríamos de ver incluídas as seguintes obras:

- 1- Casa do Povo das Lajes do Pico.
- 2- Casa do Povo da Madalena.
- 3- Casa do Povo de São Caetano.
- 4- Casa do Povo das Ribeiras.
- 5- Casa do Povo de Santo António.
- 6- Casa do Povo de Santo Amaro.

HABITAÇÃO E URBANISMO:

Para 1991 é necessário incrementar o apoio à auto-construção e habitação degradada, visto que em 1990 eles foram quase inexistentes.

AMBIENTE:

A Ilha do Pico debate-se, neste momento, com o gravíssimo problema da falta de uma central de tratamento de lixo:
É urgente a sua implementação.

A qualidade da água da Ilha do Pico está a degradar-se exigindo análises minuciosas e sistemáticas. As Câmaras Municipais manifestam a sua incapacidade financeira para suportar tal encargo.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA:

Para além da concretização das acções programadas, achamos ser de cabal importância, encontrar-se uma solução para o abastecimento de água à lavoura, visto que as carências no sector prejudicam grandemente o abastecimento de água das populações.

TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS:

- 1- Apoio à construção da Cooperativa de Lacticínios da Ilha do Pico.
- DESENVOLVIMENTO DAS PISCAS:

O Conselho de Ilha acha que a intervenção nos portos de Pesca da Ilha do Pico apontada no Plano a Médio Prazo se deve estender também aos portos de São João e São Caetano.

APOIO A ACTIVIDADE TURÍSTICA:

O Plano para 1991 deverá incluir para além das acções programadas, mais, as seguintes:

- 1- Reparação e conservação da zona dos Arcos do Cachorro, em degradação total e oferecendo perigo.
- 2- Aquisição da Fábrica da Baleia de Lajes do Pico de modo a ficar integrada na zona histórica da baleação.
- 3- Recuperação do forte de Santa Catarina, o único existente na Ilha do Pico.
- 4- Definição e início das obras do parque de caça.

42

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

O Conselho de Ilha na sua reunião deixou bem vincada a preocupação pelo estado lastimoso de alguns troços das estradas regionais, pedindo a execução em 1991 do programado no Plano a Médio Prazo, e incluir no projecto "Reabilitação de Estradas Regionais" o troço compreendido entre Santo Amaro e Piedade na E. R. -1-2ª.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL:

Deve incluir-se as estradas de penetração sob a alçada dos Serviços Florestais.

No programa "Transportes e Comunicações", salienta-se a importância de:

- 1- Construção do contra-molhe Weste do porto da Madalena.
- 2- Construção da 2ª fase do porto de São Roque.
- 3- Defesa e protecção da orla marítima das Lajes do Pico.
- 4- Desassoreamento da Lagoa das Lajes do Pico.

No mesmo programa, realce especial para o redimensionamento imediato da pista de aviação da Ilha do Pico de modo a torná-la mais operacional.

Aproveitando a intervenção da SATA na referida pista, é de toda a conveniência proceder à concretização deste projecto e acabar de uma vez por todas com um problema que constitui o maior estrangulamento do desenvolvimento desta Ilha.

COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO LOCAL:

Quanto à cooperação financeira com a Administração Local é de incluir:

- 1- Cooperação financeira para a aquisição de equipamentos para a recolha e tratamento de resíduos sólidos.
- 2- Cooperação financeira para a informatização.

PROTECÇÃO CIVIL:

Propõe-se a inclusão no Plano de 1991 a construção do Qurtel de Bombeiros em Lajes do Pico.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA

ALBINO MANUEL TERRA GARCIA



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

1980 SANTA CRUZ DA GRACIOSA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

1980 SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Handwritten notes and signatures at the top right.

Departamento Regional
de Educação e Planeamento dos Açores
Secção de Expediente
10/09 de 11 julha deu em entrada
1229 Livro N.º 1111
Alvará: Ponta da Moura N.º 1111/1

Exmo. Senhor Director Regional de Estudos
e Planeamento da Secretaria Regional das
Finanças e Planeamento
(Caminho do Teló, 58 - S. Carlos)

Nessa referência
N.º 7/15 DATA
P.º D-1 990/Julho/27.

ASSUNTO - Plano para 1991 - Auscultação -

Relativamente ao ofício de V. Ex.ª n.º 10/11.1, P.º
207, datado de 22 de Maio último, junto ao qual se encontram as opiniões e su-
gr. 1033 desta Câmara Municipal, relativamente ao assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara,

Handwritten signature of the Mayor.

Luís Manuel do Carmo Reis



PLANO PARA 1991 - AUSCULTAÇÃO

Tendo em consideração a divisão por sectores utilizada no plano referente a 1990, é nossa opinião que deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - EDUCAÇÃO E DESPORTO

- a) Deverão ser disponibilizadas verbas no plano para construção de mais um pavilhão de salas de aulas equipado com anfiteatro e sala específica de audiovisuais na Escola Preparatória de Santa Cruz da Graciosa.
- b) Para além disso deverá ser acelerado o processo com vista à mais célere concretização da "escola-góio" de Santa Cruz, devendo esta também incluir instalações para educação especial e pré-primárias e à modernização e reequipamento das diversas escolas primárias da ilha, tanto no que se refere aos recintos de aulas como aos espaços para ocupação de tempos livres, não olvidando as instalações sanitárias e os demais serviços de apoio.
- c) No que concerne ao sub-sector "DESPORTO" há que dotar o plano de verbas que satisfaçam as necessidades básicas da população nesta matéria, indispensável ao desenvolvimento integral do indivíduo, pelo que sugerimos venham a ser contemplados os seguintes aspectos:
 - c 1) - Arranque imediato do parque desportivo de Santa Cruz da Graciosa;
 - c 2) - Conclusão do parque desportivo da Luz;
 - c 3) - Dotação de condições satisfatórias para a prática do desporto nos já existentes campos de jogos das Freguesias de Gerdalpué e Fria;



Justo e necessário com vista ao aproveitamento integral e integrado das Termas do Carapacho.

VI - SEGURANÇA SOCIAL

- a) Deverá ser disponibilizadas verbas com vista ao apoio à criação de uma primeira creche nesta Ilha;
- b) Deverão ser criadas condições que permitam às miseráveis desta Ilha nomeadamente a Misericórdia da Praia prestar serviço domiciliário aos idosos e doentes que de tal necessitem;
- c) Dadas as características etárias da população desta Ilha e considerando que o número significativo de idosos possui os seus familiares de 1ª e 2ª grau emigrados, asseguram-se nos de importância relevante, com vista ao apoio a esta camada populacional e simultaneamente à sua ocupação de tempos livres, a criação de centros de convívio diurnos.

V - JUVENTUDE E RECURSOS HUMANOS

- Verificará-se um crescente aumento do número de jovens com o grau de escolaridade e a falta de 1ª emprego para os mesmos, somos de parecer que a verba constante do plano nesta rubrica deverá ser aumentada.

VII - HABITAÇÃO E URBANISMO

- Dadas as características do parque habitacional desta Ilha - degradado, escasso, em largo número sem as condições mínimas - e considerando ainda ser a habitação um bem social de 1ª necessidade, é indispensável que o Plano seja reforçado nas diversas rubricas deste sector.

VIII - AMBIENTE

- a) Com vista à preservação e melhoramento da orla marítima deve o plano ser dotado de verbas que permitam a devida manutenção desta importante zona;
- b) Reforço das verbas já consagradas no plano anterior,



destinadas ao estudo e preservação da fauna e flora da Ilha, à luta contra a degradação ambiental e ao estudo do impacto de potenciais fontes de poluição.

VIII - AGRICULTURA-PECUÁRIA E SILVICULTURA

- a) Com vista ao desenvolvimento do sector primário da Ilha é indispensável o reforço das verbas que se destinam ao melhoramento dos Caminhos de penetração já existentes, bem como à realização de outras vias de acesso às explorações agro-pecuárias;
- b) É nossa opinião que água e energia eléctrica são factores indispensáveis à modernização deste sector, pelo que deverão ser criadas as condições que permitam o seu acesso às já referidas explorações agro-pecuárias;
- c) Deverá ser dotada a orla marítima desta Ilha, em especial a zona norte de mesma, de cortina florestal, de modo a impedir os efeitos nocivos dos ventos e ressaigas nas culturas da Ilha;
- d) Deverá o plano fomentar o plantio de árvores em zonas adequadas, nomeadamente, nas bermas das estradas e outros terrenos propícios;
- e) Deverá o plano reforçar as verbas destinadas à reconversão do sector vitivinícola, desburocratizando o processo de modo a serem encontrados novos métodos que tornem ainda possível a produção de vinho na Ilha Graciosa;
- f) Considerando que a modernização do sector agrícola passa pela mecanização do mesmo e que esta é demasiado dispendiosa para ser tomada individualmente, achamos da maior utilidade que os respectivos serviços governamentais nesta Ilha sejam dotados de maquinaria necessária às exigências do sector no presente e no futuro;
- g) Dotar o orçamento de verba necessária ao acurramento do edifício já iniciado junto aos Serviços da Deser-



volvimento Agrícola e adaptá-lo a funcionar como Centro de Formação Agrícola.

VI - PESCA

- a) Considerando que este sector se reveste de maior importância económica, tendo actualmente como uma perspectiva de futuro, consideramos de maior interesse o melhoramento dos portos de pesca locais;
- b) Consideramos também de maior importância a dotação de substanciais verbas destinadas ao apoio à frota pesqueira artesanal;
- c) Consideramos de grande importância para a segurança e protecção da navegação junto à orla marítima da Praia e simultaneamente corrigir aos danos de pesca e de recreio que ali fundeiam a construção de um quebra-mar.

X - INDÚSTRIA

- a) Considerando a quase inexistência de indústria nesta Ilha, achamos por bem dotar o plano de verbas próprias para o incremento da educação no País e o desenvolvimento de negócios eventualmente interessados no sector;
- b) Achamos de toda a conveniência que sejam disponibilizadas verbas para apoio financeiro ao artesanato, sendo que esta actividade deverá ser articulada com o potencial do desenvolvimento turístico.

XI - TURISMO

Considerando que este foi o sector eleito pelo IV Conselho Regional, tendo em vista o desenvolvimento dos Açores a consideramos ser a Ilha Graciosa uma das mais interessantes de infra-estruturas no referido sector e que a mesma necessita possuir peculiaridades próprias para a sua promoção, sugerimos que o Governo tenha em consideração todos os que dizem esta matéria e referencie



a esta Ilha vem consignado no PNIC assim como as candidaturas ao sub-programa "Ambiente e Qualidade de Vida".

XII - ENERGIA

- a) Dado o elevado custo de produção da energia termo-eléctrica e tendo em vista o que há muito vem sendo referido, para que seja feito o aproveitamento da energia eólica, entendemos que o ano de 1991 deverá ser o ano de arranque desta energia alternativa;
- b) Construção de um edifício para a Central Termo-eléctrica em local mais apropriado que o actual;
- c) Remodelação da rede eléctrica subterrânea da Santa Cruz da Graciosa tentando aproveitar a época em que vão ser executadas obras de instalação de saneamento básico.

XIII - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- a) Consideramos de grande interesse para a Ilha que sejam disponibilizadas verbas que permitam a continuação, embora de forma mais acelerada, do arranjo das estradas da Ilha;
- b) Dado o lamentável estado em que já se encontra o garage do aeroporto desta Ilha, malgrado a sua recente construção, deverá o plano ser dotado das verbas necessárias ao seu restauro.

XIV - COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- a) Neste sector entendemos ser altamente prioritário o reforço das verbas destinadas às autarquias locais, já que esta Ilha se debate com problemas de abastecimento de águas, tendo no que se refere à sua qualidade e transporte como ao controlo da sua quantidade;
- b) Em relação ao referido referido não que tem em consideração que as juntas de freguesias da ilha trabalham com planos regionais relativos a diversos



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA
9880 SANTA CRUZ DA GRACIOSA
LAJOSIS

sectores, nomeadamente no que respeita ao apoio à auto-construção e habitação degradada.

27 - NOTA FINAL

Finalmente achamos por bem referenciar como problema fulcral para o desenvolvimento da nossa Ilha a inexistência de técnicos qualificados nos diversos sectores, pelo que deverá o plano orçamentar verbas que permitam desenvolver a fixação desses mesmos técnicos pois que se tais mecanismos não vierem a ser criados corremos o risco de não conseguirmos o desenvolvimento desejado para a nossa Ilha.

Feito no Conselho de Santa Cruz da Graciosa, 26 de Junho de 1990.

O Presidente da Câmara,

Luís Manuel de Lemos Reis

Luís Manuel de Lemos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO
Lajes do Pico - Açores

Departamento Regional dos Açores
de Estudos e Planeamento
Secção de Expediente em entrada
19.9. de 1990
Registo n.º 11847/1990
Arquivo: Pnata.....Processo N.º 19/11.1

AD
DEPA- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DOS AÇORES
CAMINHO MEIO- SÃO CARLOS
9700 ANGRA DO HEROÍSMO

Sua referência: Sua comunicação de: Nessa referência: DATA
-1038 / 90-07-30

ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DA ESCOLA PREPARATÓRIA E SECUNDÁRIA DAS LAJES DO PICO

Embora no Conselho de Ilha realizado a 23 do corrente, na Vila da Madalena, não tenha ficado consignado nos projectos que gostariamos ver implantados, a obra de ampliação da Escola Preparatória / Secundária inicialmente prevista para 1990 e dada a urgência, informo que os terrenos destinados à referida ampliação se encontram já disponíveis, visto solicitar e Va. Exa. a inclusão no projecto do Plano para 1991 a obra acima referida.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Manuel Paulino Carreiro Ribeiro
MANUEL PAULINO CARREIRO RIBEIRO DA COSTA

Padrão o favor de Lidaiz a respeito as role. ... as acina mencionadas e de voltar um único assunto em cada ofício.



CÂMARA MUNICIPAL DA HORTA

ARMANDO 48 - 9901 - HORTA CODEX - TELÉF. 22317 - TELEF. 82328 CHORLA P

Exmo. Senhor

Director Regional de

Estudos e Planeamento Autárquico

Caminho do Meio. 58 - São Carlos

19700 ANGRA DO HEROISMO



CÂMARA MUNICIPAL DA HORTA

ARMANDO 48 - 9901 - HORTA CODEX - TELÉF. 22317 - TELEF. 82328 CHORLA P

CONTRIBUINTE N.º 600 009 546

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

PA124-36/01

31/10/90

ASSUNTO: PLANO PARA 1991 - AUSCULTAÇÃO

Satisfazendo o solicitado no ofício de V. Ex.^a, ref.^a, 10/11-1, PA297 de 22MA190.

e de acordo com o deliberado por esta Câmara na sua reunião realizada em 24 do corrente, a seguir tenho a honra de indicar os projectos que se consideram de maior interesse para este Concelho, e que esta Câmara desejaria ver integrados no Plano Regional para 1991:

- Maior apoio à auto-construção
- Recuperação da habitação degradada
- Aquisição de terrenos para loteamento
- Criação e construção de pré-primárias
- Construção de nova Escola Secundária
- Adaptação da actual Escola Preparatória
- Construção do Campus Universitário
- Adaptação do ex-SLAT para Delegação do Centro de Educação Especial
- Construção de habitações para professores
- Construção de uma residência de estudantes
- Apoio à implementação da Zona Industrial - 2ª Fase
- Construção do Matadouro
- Melhoria do fornecimento de energia eléctrica

PEDE-SE O FAVOR DE NA RESPOSTA INDICAR AS REFERÊNCIAS DESTE OFÍCIO

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

ASSUNTO:

/...

- Reforço do quebra-mar da doca
- Instalação de um parque de contentores
- Ampliação do plano inclinado
- Reparação do pavimento da doca e zona portuária
- Aplicação de recargas asfálticas nas estradas regionais
- Restauro da Igreja do Carmo
- Cedência de mais espaço ao Museu da Horta
- Construção da variante à E.R. - nº1 - 1ª
- Melhoria da cobertura televisiva do Faial
- Apoio à construção do Aquário
- Reforço do quebra-mar e reconstrução da guerra do Castelo de S. Sebastião
- Pequenas obras nos portos da Feteira, Praia do Almocharife, Ribeirinha, Castelo Branco e Varadouro
- Aquisição de edifício para a Biblioteca Pública
- Arranjo da zona envolvente da Assembleia Legislativa Regional
- Implementação de uma fiscalização mais eficiente nas áreas de paisagem protegida e reserva natural.



S. R.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

CÂMARA MUNICIPAL DO CORVO

CONTINUAÇÃO



S. R.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

CÂMARA MUNICIPAL DO CORVO

CONTINUAÇÃO

Reconstrução de serviços muito fortemente onerosa, a possibilidade de...

Reconstrução de serviços muito fortemente onerosa, a possibilidade de...

Reconstrução de serviços muito fortemente onerosa, a possibilidade de...

Reconstrução de serviços muito fortemente onerosa, a possibilidade de...

Reconstrução de serviços muito fortemente onerosa, a possibilidade de...

Reconstrução das instalações de apoio ao polidesportivo existente: 10.000 contos

Casa etnográfica e museu: aquisição de edifício 2.000 contos. Repararções mais urgentes (sem qualquer pretensão de recuperação): 3.000 contos.

Favimentação de estradas: pretende-se pavimentar alguns pontos alargados cerca de 10 Km de estradas (8 Km de responsabilidade do Governo e cerca 2 Km de caminhos municipais). Os preços que aqui tem sido praticados excedem de forma inaceitável - sem claramente determinada a razão, mas tudo levando a crer prender-se com a exclusividade do empreiteiro - os preços máximos da Região pelo que um cálculo de custo real é quase impossível. A preços da Região - 4.300 contos por Km - tenderiam os 50.000 contos.

Abertura de estradas: pretende-se abrir cerca de 6 Km de estrada em zonas de muito difícil acesso e em que a orografia do terreno tornará bastante difícil a construção. Dada a fase em que se encontra o projecto, nem sequer se tendo ainda escolhido o traçado definitivo, torna impossível qualquer estimativa fiável. No entanto o seu custo não deverá ser inferior aos 50.000 contos.

Reserva de água para o Gado: ainda sem localizar e aguarda-se a execução da carta de estrutura de solos, recomendada para o fazer, prevendo-se o início do estudo do projecto ainda este ano.

Construção de um terminal de passageiros para a pista de aviação e ampliação do Porto da Casa: obra a cargo da C.M. e cujas dotações orçamentais já se encontram no plano desta, prevendo-se no entanto que devam ter que transitar para o próximo.

Construção de uma casa de matança: obra já organizada em diversos anos e cuja execução apenas depende da atribuição de uma localidade definitiva a todos os produtores desta zona da Câmara. A cargo da SRAE.

Reparação do Porto do Reguilar: sem orçamento elaborado, aguarda-se que os trabalhos custem inferior a 10.000 contos.

Construção de uma piscina municipal, serviço de conservação, limpeza e manutenção de jardins, projecto elaborado em 1968.



S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DO CORVO

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

CONTINUAÇÃO

- 4 -

...o próximo mês de Agosto. Só então se poderá orçar e apresentar a obra.

Quanto à obra a particularizar:

1 - Apoio à Cooperativa Agrícola da Ilha do Corvo para a instalação de instalações para fabrico de um queijo de alta qualidade, sendo o projecto em curso.

2 - Alugueramento local da Associação dos Escoteiros de Corvo, com valor de 5.000 contos.

3 - Reconhecendo embora que é muito ambicioso, pelo que se recomenda a obra anteriores, o conjunto de obras que se encontra em curso para realizar durante o próximo ano, faço novamente referência à importância neste período de empreitadas com capacidade para a realização de obras únicas de dadas se dispôr em condições favoráveis.

4 - Esperando a melhor ocasião para este assunto, apresento a possibilidade para apresentar a V. Ex. a os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,

João David Cardigos dos Reis

CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



S. R.

Assinada por: Manuel Paulino Carreira Ribeiro da Costa

AD
DREPA- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DOS AÇORES
CAMILHO MEIO- SÃO CARLOS
9700 ANGRA DO HEROÍSMO

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	DATA
		- 1038 /	90-07-30

ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DA ESCOLA PREPARATORIA E SECUNDARIA DAS LAJES DO PICO

Embora no Conselho de Ilha realizado a 23 do corrente, na Vila da Madalena, não tenha ficado consignado nos projectos que gostaríamos ver implantados, a obra da ampliação da Escola Preparatória / Secundária inicialmente prevista para 1990 e dada a urgência, informo que os terrenos destinados à referida ampliação se encontram já disponíveis, visto solicitar a V. Ex. a inclusão no projecto do Plano para 1991 a obra acima referida.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

MANUEL PAULINO CARREIRO RIBEIRO DA COSTA

Departamento Regional
dos Estudos e Planeamento dos Açores
Serviço de Planeamento
19.9a. de 1. Agosto de 1990
Registo n.º 1233. Ilha do Pico
Angra do Heroísmo, 19/11/90

Podere o lavor de indicar na resposta as referências acima mencionadas e de veitar um único assunto em cada officio.





*Ata da reunião de 19/08/90
Considerando p.º 90.08.01*

CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
PAÇOS DO CONCELHO DE ANGRA DO HEROISMO

Departamento Regional
da Região Administrativa dos Açores
Seção de Planeamento
1990 de 3 Agosto
Revisão da Lei nº 12/85 L.º de 19 de Maio
Artigo 1.º do Decreto nº 12/90

Exm. Senhor
Director Regional de Estudos e Planeamento
Caminho do Meio, 58
São Carlos
9700 ANGRA DO HEROISMO

Sua referência	Sua comunicação de	Nova referência	DATA
		Nº 4/90	90.08.01

ASSUNTO
Com referência ao ofício de V. Exa nº 10/11.1, de 22 de Maio passado, junto envio o parecer do Conselho de Ilha da Terceira sobre o Plano Regional para 1991, elaborado de acordo com a Lei e o que foi solicitado.
O parecer foi aprovado por unanimidade.
Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Conselho de Ilha

JOSE MENDES MELO ALVES

MA/MG



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
PAÇOS DO CONCELHO DE ANGRA DO HEROISMO
Código Postal 9700

CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
PLANO PARA 1991 NO QUE RESPETA A ILHA TERCEIRA

Parecer nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 6º do Decreto Legislativo Regional nº 21/82/A, de 28 de Junho, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto Regulamentar Regional nº 12/85/A, de 19 de Outubro, e em resposta ao ofício nº 10/11.1, de 22 de Maio de 1990, da Direcção Regional de Estudos e Planeamento.

I - OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

- A - Nota-se que o calendário, o faseamento e as prioridades previstas nos planos anteriores para os programas ou acções a executar na Ilha Terceira, muitas vezes não foram respeitadas, quer por atrasos no financiamento quer por alterações de variadas origens na execução material.
- B - Os Planos de Governo Regional precisam de recuperar a credibilidade, pelo que devem ser concebidos de forma a terem um elevado grau de execução material, e, consequentemente, a merecer a confiança dos agentes económicos, dos parceiros sociais e da população em geral.
- C - À elaboração, discussão, aprovação e execução dos Planos Regionais constituem um factor importantíssimo para o prestígio dos órgãos de governo próprio da Região e da Administração Regional.

II - PRINCÍPIOS E MEDIDAS FUNDAMENTAIS

Entende o Conselho de Ilha da Terceira que o Plano para 1991 deve obedecer aos princípios dos nºs 1 a 5 e contemplar as medidas do nº 6, conforme é a seguir referido.

1 - RECUPERAR OS ATRASOS DOS PLANOS DE 1989 E DE 1990 NOS ENDESSAMENTOS EM CURSO.

EXEMPLOS:

- Porto da Praia da Vitória
- Via rápida Angra Praia
- Beneficiações nas instalações e no equipamento do Hospital



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

PAÇOS DO CONCELHO DE ANGRA DO HEROISMO

Código Postal 9700

de Angra do Heroísmo

- Construção da Escola Secundária da Praia da Vitória.

2 - INICIAR A EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PREVISTOS EM PLANOS ANTERIORES E QUE SE REVISTAM DE ESPECIAL INTERESSE ECONOMICO OU SOCIAL.

EXEMPLOS:

- Núcleo de pescas do Porto da Praia da Vitória
- Entrepasto Frigorífico da Praia da Vitória
- Abastecimento de água às explorações agrícolas
- Ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo
- Solução para um Hotel na área de Angra do Heroísmo (ampliação do actual ou outra)
- Solução para o Bairro da Serra de Santiago.

3 - CONTINUAR OS EMPREENDIMENTOS EM CURSO.

EXEMPLOS:

- Os mencionados no nº 1
- A reconstrução dos monumentos e edifícios públicos danificados pelo sismo de 1980.

4 - INICIAR NOVOS EMPREENDIMENTOS DE RELEVANTE E URGENTE INTERESSE ECONOMICO OU SOCIAL.

EXEMPLOS:

- Repavimentação de estradas regionais
- Abertura ou correcção de vias de acesso às explorações agrícolas
- Centro de Saúde da Praia da Vitória
- Instalações para o Polo Universitário da Terra-Chã
- Cooperação técnica e financeira com as Câmaras para a execução dos Planos Directores Municipais dos dois Concelhos
- Reforço da cooperação financeira com as autarquias para as "grandes reparações" nas instalações do Ensino Primário.

5 - CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTOS INICIADOS HÁ MUITOS ANOS.

EXEMPLOS:

- Via rápida Angra Praia



CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

PAÇOS DO CONCELHO DE ANGRA DO HEROISMO

Código Postal 9700

- Estudos de ordenamento das zonas do Porto da Praia e Ilmatrofes e da sua articulação com a Praia da Vitória
- "Plano de Salvaguarda" do Centro Histórico de Angra do Heroísmo.

6 - ESTUDO, ANÁLISE E POSSÍVEL REDEFINIÇÃO OU CLARIFICAÇÃO DOS SEGUINTES ASSUNTOS.

- Us transportes marítimos e a Ilha Terceira, (especialmente na perspectiva da entrada em funcionamento do Porto da Praia da Vitória)
- Os transportes aéreos e a Ilha Terceira, (designadamente quanto aos horários da SATA, em especial de e para São Miguel)
- A política de cuidados de saúde e a situação actual da Terceira e o seu papel no contexto regional
- Novas utilizações para o Porto das Pipas e para a Baía de Angra
- Plano de desenvolvimento turístico da Ilha Terceira
- Rede eléctrica da Cidade da Praia da Vitória em condições de segurança e, no que concerne ao centro histórico, de correcta adequação urbanística
- Parque Desportivo da Praia da Vitória
- Escola Secundária de Angra do Heroísmo
- Plano específico para terminar com o alojamento precário em certos casos ainda existente nalguns meios rurais (barracas de madeira e módulos metálicos) resultante do sismo de 1980.
- Matadouro Industrial da Ilha Terceira.

Angra do Heroísmo, 30 de Julho de 1990

O Presidente do Conselho de Ilha

JOSE MENDES NELLO ALVES



**ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS
AGRICULTORES
JORGENSES**

Associação dos Jovens Agricultores Jorgenses

Caril
5102-10

Parlamentamento Regional
4.º Congresso - Parlamento dos Açores
Serviço de Expediente
1990 de 10/11/11 deu em entrada
Livro Nº
Processo Nº. 10/11/11
Aguardar lista

Exmo. Sr.
Diretor Regional de Estudos
e Planeamento
Caminho do Neto, 58 - São Carlos
9700 - ANGRA DO HEROÍSMO

Velas, 1990.07.05

ASSUNTO: Plano para 1991 - Auscultação

Em resposta ao V. ofício nº 10/11.1 de 20 de Maio, tem esta Associação de Jovens Agricultores, a dar as seguintes sugestões:

1 - Existe a necessidade urgente de uma Lei de emparelhamento agrícola, com apoios semelhantes aos que existem na Proposta de Decreto Legislativo para "Aquisição de terras por Rendeiros". Sem uma Lei dessa natureza, adaptada à nossa realidade, e com subsídios apoios, nunca se poderá fomentar um dimensionamento correcto da empresa agrícola, sendo na actual conjuntura, Grande parte das nossas explorações economicamente inviáveis, e portanto em vez de serem uma fonte de riqueza e desenvolvimento, são um peso para a região.

2 - Construção da "Casa de Matança" em S. Jorge, para abate de gado, empreendimento que já há longos anos vem sendo prometido e projectado, e que todavia nunca arrancou.

3 - Construção de duas câmaras de conservação para apolo à fruticultura, que já tem uma certa expressão em duas zonas da ilha (maçã na Ribeira Seca e laranja na Rajá de Sto. Amaro), sendo o sucessivo aumento de produção uma constante realidade.

— PARCEIROS SOCIAIS



ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES JORGENSES

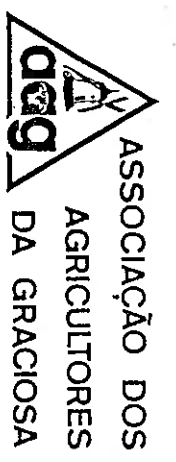
4 - Continuar com o actual ritmo na construção de caminhos de penetração, ou se possível aumentá-lo, com especial relevância para as zonas neste momento mais carenciadas, nomeadamente a zona norte da ilha.

5 - Construção de pequenas albufeiras, lagos artificiais ou reservatórios, aproveitando a água das ribeiras ou das chuvas, para na época da seca, poder ser canalizada para as explorações agrícolas. Sem água não pode haver agricultura, e não estamos a inventar nada de novo. É o que existe nas Canárias, arquiplago como nós, com os seus problemas resultantes da insularidade e da dispersão geográfica, muito mais seco e árido, mas que sabe aproveitar a pouca água que tem, sendo os seus produtos agrícolas competitivos em termos de qualidade e de preço.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Direcção

José Luís Soares Kaceli
(José Luís Soares Kaceli)



9880 • SANTA CRUZ • GRACIOSA

Exmo. Sr.

Departamento Regional
de Estudos e Planeamento dos Açores
Secção de Expediente
1018.. de 31.12.1991. deu em entrada
Registo nº 1216. Livro N.º
Arquivado Pasta Processo N.º 1911/1

DIRECTOR REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO
CAMINHO DO MEIO, 58 - S. CARLOS
9700 ANGRA DO HEROÍSMO

10/11.1 90/05/22 12/90 90/07/27

ASSUNTO: PLANO PARA 1991 - AUSCULTAÇÃO

Relativamente ao assunto acima mencionado em nosso entender julgamos que o quantitativo de 43.350 contos atribuídos pelo plano à Agricultura, Pecuária e Silvicultura está muito aquém do estado de desenvolvimento minimamente necessário à modernização da agricultura Graciosaense, já que se traduzem pouco mais de 7% do total para uma actividade que representa a sua maior fonte de riqueza. Aachamos que o Governo Regional atribui a este sector pouca importância ou não está interessado em modernizar o sector. Assim, propomos o seguinte:

- 1º - Melhoramento dos caminhos de acesso às explorações.
- 2º - Promoção da introdução de água e energia nas explorações e melhoria na rede de recolha do leite.
- 3º - Plantação de cortinas de abrigo ao longo de toda a costa Oeste da ilha de onde sopram os ventos dominantes, que todos os anos causam prejuízos incalculáveis pois varrem toda a ilha, devido à não existência de elevações naturais que atenuem os seus efeitos.
- 4º - Estudo acelerado para a instalação de albufeiras de retenção de água das chuvas espalhadas pela Ilha, de modo a aproveitar-se a água para rega - junta-se mapa de precipitação.

*Tratada em Assembleia
em 12 de Novembro de 1991
por António M. Pereira
e José Luís Soares Kaceli*

[Handwritten mark]

52 - Apoio efectivo à elaboração de projectos de investimento produtivo com a simplificação e desburocratização do 797/85.

62 - Apoio à formação de uma bolsa de terrenos para apoio ao emparcelamento.

72 - Apoio à motomecanização, modificando para exemplo o sistema de recepção de facturas respeitantes à aquisição de máquinas com direito ao reembolso dos 40%. No actual sistema só podem dar entrada as facturadas directamente entregues à responsável pelos SDA, demorando muitos meses o reembolso, o que, com a divulgação dos Cursos de Contabilidade Agrícola, torna os agricultores cientes do real valor do teórico reembolso dos 40%.

82 - Finalmente é urgente modificar o actual sistema de transportes.

De facto não se compreende como só temos ligações com S. Miguel (maior mercado da Região) de 15 em 15 dias, enquanto S. Miguel tem com o resto do mundo em menos tempo.

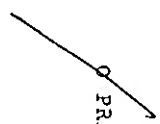
Até com a Ferreira temos ligações de 8 em 8 dias e ir regularmente!

Isto são transportes perfeitamente ridículos em termos de escoamento e trocas de produtos agrícolas de produção local.

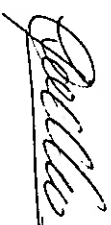
É pela não existência de transportes capazes que os agricultores deixam de produzir as frutas, os legumes, etc. etc., que têm de ser consumidos em poucos dias, e que dão origem a valores de enormes quantitativos importados pela Região, contribuindo para uma agricultura cada vez menos diversificada e mais dependente da agropecuária.

Mencionamos também que quando o Governo Regional apela à solidariedade Nacional, se lembre que ela se deve também aplicar às Ilhas pequenas.

Com os melhores cumprimentos.


O PRESIDENTE DA Direcção

MANUEL ISIDRO BETT, LUZ



1.

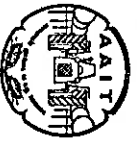

VALORES DE PRECIPITACAO (mm)

ANO	SERRA BRANCA/GRACIO (315); LAT: 39 2N; LONG: 28 2W; ALTIT: 300M; PERIODO: 1970-1985	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANU
1970	TOTAIS	197.7	181.9	111.9	82.7	98.9	71.1	57.2	21.0	58.8	77.9	126.5	178.3	1263.9
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1971	TOTAIS	119.0	83.3	67.6	79.2	30.6	37.1	51.3	11.4	192.0	131.5	7.3	81.7	900.0
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1972	TOTAIS	131.0	61.2	69.9	47.8	3.6	7.4	28.9	28.9	108.5	105.8	55.1	105.9	754.0
	N.DIAS	31	29	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1973	TOTAIS	115.0	44.6	87.8	74.8	56.1	57.2	27.1	19.8	43.6	70.9	81.4	94.8	773.1
	N.DIAS	15	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1974	TOTAIS	111.5	36.4	75.6	62.8	41.4	41.7	25.8	39.7	24.5	249.6	66.4	108.4	883.8
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1975	TOTAIS	81.5	149.8	94.3	56.3	42.0	69.3	99.1	69.3	42.6	145.1	91.6	113.4	1054.3
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1976	TOTAIS	127.3	68.4	30.1	76.5	39.2	36.9	97.7	109.4	63.9	47.0	102.0	89.2	887.6
	N.DIAS	31	29	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1977	TOTAIS	147.7	176.6	115.9	40.5	50.5	108.8	13.4	-999.0	-999.0	72.2	225.5	-999.0	-999.0
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	30	29	31	30	30	
1978	TOTAIS	46.4	146.5	58.1	124.1	29.8	34.8	44.4	32.3	24.5	112.7	112.7	-999.0	-999.0
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	30	
1979	TOTAIS	134.8	106.8	79.9	48.3	52.3	66.7	26.2	31.2	72.4	52.5	159.6	76.9	907.6
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1980	TOTAIS	85.0	168.6	129.5	160.6	56.4	31.2	73.7	96.5	64.4	98.0	173.0	131.7	1228.6
	N.DIAS	31	29	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1981	TOTAIS	36.0	115.8	177.7	34.5	78.3	62.8	4.1	76.7	68.1	54.1	164.4	137.5	1010.0
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1982	TOTAIS	79.3	120.5	32.4	116.3	77.0	116.5	78.1	30.0	49.6	97.6	138.0	139.1	11074.4
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1983	TOTAIS	68.9	84.9	70.6	38.8	54.0	29.9	44.3	30.7	24.9	38.1	157.9	59.8	702.8
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
1984	TOTAIS	20.5	117.8	-999.0	121.3	12.5	60.6	41.0	40.2	64.0	130.4	-999.0	-999.0	-999.0
	N.DIAS	31	29	0	30	31	30	31	31	30	31	22	0	
1985	TOTAIS	125.7	170.3	52.3	67.2	94.5	132.4	40.0	31.9	54.8	192.8	194.0	66.4	1222.3
	N.DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	

NORMAL		101.7	114.6	83.6	77.0	51.6	60.3	47.0	41.9	63.8	104.8	123.7	106.4	974.0
NUM. ANOS		16	16	15	16	16	16	16	15	15	16	15	13	13
D. PADR.		45.70	48.04	38.49	36.29	26.22	34.27	28.00	25.83	41.66	56.51	57.95	33.64	186.22
MAIOR TOTAL		197.7	181.9	177.7	160.6	98.9	132.4	99.1	109.4	192.0	249.6	225.5	178.3	1263.9
ANO DE OCOR		1970	1970	1981	1980	1970	1985	1975	1976	1971	1974	1977	1970	1970
MENOR TOTAL		20.5	36.4	30.1	34.5	3.6	7.4	4.1	11.4	24.5	38.1	7.3	59.8	702.8
ANO DE OCOR		1984	1974	1976	1981	1972	1972	1981	1971	1974	1983	1971	1983	1983

***NOTA: O VALOR -999, CASO APAREÇA NO MAPA, SIGNIFICA FALHA DE OBSERVAÇÕES

1981, 1982



Associação Agrícola da Ilha Terceira
Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo

Departamento Regional
da Estatística e Planeamento dos Açores
Secretaria de Expediente
19.30. de 21/Agosto, deu em entrada
Registo n.º 131.9 Livro N.º
Arquivo: Pasta Processo N.º 16/11/1

EXMA SENHOR
DIRECTOR REGIONAL DO DREPA
CAMINHO DO MEIO, 58
SAO CARLOS
9700 ANGRA DO HEROISMO

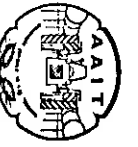
Sua referência: Sua comunicação de: Nossa referência: Angra do Heroísmo
Nº 10/11.1 22MAI90 160/90, A/02 21AUG90
Proc. 297
ASSUNTO: PLANO PARA 1991 - AUSCULTAÇÃO.

Vimos por este meio enviar a V. Ex.ª, a auscultação do Plano para 1991, lamentando não ter sido possível enviá-lo até ao dia 30 de Julho.
Sem outro assunto de momento, somos com os nossos melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA Direcção,

Paulo Alexandre Caetano Ferreira
PAULO ALEXANDRE CAETANO FERREIRA

PF/TV



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvares Martins Henriques
9700 Angra do Heroísmo

PLANO PARA 1991 - AUSCULTAÇÃO

1 - Introdução

PROCESSO DE PLANEAMENTO

A Associação Agrícola da Ilha Terceira, em resposta à solicitação do IPIPA, decidiu elaborar o presente texto e espera que contribua decisivamente para reformar as medidas a realizar no ano de 1991. É nossa firme opinião de que, se tal não for feito, a lavoura açoriana ficará aquém das suas potencialidades; e isto quando essas potencialidades são cada vez mais restritas e condicionadas por factores externos à Região e ao País.

É sabido que o processo de elaboração do Plano Anual precisa de ser revisito e que, da forma como actualmente se realizam os trabalhos, pouco espaço há para que as sugestões provenientes da fase de auscultação possam ser integradas de forma coerente no conjunto das medidas a considerar no Plano.

Todavia, dado que a crise actual da lavoura açoriana tem carácter estrutural e que a mesma coincide com a existência de problemas financeiros na administração regional, parece-nos fundamental respeitar os seguintes aspectos conceptuais e metodológicos na elaboração do Plano:

a) Todas as medidas previstas devem ser coerentes com um novo modelo de desenvolvimento para os Açores que privilegie a iniciativa privada como força motora do desenvolvimento económico e social. Dito de outro modo, o Plano a Médio Prazo 1986-1993 deve ser reformulado pois, embora contenha algumas medidas levadas a cabo, e que pontualmente podem ser consideradas, já não é instrumento promotor do desenvolvimento integrado dos Açores.

b) As receitas devem ser orçamentadas com rigor de forma a que as despesas previstas possam de facto vir a ser realizadas no prazo previsto. Sui generis curae aos acorrianos ter o dinheiro emparado em obras inacabadas ou ter de optar por medidas insignificantes porque não há meios e vontade para as acções consequentes.

Não desejamos terminar estas considerações sobre o processo de planeamento dos Açores sem mais uma vez lamentar que este pedido de auscultação não tenha sido acompanhado de alguns elementos essenciais e que afinal se encontram ao dispor da administração regional. Estamos a falar designadamente dos dados sobre a evolução recente da agricultura da Ilha (recolhidos pela RICA).



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvares Martins Henriques
9700 Angra do Heroísmo

da execução financeira do Plano a médio prazo e de uma primeira proposta do Plano Anual. Com os actuais meios de comunicação não se entende como ainda não foi possível divulgar estes elementos em tempo oportuno. Congratulamo-nos todavia com os dados que nos foram fornecidos pelo DREPA, relativos à execução financeira do Plano em 1989 e que analisaremos no ponto 2 deste texto.

O TEXTO

Este texto está organizado da seguinte forma. No ponto 2 analisamos a situação das empresas e da lavoura e avançamos na definição do novo modelo de desenvolvimento para os Açores. No ponto 3 especificaremos para o Plano Anual as grandes linhas definidas no modelo de desenvolvimento.

2 - As Empresas, a Lavoura e o Modelo de Desenvolvimento

AS EMPRESAS

Num estudo recente, encomendado pela Associação Agrícola da Ilha Terceira à Secção de Economia e Gestão do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, ficou provado que os termos de troca dos lavradores terceirenses, se degradaram desde 1980 a 1989 em mais de 20%. E isto quando o sabido que a produção entregue nas fábricas aumentou consideravelmente. A continuar assim, em breve se multiplicarão as falências das empresas e toda a economia regional entrará numa crise profunda, uma vez que o sector agro-pecuario é, juntamente com a despesa pública, o grande motor da economia regional.

Para evitar ou atenuar esta crise é importante encarar com coragem e verdade as principais causas de tal situação.

Estamos a falar do desajustamento da tecnologia de produção, nas ineficiências da transformação e comercialização do leite e no elevado custo do financiamento das empresas.

Desajustamento da tecnologia de produção.



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo

A degradação dos termos de troca na agro-pecuária terçense não foi igual em todas as empresas. Um desempenhamo o seu papel de maximizadores do lucro melhor do que outras, e isto fundamentalmente porque apostaram na redução do custo de produção do leite em vez de se iludirem com aumentos de produção a todo o custo, em busca de uma quota artificial naturalmente difícil de manter com rentabilidade positiva.

O sucesso nas negociações da quota a nível nacional eliminou as esperanças dos que apostavam na quota como um bem de especulação. O erro foi grande e muito dele ainda esta por pagar. Culpa teve-a quem defendeu o aumento de produção sem olhar aos custos, em vez de aconselhar a redução dos custos de produção, a melhoria da qualidade do leite, e da melhoria da qualidade do leite e da modernização das redes de transformação e comercialização.

Ineficiência na Transformação e Comercialização de Produtos Lácteos.

Today o leite e a carne à muito tempo que deixaram de ser produtos finais. Tratam-se de facto de produtos intermédios destinados às empresas de lacticínios ou aos comerciantes de carne, pelo que o seu preço de venda depende fortemente não só do bom ou mau desempenho das empresas a juzante, mas também das características das relações comerciais entre os produtores e os transformadores e entre estes últimos e os comerciantes.

No que se refere à boa gestão das empresas transformadoras parece óbvio que tendo estas uma estrutura pouco flexível então o aumento da entrega de leite resultava naturalmente numa redução do preço no produtor.

Exemplo 1: Transformação pouco flexível

Quantidade	Custo de Transformação	Preço Final	Preço no Produtor
10 000	10\$00	50\$00	40\$00
15 000	10\$00	50\$00	30\$00



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo

Por outro lado se houver dificuldades na comercialização dos produtos finais, então haverá necessidade de recorrer à intervenção a um preço mais baixo, o que se repercutirá também no preço ao produtor.

Exemplo 2: Comercialização Ineficiente.

Quantidade	Custo de Transformação	Preço Final	Preço no Produtor
8 000	10\$00	55\$00	45\$00
10 000	10\$00	50\$00	40\$00

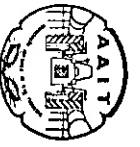
Esta situação agravava-se significativamente quando existem situações de monopólio ou de oligopólio pois nesta situação as empresas transformadoras podem forçar uma ainda maior redução do preço pago ao produtor. Haverá também uma redução da quantidade transformada para o mesmo nível de preços do produto final.

Exemplo 3: Transformação em Monopólio.

Quantidade	Custo de Transformação	Preço Final	Preço no Produtor	Lucro Extra Transformação
6 000	10\$00	55\$00	35\$00	5\$00
7 500	12\$00	55\$00	30\$00	3\$00

É isto que acontece na maior parte das ilhas açorianas onde, devido à reduzida dimensão de cada uma delas, não é possível estabelecer um mercado concorrencial na compra do leite ao produtor. Dois tipos de medidas podem melhorar esta situação: i) um maior controlo dos lavradores sobre a gestão das cooperativas tendo em vista a sua racionalização e ii) a multiplicação de pequenas unidades de transformação, criadoras de produtos de qualidade mas também muito flexíveis em termos e estrutura produtiva; neste caso é muito importante o apoio ao marketing e a formação de redes de distribuição eficientes.

Elevado Custo do Financiamento das Empresas.



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo

A taxa de juro real situa-se actualmente acima dos 10%, o que é uma inedito facto no país como no estrangeiro. Na nossa opinião esta situação só é possível porque o elevado custo de financiamento é de certa forma compensado pelos subsídios a fundo perdido ao investimento. Desta forma, se pensarmos um pouco podemos constatar que a maior parte dos apoios ao investimento são absorvidos pelo sistema financeiro e agricultores em situação pior àquela que estavam antes, se sejam insituidos os subsídios, ao menos não havia tanta papelada para preencher... De facto é fácil demonstrar que a redução da taxa de juro de 25% para 15% para uma taxa de inflação de 12 % e uma taxa de depósitos a prazo de 14,5%, corresponde a um subsídio de 40% a fundo perdido. Então parece que os subsídios ao investimento são canalizados indirectamente para a banca; a menos que se sobrevalorizem as facturas comprovativas das despesas ou se recorra ao crédito externo, mais barato.

Em suma os agricultores não podem continuar a ser o pretexto para financiar indirectamente o sistema bancário. E então urgente a adesão ao sistema monetário europeu para que a capacidade de financiamento externo seja alargada a todos os agentes economicos em vez de se limitar a algumas empresas com ligações externas.

A LAVOURA

Tratamos da situação das empresas. É tempo agora de relembrar alguns dos temas expostos a um ano pela Associação Agrícola da Ilha Terceira e que de certa forma caracterizam os problemas da lavoura numa abordagem macro.

Falamos nessa altura das condicionantes internas e externas da lavoura açoriana. Nas primeiras referimos a insularidade, o elevado preço do solo, a desagregação da exploração, a distorção da lei do arrendamento e no baixo nível de irrigação dos agricultores. Agora, passado um ano, gostaríamos de realçar aquelas análises através da explicação de três elementos determinantes: a insularidade, um mercado de terras e a humidade no saber.

A INSULARIDADE

A insularidade e "um pau de dois gumes", ou dito de outro modo, apresenta vantagens e desvantagens. De facto quando intervimos cegamente nos factores que marcam as ilhas como os transportes, as economias de escala, as transferências internacionais... então corremos o risco de marcar negativamente a sensível realidade



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo

insular. Foi em grande parte por não atender a estes elementos que algumas das políticas aplicadas às ilhas têm sido incapazes de gerar fenómenos de desenvolvimento sustentado.

O MERCADO DE BENS DE CAPITAL

Estamos cientes de que grande parte dos problemas da lavoura açoriana poderiam ser resolvidos se se desenvolvesse um mercado de terras ou, retomando uma velha ideia, uma Bolsa de Terras. De facto não é possível promover o emparelamento natural das terras ou favorecer o acesso dos jovens à lavoura sem que a terra possa ser trocada num mercado concorrencial. Só assim se promoverá a afectação eficiente dos recursos e, por essa via, se melhorará a rentabilidade do sector agropecuário.

HUMILDADE NO SABER

Ultimamente insiste-se muito na formação dos agricultores como factor essencial de modernização da lavoura. Sem dúvida que a formação é um elemento importante mas pode representar bastante pouco se não se traduzir numa abertura de espírito ou, se preferirem, numa humildade no saber. Só dessa forma se cria disponibilidade para procurar, receber e tratar informação, factor essencial na adaptação constante da produção à variabilidade espacial e temporal dos estímulos externos. Curiosamente a falta de humildade tem sido mais frequente na administração regional do que nos lavradores, nos formadores do que nos formandos. Há tempos que vimos propondo uma ligação forte entre a formação e elaboração de projectos, tem sido letra morta, há tempos que temos denunciado o erro fatal que é aumentar a produção sem olhar aos custos, ainda não houve capacidade para o admitir...

No que se refere às condicionantes externas lembramos que há um ano as sistematizámos de acordo com os agentes condicionadores: i) o estado português cujos interesses mais gerais podem coincidir ou não com os interesses mais específicos da lavoura açoriana; ii) a Comunidade Económica Europeia que tem um grande poder na regulação dos mercados agrícolas; e iii) a concorrência que naturalmente luta pela conquista de quotas maiores no mercado naturalmente limitado dos produtos agrícolas. A estas três condicionantes, já desenvolvidas num documento anterior, gostaríamos de juntar uma quarta que de futuro pode vir a



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo

apresentar um peso significativo. Estamos a falar dos Acordos GATT cuja resultante se pode traduzir na desregulação de alguns dos mercados agrícolas da Comunidade o que obviamente terá repercussões nos nossos produtores e indústrias, habituados a quotas e preços de garantia, a subsídios e derrogações.

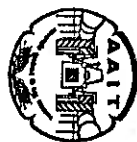
O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Das considerações anteriores fica-nos a ideia de que a administração regional possui cada vez menos campo de manobra para intervir na realidade, seja porque os mercados estão cada vez mais liberalizados e internacionalizados, seja porque a Comunidade Económica Europeia absorveu grande parte das competências referentes à regulação dos mercados de produtos agrícolas. Assim julga-se necessário apostar num novo modelo de desenvolvimento, adaptado a esta nova realidade e que dela possa retirar todos os proveitos. Manter o anterior modelo estratégico seria concerteza catastrófico. Relembremos algumas das nossas afirmações feitas há um ano:

A limitação do Plano 89-92 mais importante para a agricultura tem a ver com o reduzido peso dado ao apoio ao investimento privado e à reestruturação fundiária em comparação com os gastos públicos em formação e infra-estruturas. Com efeito, em 4 anos o apoio previsto para o investimento nas explorações agrícolas e apenas de 45 contos/ano exploração e 1 conto/ano por ha de SAU verba insignificante para preparar o impacto da concorrência europeia. Claro que é mais fácil distribuir as verbas pelos formadores e pelas empresas responsáveis pela execução das infra-estruturas, o que duvidamos é do impacto que essa atitude possa ter na modernização da agricultura açoriana.

O novo modelo de desenvolvimento dos Açores (primeiramente delineado pela Câmara de Comércio e Indústria dos Açores) passa pela afirmação do sector privado da Região como força motora do desenvolvimento económico e social e as suas linhas de força passam por cinco grandes componentes:

- a) Apoio aos sectores exportadores, designadamente as indústrias agro-alimentares, o turismo, a prestação de serviços e a exploração dos recursos do mar.
- b) Modernização da lavoura regional nomeadamente pela redução dos custos de produção.



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo

c) Viabilização das actividades de apoio aos sectores exportadores em especial o transporte e a distribuição dos produtos, o abastecimento e a informação.

d) Valorização dos recursos humanos e naturalmente o seu aproveitamento integral.

e) A diminuição da administração na economia regional pois o seu peso constitui um elemento perturbador do desenvolvimento da iniciativa privada.

Para levar por diante o modelo estratégico que aqui se sintetiza são necessárias algumas medidas de carácter geral que, de certa forma, enquadram as medidas específicas a cada um dos vectores de desenvolvimento acima apresentados.

Da especificidade, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento do vector B (modernização da Lavoura Açoreana) falaremos mais à frente (ponto 3), por agora tratamos apenas das medidas de carácter geral. São elas:

a) A racionalização dos transportes e das comunicações quer entre as ilhas quer entre estas e o exterior.

b) A redução dos custos de energia através de uma melhor gestão das empresas fornecedoras, da racionalização dos usos e da inovação nos processos produtivos.

c) A criação de fontes de financiamento, nomeadamente pela constituição de sociedades regionais de capital de risco e pela dinamização do mercado de capitais a nível regional.

d) A adequação da fiscalidade a nível regional designadamente no que se refere aos direitos niveladores aplicáveis aos factores de produção, e à contribuição autárquica pela actualização do valor das matrizes mas também das taxas de imposto.

3. - Propostas para o Plano de 1991.

Para o Plano de 1991, face às considerações expostas neste parecer, a Associação Agrícola da Ilha Terceira propõe as seguintes medidas:

- 1) Estabelecimento de uma cooperação efectiva com os municípios e com a EDA de forma a promover rapidamente a electrificação rural e o



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo

abastecimento de água nas explorações, contemplando necessariamente situações de auto abastecimento. Este ponto é essencial se se deseja atingir a qualidade nos produtos, indispensável num mercado concorrencial. No fundo trata-se de dar operacionalidade ao programa 22.10. (Infraestruturas físicas) números 1. (Electrificação Rural) e 2. (Abastecimento de água às explorações) do Plano a Médio Prazo.

2) Dinamização de uma Bolsa de Terras de forma a promover o emparcelamento natural das mesmas, a facilitar o acesso dos jovens à actividade agrícola e a libertar mão de obra excedentária e envelhecida da lavoura. De facto não é viável reduzir significativamente a mão de obra na agricultura sem que se realize o emparcelamento das explorações; a menos que se queira abandonar a terra das explorações pior dimensionadas em termos de mão de obra.

Para levar por diante esta operação é fundamental actualizar o cadastro das explorações e adaptar os processos de contribuição predial.

Todas estas medidas estão previstas no Plano a Médio Prazo designadamente no programa 22.1 (Estruturação Fundiária) no seu ponto 1. (Emparcelamento Rural e remodelação predial).

Falta é o enquadramento correcto para as tornar coerentes com as medidas complementares necessárias. No fundo falta-lhes a filosofia de um novo modelo de desenvolvimento para os Açores. Com o actual enquadramento, o emparcelamento é irrealizável, pois baseia-se em atitudes fortemente intervencionistas que só poderão ser realizadas em pequena escala e com sucesso muito duvidoso.

3) Transformação das Acções de Formação em Acções promotoras de elaboração e apresentação de projectos de investimento produtivo nas explorações. Desta forma será possível não só aumentar o ritmo de modernização da lavoura mas também estabelecer redes de comunicação entre técnicos e lavradores. Esta medida também vem prevista no Plano a Médio Prazo: aqui apenas se pede qualidade na formação e aponta-se um caminho para a conseguir.

4) Bonificação das taxas de juro de um montante igual ao diferencial entre as taxas reais na Europa e as mesmas verificadas em Portugal. De facto a culpa de haver taxas de juro tão altas deve ser apontada ao atraso na integração no sistema monetário europeu: atraso esse que tem beneficiado o sistema bancário português em detractor dos pequenos investidores. Então a bonificação deve ser mantida enquanto não for liberalizado o mercado financeiro. Mais uma vez esta medida vem prevista no Plano a Médio Prazo, concretamente no programa 22.7. (Apoios Directos aos rendimentos) no seu ponto 1. (Apoios à produção, através da



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo

concessão de subsídios e bonificação de juros). A falta de vontade para a sua implementação é, em nossa opinião, uma lacuna bastante grave que pode por em causa o esforço de modernização da lavoura açorana.

5) Criação de subsídios niveladores que anulem os efeitos monopolísticos no transporte de mercadorias entre o exterior e as ilhas. Desta forma os factores de produção fornecidos pelo exterior terão um custo que integra o custo de transporte feito em condições de concorrência, por analogia com trajectos marítimos onde se verificam essas condições no transporte. Não podem ser os agricultores a financiar os monopólios de transporte que as administrações regional e central insistem em manter entre os Açores e o exterior.

6) Apoio a agrupamentos de gestão fomentadas pela Associação Agrícola da Ilha Terceira mesmo quando desenvolvidos fora do âmbito dos organismos oficiais.

7) Definição e cumprimento de critérios exactos na atribuição de verbas às associações de agricultores. Muitas vezes o descontrolo da atribuição de verbas pode maltratar o associativismo.

8) Apoio aos circuitos de comercialização dos produtores lácteos e da carne e redução do poder monopolístico da indústria transformadora de produtos lácteos quer pelo fomento de pequenas unidades de transformação apoiadas numa boa rede de comercialização quer pelo estímulo criterioso à modernização e multiplicação das cooperativas. Estas medidas também se encontram no Plano a Médio Prazo, Programa 24, e constituem um elemento essencial ao sucesso da lavoura e da economia dos Açores.

9) Melhoria das condições que determinam a qualidade do leite no produtor, nomeadamente através do rastreio, profilaxia e saneamento das doenças infectocontagiosas e parasitárias. Trata-se no fundo de melhorar a eficiência dos serviços em cumprimento do que vem exposto no programa 22.8 do Plano a Médio Prazo.

10) Diversificação das alternativas florestais para as pastagens menos rentáveis como aliás vem previsto no programa 23 do Plano a Médio Prazo. Com excepção da medida 4) e 5) cujo financiamento pode ser exigido a entidades exteriores à Região, todas as outras envolvem poucos recursos financeiros. Exigem contudo vontade bem como a dinamização e orientação do trabalho nos diversos organismos oficiais envolvidos. Mesmo a medida 1) envolve mais coordenação do que esforço financeiro. De facto se houver um planeamento eficiente, todos os fundos dispendidos na medida 1) devem ser recuperados pela



Associação Agrícola da Ilha Terceira

Avenida Álvaro Martins Homem
9700 Angra do Heroísmo,

melhoria da rentabilidade nas explorações pelo que, também aí, mais do que dinheiro é preciso vontade e coragem.

Rua de Buenos Aires, 11
1300 LISBOA
Tel. 67 64 72/86-67 65 03/05
Telex 13381
9700 Angra do Heroísmo



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

Filiada na CIST e na CES

FILHIA ILOPEIS
Presidente — Presidente
Presidente — Presidente
TORRES COELHO
Secretaria Geral — Secretária Geral
General Secretary — General Secretary

Exmo Senhor
Director Regional do 1.º Agr. S.
DREPA
Caminho do Melo, 58 - São Carlos
9700 ANGRA DO HEROISMO

Na resposta indicar as referências deste Ofício.

s/ref: n/ref: 814/90

processo:

dia 90.08.20

Assunto: PLANO PARA 1991 - AUSCULTAÇÃO.

Dando cumprimento ao solicitado no vosso ofício 10/11.1 Proc. 297 de 22.05.90, cumpre-me enviar a V. Ex.ª, o parecer da UGT/AÇORES com opiniões e sugestões concretas, para a elaboração do Plano Regional para 1991.

Mais informo V. Ex.ª, que este nosso parecer, abrange dum modo geral, a opinião dos 22 sindicatos que representamos na Região, cuja listagem é do conhecimento dessa Direcção Regional.

Com os melhores cumprimentos.

Departamento Regional
do Trabalho e Emprego do Açores
Rua da República, 100
9700 Angra do Heroísmo

O Secretário Coordenador
USGT
António José Campa da Silva

Recebido em 10/11/90
Processo N.º 10/11-1

Toda a correspondência deve ser dirigida ao secretário geral — Emite la correspondência don dire abreviar au secrétaire general
All communications should be addressed to the general secretary — Der gesamte Briefverkehr ist an den Generalsekretär zu richten

PLANO PARA 1991

AUSCULTAÇÃO

A - INTRODUÇÃO

B - OPINIÕES E SUGESTÕES

1 - SECTORES SOCIAIS

- 1.1. - Educação e Desporto
- 1.2. - Cultura
- 1.3. - Saúde
- 1.4. - Segurança Social
- 1.5. - Juventude e Recursos Humanos
- 1.6. - Cooperativismo
- 1.7. - Habitação e Urbanismo
- 1.8. - Ambiente
- 1.9. - Emigração

2 - SECTORES ECONÓMICOS

- 2.1. - Agricultura, Pecuária e Silvicultura
 - 2.2. - Pescas
 - 2.3. - Indústria
 - 2.4. - Comércio
 - 2.5. - Turismo
 - 2.6. - Energia Transportes e Comunicações
- 3 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL
- 3.1. - Serviços da Administração
 - 3.2. - Poder Local

C - CONCLUSÕES



B. O. T.

PLANO PARA 1991 - AUSCULTAÇÃO

Com base no DLR 21/83-A de 28 de Junho e alterações introduzidas p/ DLR 12/85-A de 19 de Novembro a UGT/Açores apresenta as suas sugestões, para efeito de contributo à elaboração do Plano para 1991.

A - INTRODUÇÃO

O programa do IV Governo Regional para 1988-1992 entre as suas grandes linhas refere claramente algumas que apontam para o aumento da riqueza e do emprego.

Linhas essas, que assentam numa estratégia de desenvolvimento baseada na iniciativa privada, com a recusa da utopia do Estado, mas também com a necessidade de se completar a eficiência dos mecanismos de mercado, com políticas prudentes, eficazes e correctas para as assimetrias e desigualdades regionais, e bem assim fomentando o investimento, fixando a população e criando emprego.

Objectivos esses, que também no entender da UGT/Açores só poderão ser conseguidos dentro duma grande abertura ao exterior nos dois sentidos, mas também com os cuidados exigentes de uma pequena economia insular dispersa por um espaço bastante fragmentado, e com vários estrangulamentos para que os aumentos de produtividade possam de facto valer ao desenvolvimento económico.

Se em termos de infraestruturas existem várias concretizações e outras a concretizar, o "dito" sector privado, em nosso entender, haverá a partir de agora que por em acção, mais imaginação e risco com sentido evolutivo, para que a iniciativa privada seja o motor de toda a vida económica, mas em termos de não deixar de associar o ecq nominal ao social.

Dai, caber ao ESTADO, o importante papel de formar empresários capazes, dando-lhes as condições convenientes ao desenvolvimento dos seus projectos, em moldes à criação de mais e melhor emprego, e com a devida protecção social.



Por outro lado, o Governo Regional não deve esquecer-se que pode e deve de algum modo, combater a inflação, custo de vida e o desemprego com os instrumentos disponíveis na Região, continuando a exigir com o vigor necessário, por parte do Governo da República os meios e as condições necessárias a tal fim.

Se para o ano de 1990, que entra agora na sua ponta final, a UGT/Acores referia que este deveria ser o "ano um" do processo de passagem ao terreno de grandes medidas actinentes a uma pacífica transição para a fase do grande Mercado Único e da Coesão Económica e Social, para este ano de 1991, a União Geral de Trabalhadores preconiza o surgimento de alguns desses efeitos, como resultado de algumas medidas deste primeiro biénio.

B - O P L N I Q E S E S U G E S T O E S

1 - SECTORES SOCIAIS

1.1 - Educação e Desporto

No que concerne as obras não terminadas em 1990, bem como aquelas a iniciar no próximo ano, não obstante algumas condicionantes que possam originar restrições financeiras para 1991, a UGT/Acores espera que todas as acções destinadas ao melhoramento do parque escolar, aquisição de equipamento e instalações desportivas sejam levadas a cabo na execução do novo plano anual.

1.2 - Cultura

Continuação da preservação do património arquitectónico e apoio à actividade cultural e científica.

1.3 - Saúde

Declaração de capacidade de resposta às necessidades das estruturas físicas existentes e início de novas, entre os quais se inclui o novo Hospital de Ponta Delgada e novos Centros de Saúde previstos nos PMP 88/92, não se esquecendo equipamentos, e os necessários meios humanos.

1.4 - Segurança Social

A UGT/Acores, consciente das competências da Região sobre esta matéria, contudo não poderá deixar de manifestar o desejo de que o Conselho Consultivo para a Segurança Social, recentemente proposto pelo Conselho Regional de Concertação Social, seja implementado no ano de 1991, com uma orgânica definida, e que dê um contributo decisivo a um funcionamento mais eficaz da Segurança Social na Região, bem como um incentivo à regulamentação na Região, da Lei de Segurança Social, 28/84 de 14 de Agosto.

Torna-se necessário, dar uma melhor resposta à construção e melhoria dos polivalentes a nível de frequentistas, para uma resolução mais atempada das necessidades da protecção e segurança social da infância, juventude e velhice.

1.5 - Juventude e Recursos Humanos

No que se refere ao trabalho, tendo presente os elementos reportados ao 1º trimestre de 1990 sobre o Inquérito do Emprego nos Açores, continuam a ter validade como desejável para 1991, algumas das antigas pretensões da UGT/Acores, nomeadamente:

- a) Criação de mais postos de trabalho para jovens 1º emprego dos 15/19 anos (36,2% dos desempregados), 20/24 anos (22,4% dos desempregados), e 25/29 anos (22,4% dos desempregados).
- b) Criação de mais postos de trabalhos femininos para jovens 1º emprego, pela sua conspícua baixa taxa de actividade (22,7%).
- c) Diminuição da precariedade laboral, dado o significativo aumento verificado em 1990 comparado com 1989 - 1ºs trimestres, bem como diminuição significativa dos contratos permanentes nos mesmos períodos.
- d) Que a negociação colectiva seja mais dignificada, quer pela vias habituais, quer por medidas supra, através da Concertação Social.

Quanto à Formação Profissional

Encontrando-se aprovadas, avultadas verbas para a formação profissional até 31 de Dezembro/93, que abrangem cerca de 3.430 pessoas/ano, e por outro lado uma neces-

sidade de criação de cerca de 2.200 novos postos de trabalho/ano, a UGT/Açores pensa que para serem conseguidos tais objectivos, haverá que conjugar esforços com todos os Sindicatos da Região no sentido de colaborarem num espírito de sensibilização para a formação profissional pois que é sabido o modo de pensar dum parte significativa dos nossos empresários para tal matéria, em que numa primeira análise a formação profissional só lhes interessa se for provida do lucro pecuniário imediato, e não para os objectivos essenciais para que foi criada em termos do aumento da produtividade e modernização da economia.

1.6 - Cooperativismo

Dada a nova dinâmica dada ao IRASC, há que dotar esse órgão com os meios adequados à sua missão de apoio ao sector produtivo, como uma das formas de obstar a muitos males da Região.

1.7 - Habitação e Urbanismo

Dentro dos novos esquemas aprovados, no entender da UGT/Açores, devem continuar a ser incentivadas a: auto-construção, construção a custos controlados; aquisição de solos; acções de realojamento; habitação degradada e a ampliação, equipamento e manutenção do parque habitacional, e ainda o apoio às situações afilivas resultantes de contracções de empréstimos habitacionais.

1.8 - Ambiente

Nos dias de hoje, o ambiente deve estar integrado nas grandes preocupações de toda a humanidade, como uma forma de enaltecer os recursos naturais na valorização do processo de crescimento, e do próprio ser humano. Na Região, se se quiser disputar de uma boa qualidade ambiental, a este capítulo terá que continuar a dar-se uma atenção prioritária. Acções diversas, envolvendo todos os agentes económicos, sociais e entidades públicas, devem constituir um grande objectivo, para a divulgação dum boa vida ambiental, o que também passa pela educação das nossas populações, para o que não se deve esquecer a implementação da formação ambiental a vários níveis.

1.9 - Emigração

Continuar a manter as comunidades emigradas, devidamente informadas e interessadas pela cultura histórica regional, em termos de preservação da sua identidade, e elos de ligação à terra natal.

2 - SECTORES ECONÓMICOS

2.1 - Agricultura, Pecuária e Silvicultura

Continuam a ter validade para 1991, vários considerandos já propostos pela UGT/Açores para os anteriores planos.

Assim pensamos que se deve

- Continuar a apostar no emparcelamento, passando-se concretamente à sua implantação e alargamento no terreno.
- Apostar na diversificação
- Apostar na divulgação e vulgarização agrícola, e consequente apoio técnico aos agricultores.
- Incentivar a arborização, gestão e protecção florestal
- Apoiar as culturas industriais
- Ajustamentos à Lei do arrendamento rural
- Melhorar e modernização das explorações
- Diversificação agro-industrial
- Implementação em termos económicos da Floricultura, Fruticultura Tropical e Sub-Tropical, e Aquacultura.
- Readaptação dos sistemas de apoio da CEE e repensar o IFADAP na Região.
- Implementação do Seguro Agrícola e Pecuário.
- Estruturas de Abate
- Higiene pública veterinária
- Dinamização da Sanidade e Melhoramento Animal, bem como Contraste Lacteiro.

Em termos sócio-estruturais, arranque efectivo de algumas infra-estruturas básicas, para o que urge uma definição da tutela, principalmente para o problema dos caminhos de penetração, que continua a ser uma dor de cabeça para a produção, e para as autarquias que vivem no embate directo com esta realidade.

O aproveitamento de água e a electrificação rural, não podem ser olvidados na fase complementar dos caminhos de penetração, como uma forma de objectivar a produção de qualidade e rentabilidade económica das explorações, em face do embate do Mercado Único.

A formação profissional, quer a nível empresarial, quer a nível de trabalhadores terá que ser uma componente de realce em todo este processo, para o que se torna também necessário avançar no próximo ano, com a conclusão de algum dos Centros de Formação Profissional propostos no PMP 89/92.

2.2 - Pescas

Para além da valorização de alguns portos de pesca locais, há que no nosso entender, definir numa vez por todas, o porto de pesca Industrial de S. Miguel, bem como o seu arranque em 1991, e que não se pode procelar mais.

Os apoios às froças Industrial e artesanal, bem como empresas ligadas ao sector, não se poderão perder de vista, e há que valorizar acções de formação profissional na pesca, para que os resultados desejáveis surjam daqui a alguns anos, com uma nova e rejuvenescida mentalidade dos nossos pescadores.

2.3 - Indústria

A UGT/Acores, pensa que em 1991, se deve efectuar um grande esforço, em termos da melhoria da qualidade, para o que urge reactivar a Divisão de Qualidade da Secretaria Regional da Economia.

Tendo em conta os devidos cuidados ambientais deve-se continuar a fomentar o surgimento de novas Indústrias, através do SIBR com a consequente criação de mais postos de trabalho, e ainda as inovações tecnológicas bem como a modernização das empresas para a melhoria da competitividade e qualidade.

2.4 - Comércio

O sector do comércio interno e externo, dada a nossa grande vulnerabilidade de pequena economia insular, não pode ficar completamente entregue a um sistema de liberalização completa, pelas consequências que poderiam daí advir para os consumidores.

Há que ter em devida atenção, a definição do novo mercado abastecedor de Ponta Delgada.

A produção de produtos típicos regionais deve ser mais incentivada pela qualidade e preservação. Deve-se continuar a tentar evitar, a degradação da taxa de cobertura regional entre as exportações e importações.

Para o pequeno comércio de retalho, devem ser criadas linhas de incentivos diferenciados, para a sua modernização e expansão.

2.5 - Turismo

O apoio à actividade turística, e a divulgação, promoção e animação turística, para além de serem a concessão dos incentivos diferenciados, e a difusão do produto turístico da Região, deverá no entender da UGT/AORES, continuar a ter em conta as grandes carências que continuam a existir na área dos transportes.

A Formação Profissional nesta área, bem como a criatividade imaginativa para a animação turística, devem constituir prioridades de acção, e deverão ser reunidos alguns cursos turísticos a nível de Ilha.

2.6 - Energia, Transportes e Comunicações

Deve-se continuar o esforço na melhoria da produção e distribuição energética, bem como o aproveitamento das fontes alternativas, do qual se destaca o projecto geotérmico.

No entender da UGT/AORES, o Governo Regional deve implementar algumas medidas que beneficiem os valores dos escalões de energia, dos reformados e pensionistas, conforme já proposto no Conselho Regional de Partilha Social.

Na área dos transportes, quer aéreos, marítimos ou terrestres não se deve perder de vista a sua importância crucial não só em termos económicos, mas também sociais, para o que se deve tentar concluir rapidamente, algumas infra-estruturas que ainda estão, em marcha.

Repara-se que 1991, seja o ano de arranque da nova aerogare do aeroporto de Ponta Delgada.

A Região deve pugnar, para uma melhoria real efectiva de todo o sistema de comunicações telegráficas, dentro e para fora de todas as Ilhas, pois que não obstante, avultados investimentos feitos, o facto é que continuamos com um péssimo serviço de comunicações na Região.

3. SEGUNDA AUDIÇÃO - PARECERES

3.1 - RESPOSTAS RECEBIDAS

3 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

3.1 - Serviços da Administração

Deve-se continuar a pugnar pela melhoria da imagem dos serviços públicos e dos seus servidores.

Quer com a dotação de meios e condições, quer com acções de formação e reciclagem de alguns servidores. Deve-se implementar um esquema de controle e fiscalização pública, do uso e abuso das viaturas públicas para outros fins, que não aquelas para que são destinados, quer dentro ou fora das horas de serviço.

A UGT/Açores, entende que o Governo Regional deve esforçar-se pela conclusão em 1991, de todo o processo de integração nos quadros, de todo o pessoal além quadro, cujas condições já asseguram um vínculo definitivo à administração pública.

3.2 - Poder Local

O Governo Regional deve participar mais no processo de concepção e definição, na orientação da administração local, e para além disso com a devida atribuição dos meios técnicos e financeiros, para uma gestão autêntica e responsável.

No serviço de protecção civil, deve também empenhar-se a fundo com as actividades na preparação de planos, que devem ser incutidas sobretudo através do ensino escolar, não esquecendo o papel importante das associações humanitárias de bombeiros voluntários e de serviço de incêndios, com os devidos apetrechamentos de meios técnicos e humanos.

C - C O N C L U S ã O

Para além do que referimos, resta-nos sublinhar novamente o papel que o diálogo social poderá ter em todo este processo, desde que devidamente enaltecido e respaldado por todos aqueles, e a todos níveis, e que tenham responsabilidades nessa matéria.

Este novo plano para 1991, deve em nosso entender, contemplar os custos da insularidade, e que o seja da melhor forma, em moldes duma abrangência total aos

trabalhadores privados e públicos.

O papel dos parceiros sociais, é fundamental para o desenvolvimento da Região, pelo que se exige cada vez mais, a valorização do Conselho Regional de Condição Social, e das consultas económicas e sociais a efectuar duma forma condigna, àquele órgão.

Só com o papel co-responsabilizado de todos, se poderá conseguir levar a termo o desejado desenvolvimento sócio-económico da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 31 de Julho de 1990

SECRETÁRIO GERAL
DGT
ANTÓNIO JOSÉ ESTRELA DA SILVA
António José Estrela da Silva